

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Pedro Xavier da Silva

**FORTALEZAS *SLOW FOOD*:
UMA ANÁLISE INSTITUCIONALISTA**

Florianópolis

2019

Pedro Xavier da Silva

**FORTALEZAS *SLOW FOOD*:
UMA ANÁLISE INSTITUCIONALISTA**

Tese submetida ao Programa de Pós
Graduação em Administração da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de
Doutor em Administração.
Orientador: Prof. Dr. Sílvio Antônio
Ferraz Cário
Coorientador: Prof. Dr. René Birochi

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Pedro Xavier
FORTALEZAS SLOW FOOD : Uma análise
institucionalista / Pedro Xavier Silva ;
orientador, Silvio Antonio Ferraz Cário,
coorientador, René Birochi, 2019.
173 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós
Graduação em Administração, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Redes Agroalimentares
Alternativas. 3. Instituições. 4. Agricultura
Familiar. 5. Slow Food. I. Ferraz Cário, Silvio
Antonio . II. Birochi, René. III. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
em Administração. IV. Título.

Pedro Xavier da Silva

**FORTALEZAS *SLOW FOOD*:
UMA ANÁLISE INSTITUCIONALISTA**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do título de Doutor em Administração e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós Graduação em Administração.

Florianópolis, 27 de Março de 2019.

Prof.^a Dra. Cibele Barsalini Martins
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sílvio Antônio Ferraz Cário
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Glauco Schultz (videoconferência)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Octavio Augusto Camargo Conceição
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. André Luís da Silva Leite
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Oscar Rover
Universidade Federal de Santa Catarina

Esta tese é dedicada a Maria das Graças Brightwell. Muito do que aconteceu foi por meio de sua tutoria. A graça que habita em mim saúda a graça que habita em ti.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ao Programa de Pós-Graduação em Administração e à Universidade Federal de Santa Catarina. Aos professores Sílvio Cario e René Birochi. A Sérgio Vieira e Paulo Waquil, mestres de outrora.

Aos amigos que fiz durante os anos de doutoramento. Colegas de classe e colegas de trabalho. Colegas tão amigos, do Movimento *Slow Food*. Amigos tão colegas, do Projeto Alimentos Bons, Limpos e Justos. A Renata, Tamara e Lígia, minhas leitoras amigas.

A cada entrevistado e cada comunidade visitada. Cada prato de comida compartilhado, cada rica conversa, cada história contada. Esse é o real motivo. Esse é o alimento.

Aos meus pais pelo imenso endosso e amor. À minha companheira Cris pelo cuidado e amor.

“Delícia é um termo insuficiente para exprimir as emoções sentidas por um naturalista a sós com uma floresta brasileira”

(Charles Darwin, 1832)

RESUMO

A partir da abordagem Vebleniana dos Institucionalistas Originais -ou Velhos Institucionalistas -os hábitos representam os componentes que intermediam a dinâmica existente entre as instituições e os indivíduos (HODGSON, 2003). Com intuito de compreender como os hábitos participam da dinâmica institucional de Redes Agroalimentares Alternativas vinculadas ao Movimento *Slow Food*, este estudo teve como objeto de análise as próprias instituições. Foram eleitas três estruturas analítico-metodológicas para estruturação dos processos investigativos: a Causalidade Reconstitutiva Descendente (HODGSON, 2003), a Tecnologia Social (SAMPAT; NELSON, 2001) e a Habilidade Social (FLIGSTEIN, 1997). Após uma primeira fase na qual foram estabelecidas cinco categorias analíticas (Aprendizagem, Formas de Organização, Formas de Comercialização, Leis e Normas, e, Padrão Tecno-Produtivo), dados coletados via observação participante e entrevistas semi-estruturadas foram submetidos a análise de conteúdo. Com a consolidação da discussão acerca dessas cinco categorias analíticas identificaram-se três principais hábitos, comuns a esses coletivos estudados: o Hábito de Valorização do Tradicional, o Hábito de Reivindicação, e o Hábito de Coletivismo. Esses hábitos representam repertórios de comportamentos desencadeados a partir de incentivos do ambiente institucional e de aspectos intrínsecos aos indivíduos.

Palavras-chave: Redes Agroalimentares Alternativas. *Slow Food*. Institucionalismo.

ABSTRACT

By means of the Veblenian approach from the Original Institutionalist Economics, habits represent the components that intermediate the dynamics between institutions and individuals (HODGSON, 2003). In order to understand how the habits participate in the institutional dynamics of Alternative Food Networks inked to the Slow Food Movement, this study focus on the observed institutions. Three analytical-methodological structures were chosen for structuring the research processes: Descending Reconstititional Causality (HODGSON, 2003), Social Technology (SAMPAT, NELSON, 2001) and Social Skills (FLIGSTEIN, 1997). After the first phase of the research, in which five analytical categories were established (Learning, Organizational Forms, Marketing, Laws and Norms and Techno-Productive Standard), data collected in 19 RAA via participant observation and semi-structured interviews were submitted to content analysis. Three main habits were identified in these studied collectives: the Habit of Traditional Valorization, the Habit of Claiming, and the Habit of Collectivism. These habits represent repertoires of behaviors triggered by incentives from the institutional environment and individuals aspects.

Keywords: Alternative Food Network. *Slow Food*. Institutionalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Arcabouço teórico, estruturas teórico-analíticas e enfoques.....	21
Figura 2 - Ondas longas de desenvolvimento: período de instalação e período de desprendimento.....	28
Figura 3 - Ondas longas de desenvolvimento: período de instalação e período de desprendimento.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fortalezas Slow Food no Brasil por região.....	59
Quadro 2 - Metas e objetivos do Projeto Alimentos Bons, Limpos e Justos.....	61
Quadro 3 - Metas e objetivos do Projeto Alimentos Bons, Limpos e Justos.....	68
Quadro 4 - Entrevistas semiestruturadas realizadas durante as fases de campo e pré-campo.....	80
Quadro 5 - Fortalezas <i>Slow Food</i> brasileiras e empreendedores institucionais (2017-2018).....	98
Quadro 6 - Categorias analíticas e a identificação dos hábitos nas FSF brasileiras.....	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores vinculados a Produtos e Métodos de Produção nas Fortalezas <i>Slow Food</i> Brasileiras (2017/2018).....	90
Tabela 2 - Frequência dos indicadores do T0 na amostra de Fortalezas: Formas de Governança nas Fortalezas <i>Slow Food</i> Brasileiras (2017/2018).....	94
Tabela 3 - Frequência dos indicadores do T0 na amostra de Fortalezas: distância entre produtores e consumidores nas Fortalezas <i>Slow Food</i> Brasileiras (2017/2018).....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

RAA – Redes Agroalimentares Alternativas
MSF - Movimento Slow Food
PABLJ – Projeto Alimento Bons Limpos e Justos
TS – Tecnologia Social
CRD – Causalidade Teconstitutiva Descendente
HS – Habilidade Social
SI – Sistema de Inovação
NSE – Nova Sociologia Econômica
FSF – Fortaleza Slow Food
SEAD – Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
TED – Termo de Execução Descentralizada
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
SAF – Sistema Agroflorestal
CPSM – Consorcio de Produtores Sateré-Mawé
CGTSM – Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé
ONG – Organização Não Governamental
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
COOPABASE - Cooperativa de Agricultura Familiar Sustentável com Base na Economia Solidária
CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
COOPERCUC - Cooperativa de Agropecuária Familiar de Canudos
COOPERUAÇU - Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruauçu

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Objetivo geral.....	17
1.2	Objetivos Específicos.....	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO-ANALÍTICO: um esquema de análise integrado das abordagens institucionalista, evolucionária e sociológica.....	19
2.1	A Causalidade Reconstitutiva Descendente	22
2.2	Tecnologia Social.....	27
2.3	Habilidade Social	33
3	REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS E O MOVIMENTO <i>SLOW FOOD</i>	41
3.1	O ambiente rural brasileiro.....	42
3.2	Redes Agroalimentares Alternativas: um processo de resistência aos modelos agroalimentares hegemônicos.....	49
3.3	O Movimento <i>Slow Food</i>	57
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	65
4.1	Natureza, Tipo e Abordagem	71
4.2	Recorte, Métodos de Coleta e Tipos de Análise	71
4.3	Fases da Pesquisa	73
4.3.1	Estudo Exploratório.....	75
4.3.2	Estudo Qualitativo	76
4.4	População, Seleção do Objeto de Estudo e Lócus de Pesquisa	82
4.5	Método de Análise e Interpretação dos Dados.....	83
4.6	Validade e Confiabilidade da Pesquisa	84
4.7	Definições Operacionais	85
5	ANÁLISE DA DINÂMICA INSTITUCIONAL EM REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS	89
5.1	Inferências preliminares acerca das Fortalezas <i>Slow Food</i> Brasileiras: Estudo Exploratório	89
5.2	Análise Institucional das Fortalezas <i>Slow Food</i> brasileiras ..	98

5.2.1	Categoria Analítica I: Aprendizagem	101
5.2.2	Categoria Analítica II: Formas de Organização.....	114
5.2.3	Categoria Analítica III: Formas de Comercialização....	126
5.2.4	Categoria Analítica IV: Leis e Normas	134
5.2.5	Categoria Analítica V: Padrão Tecno-Produtivo.....	139
5.2.6	Operacionalizando a matriz analítica: a identificação dos hábitos	144
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	155
	ANEXO 1	172

“Perto do Rio de Janeiro, minha vizinha da frente era uma velha senhora que tinha umas tarraxas com que esmagava os dedos de suas escravas.”

(Charles Darwin, 1832)

1 INTRODUÇÃO

A produção agrícola brasileira representa peça fundamental à dinâmica econômica do país, tanto como elemento estimulante de outros setores econômicos, quanto como gerador de emprego e renda e controlador do êxodo rural (BUAINAIN; GARCIA, 2010). Estes êxitos, comprovadamente, estão vinculados ao engendramento das modernas cadeias produtivas e ao alto padrão de eficiência na gestão da propriedade e no uso de tecnologias.

Contudo, um grupo significativo de produtores se coloca à margem deste padrão, tanto no que se refere à capacidade produtiva quanto à capacidade de absorção do pacote tecnológico eleito como ideal. E este mesmo ambiente rural brasileiro, em suas dimensões agrícola e agrária (MATTEI, 2014) se estrutura em heterogeneidades sociais evidentes, as quais configuram um fenômeno que se manifesta por meio de um imenso número de produtores rurais apresentando pouca eficiência produtiva, não participando das estatísticas positivas do setor (ALVES; ROCHA, 2010; BUAINAIN; GARCIA, 2010; VIEIRA FILHO, 2013).

A discussão acerca do desenvolvimento rural brasileiro permeia essa atmosfera, em que mesmo que os ganhos econômicos e agrícolas galgados pela agricultura de tipo industrializante e/ou grande escala devam ser considerados em termos de políticas desenvolvimentistas coletivas, ainda existem produtores alheios a tais ganhos e à margem dos padrões tecno-produtivos. Em resposta ao contexto descrito - e assim como vem sendo evidenciado em outros cantos do mundo - emergem agentes rurais que engendram formas organizativas específicas e substantivas, resistindo à incorporação densa dos padrões agroindustriais e persistindo em lógicas diferenciadas de produção e abastecimento de alimentos.

Os pressupostos fundamentais dessas formas de organização de produtores são discutidos desde os finais dos anos 1990 (MARSDEN, 1990; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003; MARSDEN, BANKS e BRISTOW, 2000; PLOEG et al, 2000; GOODMAN, 2003; SAGE, 2013; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017). Trata-se de evidências de aproximação das relações entre produção e consumo, valorização dos produtos com ênfase em aspectos ambientais e socioculturais, apelo à sustentabilidade e rejeição à padronização da produção alimentar de alta escala. Nesse sentido, a evolução do conceito de Redes Agroalimentares Alternativas (RAA) vem sendo apontado como uma potencial

alternativa organizativa em que produtores agrícolas, cujos padrões tecno-produtivos não são aderentes às cadeias produtivas agroindustriais convencionais, se mantenham em atividade.

Dessa forma, questiona-se: Que fatores interferem na sua condução e de que forma os agentes membros destes empreendimentos se relacionam consigo e com o ambiente institucional no qual estão inseridos? Por meio de uma abordagem institucionalista, evolucionária e sociológica o presente estudo visou realizar inferências que contribuam à essa discussão. Tendo como objeto de investigação a dinâmica institucional de 19 RAA, o estudo abrangeu procedimentos quantitativos e qualitativos.

A amostra de RAA faz referência a coletivos de agricultores vinculados ao Movimento *Slow Food* (MSF), um movimento social que manifesta como pressupostos estruturantes a valorização aos produtos alimentares artesanais e de qualidade especial, além do prazer à alimentação, o respeito às pessoas envolvidas na produção e ao meio ambiente (GENTILE, 2016). Essas RAA brasileiras participaram foram acessadas a partir de sua participação no “Projeto Alimentos bons, limpos e justos: ampliação e qualificação da participação da Agricultura Familiar brasileira no movimento *Slow Food* (PABLJ)”, uma ação de parceria conduzida por Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Universidade Federal de Santa Catarina e Associação *Slow Food* Brasil.

Nesse intuito buscou-se abordar a dinâmica institucional destas redes por meio da complementaridade de estruturas analítico-metodológicas que nos permitissem acesso a questões referentes ao padrão tecno-produtivo desses empreendimentos, às regras e normas que influencia-os, à aprendizagem dos agentes envolvidos, às formas de organização social e suas estratégias de mercado. Supondo-se que as RAA apresentam atributos se assemelhassem àqueles presentes nos coletivos de nossa amostra, optamos pela consolidação de um tripé analítico sustentado nas propostas de Causalidade Reconstitutiva Descendente (CRD), Tecnologias Sociais (TS) e Habilidades Sociais (HS).

A matriz analítica proposta parte da deliberação de que a CRD se manifesta como um processo dinâmico e mútuo, intermediado pelos hábitos, de interrelação entre instituições e indivíduos (HODGSON,2003a), as TS representam o conjunto de ações ou procedimentos demandados para determinada atividade (NELSON; SAMPAT, 2001) e HS denota a capacidade dos agentes em obter cooperação dos demais em determinado campo (FLIGSTEIN, 1997).

Nesse sentido, categorias analíticas foram avaliados por meio de dados provenientes de dinâmicas participativas nas comunidades rurais, entrevistas semi-estruturadas e processos de observação participante.

Este documento conta com seis seções, além da presente Introdução, divididas em duas partes. São elas: na primeira parte conta com um Referencial Teórico, expondo as bases conceituais das três estruturas analítico-metodológicas e o processo de construção dessa proposta de análise de dinâmica institucional; um segundo capítulo referente à contextualização, deliberando sobre o ambiente rural brasileiro, as RAA e sua afinidade com os pressupostos estruturantes do MSF; e; um capítulo expondo os Procedimentos Metodológicos. A segunda parte conta com um capítulo apresentando e discutindo os resultados encontrados, considerações finais e referências bibliográficas.

Com fins de entendimento harmônico em relação à forma como a pesquisa foi executada e aos incentivos que nos fizeram executá-la assim, expressamos os objetivos da investigação:

1.1 Objetivo geral

Compreender como os hábitos participam da dinâmica institucional de Redes Agroalimentares Alternativas inseridas no escopo do Projeto Alimentos Bons, Limpos e Justos.

1.2 Objetivos Específicos

1. Realizar uma análise descritiva da amostra de Fortalezas *Slow Food* no Brasil, a partir dos dados gerados pelo Projeto Alimentos Bons, Limpos e Justos;
2. Analisar a dinâmica institucional das Fortalezas *Slow Food* estudadas, descrevendo o campo, os atores, seus hábitos, suas interações e discutindo-os sob a lógica das Redes Agroalimentares Alternativas;
3. Propor um Quadro Teórico-Conceitual para a realização de uma análise institucionalista acerca de Redes Agroalimentares Alternativas.

“Em uma casa onde estive, um jovem criado mulato era, todos os dias e a todo momento, insultado, golpeado e perseguido com um furor capaz de desencorajar até o mais inferior dos animais.”

(Charles Darwin, 1832)

2 REFERENCIAL TEÓRICO-ANALÍTICO: um esquema de análise integrado das abordagens institucionalista, evolucionária e sociológica

Segundo Agne e Conceição, (2018, pág.1, resumo):

‘(...) Os principais conceitos que a literatura contemporânea produziu, centrados principalmente nas várias contribuições de Geoffrey Hodgson, gravitam em torno dos conceitos de reconstitutive downward causation ou effects e de cumulatividade, que, de maneira interativa com os indivíduos produzem um novo nexu micro-macro, ou na relação agente-estrutura. O entendimento de que as instituições operam em multiníveis, cujas mudanças são facilitadas pelas interações sociais em redes, pode ser um caminho para explicar as transformações em regras, especialmente na realidade da agricultura familiar e produção artesanal de alimentos. No entanto, a construção de uma nova ontologia sobre as mudanças institucionais no tema do desenvolvimento está em fase inicial. Esse processo, que pode ser configurado como uma proposta de resgate e atualização da análise institucional Vebleniana, exige dos pesquisadores a realização de recortes analíticos: sustentados pela combinação de técnicas qualitativas e quantitativas, na busca de captar a heterogeneidade e a dinâmica dos hábitos”.

O trecho acima é uma extração do resumo de “Dos hábitos às instituições: proposições analíticas e metodológicas na Economia Institucional de Thostein Veblen”, publicado na Revista Redes, volume 23, número 2, maio/agosto de 2018. Optamos pela transcrição na íntegra dessas frases, logo ao que se inicia nosso capítulo de referencial teórico, devido à relevância do que ali se intenta transmitir. Os autores sugerem que o institucionalismo contemporâneo (no âmbito das Ciências Econômicas) apresenta no conceito de Causalidade Reconstitutiva Descendente (CRD) de Geoffrey Hodgson uma de suas formas de abordar a relação agente-estrutura, a partir do entendimento de que as instituições operam em distintos níveis.

Indica-se ali um processo inicial de construção de uma nova ontologia sobre a dinâmica das instituições, fato que exige que os pesquisadores atuem em suas investigações por meio de recortes específicos, técnicas combinadas e foco na captação da dinâmica heterogênea dos hábitos – categoria analítica predominante nesse arcabouço. A presente tese se encaixa nesse movimento de construção, uma vez que visamos operacionalizar a análise da CRD por meio dos conceitos teóricos de Habilidade Social (FLIGSTEIN, 1997) e Tecnologia Social (NELSON e NELSON, 2002). Nesse arcabouço os hábitos são elementos chave para o entendimento do processo relacional entre estrutura e indivíduos.

Para Lopes e Conceição (2016) o impacto de uma política sobre o indivíduo e as instituições pode ser impreciso porque o processo de mudança não pode ser efetivado por uma simples decisão governamental. Trata-se de um processo que surtirá resultado se o ambiente estiver apto a receber a mudança. Esse apontamento corrobora aos de Hodgson (1992), que descreve o processo de mudança institucional como cumulativo e resultante de diversos fatores. Em suma, os indivíduos formam as instituições, e as políticas agem sobre ambos, sendo os resultados determinados por essa interação e, muitas vezes, inesperados. Quando trouxemos para essa discussão a dinâmica institucional tão heterogênea e periférica das Redes Agroalimentares Alternativas (RAA), que serão densamente discutidas ao longo dessa tese, buscamos fatores que nos desafiassem empírica e teoricamente.

Optou-se por eleger como guias lógicos três estruturas analítico-metodológicas, construções teóricas, conforme a Figura 1, com amplo apelo institucionalista. De forma primária, e conforme já exposto, a CRD guiou nossa investigação por meio da ênfase sobre a modulação institucional via hábitos, a partir da interação entre instituições e indivíduos. Como estruturas analítico-metodológicas complementares foram utilizados os conceitos de Habilidade Social (HS) e Tecnologia Social (TS). Evidenciou-se que para operacionalização desse esquema analítico seriam necessárias ferramentas que permitam caracterizar sistemas produtivos distintos dos preconizados nacionalmente em termos tecno-produtivos, normativos e legais. Esses sistemas se distinguem em termos de rotina de trabalho, formas de engendramento e técnicas de produção. Por conseguinte, utilizar um mesmo arcabouço teórico-analítico que não considerasse tais questões incorreria em resultados com vieses e distorções científicas, não verossímeis às realidades dessas RAA

Figura 1 – Arcabouço teórico, estruturas teórico-analíticas e enfoques.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como se explica o fato de um queijo de leite cru ter sua venda considerada proibida e, mesmo assim, ser um produto muito valorizado em mercados não convencionais brasileiros? Por quais motivos esses produtos são procurados por consumidores que o valorizam de forma distinta dos seus concorrentes regularizados e industrializados? De que forma agricultores mantêm um padrão tecno-produtivo culturalmente enraizado, sem aderir aos modelos hegemônicos? O que explica o Brasil ter um “Guia Alimentar para a População Brasileira” que fomenta que as pessoas se alimentem de produtos frescos, minimamente processados e locais e, mesmo assim, ainda serem identificados gargalos para o acesso a esse tipo de produto e empecilhos na transição da produção convencional para os modelos que ali se encaixem?

Para acessar questões como as supramencionadas, dada a natureza desses agentes que representam um fenômeno de resistência ao desenvolvimento agroalimentar convencional, foi necessário verificar não somente sua viabilidade a partir de critérios que se restrinjam às questões economicistas ou legais que regulam sua área de atuação. Sem negligenciar essas, nossa matriz pretende contemplar aspectos relacionados aos padrões tecno-produtivos, culturais, legais e normativos, econômico-comerciais e organizacionais desses empreendimentos.

Em comum entre as três linhas analítico-metodológicas (CRD,

HS e TS) estão a ênfase nas Instituições em suas distintas naturezas: rotinas, hábitos e *path dependence*; a noção de que existe uma predisposição em agir de determinada forma (mesmo que essa não configure um determinismo estático); a crítica ao posicionamento analítico neoclássico; a tentativa de manter-se entre vertentes teórico-analíticas super e sub socializadas; o entendimento de que a dimensão econômica é uma entre tantas outras que devem ser consideradas em análises do movimento econômico, e; a manifestação de que evolução e adaptação institucional não necessariamente significam melhora nas condições sociais.

A partir do exposto, pretendemos aprofundar a compreensão de cada estrutura teórico-analítica. Com a Causalidade Reconstitutiva Descendente (HODGSON, 2003a) pretendemos identificar como ação e ambiente vão se construindo de forma conjunta e cumulativa, na qual restrições e incentivos institucionais vão interferindo nas condutas dos agentes. Já o enfoque sobre Tecnologias Sociais (NELSON; SAMPAT; 2001) vislumbrou identificar o real contraste entre o padrão tecnoproductivo que se tornou hegemônico nos cadeias agroalimentares brasileiras e aquele que se identifica na atuação dessas RAA. Por fim, sustentado pela proposta de Habilidade Social (FLIGSTEIN, 1997), propusemos identificar como novos mercados são construídos (ou buscados) sob alicerces que transcendem postulados estritamente economicistas. As subseções a seguir pretendem a consolidação dos conceitos teóricos da pesquisa.

2.1 A Causalidade Reconstitutiva Descendente

O Institucionalismo, no âmbito das Ciências Econômicas, é definido como uma linha de pensamento teórico que possui sua matriz em obras de pensadores do final do Século XIX e início do XX, naquilo que se entende como o Velho – ou Antigo, ou Original – Institucionalismo Norte-Americano. Por se tratar de um corpo teórico diverso, é a própria diversidade que o define. Em comum, a crítica aos pressupostos neoclássicos do mercado enquanto mecanismo alocador e com tendência ao equilíbrio e o individualismo metodológico que põe o agente econômico como tomador de decisões atomizadas, alheias aos seus pares. As correntes institucionalistas compreendem o processo econômico como inserido em uma rede de relações socioculturais cujos comportamentos influenciam - e são influenciados - por hábitos e

rotinas, num sistema de causalidade contínua e *path dependence*¹ (CONCEIÇÃO, 2008).

Thorstein Veblen pode ser considerado o pai do Institucionalismo a partir de sua análise acerca das mudanças institucionais nos Estados Unidos da América da virada do Século XIX. Suas construções se iniciaram por abordagens críticas sustentadas em duas direções: uma que se debruça em análises que propunham investigar tais mudanças sob critérios que ele julgava não compatíveis à natureza dinâmica do desenvolvimento social (VEBLEN, 1898; 1909); e outra sobre o próprio caminho que a sociedade americana seguia a partir da consolidação de um sistema urbano-industrializado endossado pelo Capitalismo emergente (VEBLEN, 1899).

Para Veblen, o “homem hedonista” - agente capaz de calcular suas escolhas em relação às próprias vontades – era uma referência da Economia Marginalista que, processual e operacionalmente, negligenciava aspectos fundamentais da natureza humana (rotinas, interesses, hábitos de vida e de pensamento e a busca de ascensão social, que ocorre de forma comparativa, etc...). O autor acreditava que, embora as análises não devessem considerar a estrutura social como determinante para as ações individuais, era fundamental considerá-la como fator influenciador, a partir de uma tríade categórica composta por INSTINTOS-HÁBITOS-INSTITUIÇÕES (VEBLEN, 1989;1914). Nesse sentido, tanto a estrutura (representada pelas instituições – expressões culturais, códigos de conduta, leis, contratos, etc...) quanto a própria individualidade dos agentes (na figura do que à época Veblen chamou de instintos) são conectados por processos de habituação (hábitos de vida que se consolidariam em hábitos de pensamento).

Esse pode ser considerado o grande avanço metodológico-analítico de Veblen. A partir de uma lógica “darwinista” enaltecida à época devido aos seus pressupostos evolucionários que compunham uma matriz de causa e efeito, a interação entre indivíduo e estrutura não podia ser negligenciada (CONCEIÇÃO, 2012). O agente humano não era estático, não poderia ser tomado como dado, e, portanto, a origem das preferências e objetos deveria estar incluída nas avaliações. A proposta Vebleniana de uma “Economia Evolucionária” (VEBLEN, 1898) tinha o intuito de solucionar o déficit de complexificação teórica

¹ Para Niosi (2002) indica-se como “*path dependence*”, ou dependência de uma determinada trajetória, casos em que escolhas processos de tomada de decisão passados, referentes a investimentos, causam dependência de agentes econômicos em trajetórias tecnológicas específicas.

que acreditava ser fundamental devido à natureza dos fenômenos socioeconômicos estudados (ora unicamente com ênfase sobre as ações individuais, ora unicamente acerca do impacto da estrutura vigente como determinante do comportamento).

A dialética aqui presente neste tripé analítico composto por “instintos-hábitos-instituições”, sendo os hábitos a expressão desta retroalimentação dinâmica entre as contradições da natureza humana e das instituições, é a base teórica que inspira a proposta de Geoffrey Hodgson para a Causalidade Reconstitutiva Descendente. Este autor, indicando que os constructos institucionalistas teriam se tornado ou demasiado abstratos, descritivos e deterministas ou, ainda, aproximados às propostas neoclássicas (caso da Nova Economia Institucional), revisita pressupostos do Velho Institucionalismo em vistas de sustentar suas abordagens (HODGSON, 1998).

Hodgson (1998; 2000) se contrapõe ao fato de que os comportamentos sejam exógenos à estrutura, assim como a própria estrutura não pode ser amplamente compreendida a partir de um ponto de vista unilateral da ação. De mesma sorte, as unidades de análise não deveriam ser consideradas “jogadores” em um ambiente emulado por “regras do jogo”, dado que, a partir desse ponto de vista, indica-se que toda ação tem como fim o desempenho e são desconsideradas dimensões não econômicas relacionadas ao processo de tomada de decisão (2006). As próprias organizações, no papel de agentes econômicos, seriam um conjunto de instituições incorporadas em prol de determinados fins e suas relações com o ambiente se dariam de forma dinâmica.

Indivíduos, sob essa ótica, não são meramente constrangidos ou incentivados por instituições; os indivíduos são constituídos por instituições e, de forma reconstitutiva, suas ações interferem na mudança institucional. Instituições seriam, portanto, regras estabelecidas que estruturam as interações sociais, atuando como constrangimentos ou incentivos institucionais, controlando e amplificando a emulação das ações. Elas explicam as restrições comportamentais impostas (*external enforcement*) e os comportamentos governados por hábitos (*self enforcement*) (HODGSON, 2006). A incorporação de fatores culturais e institucionais vinculados ao desenvolvimento econômico, portanto, deve ser garantida pelo caráter interdisciplinar e pelos materiais empírico-históricos empregados, dada a relevância do caráter de contínua causalidade inferido.

O entendimento, predominante, de que firmas seriam entidades que maximizariam - racionalmente - fatores referentes a trabalho e

capital em função de um fluxo de resultados projetado tende a modelar análises de crescimento e desenvolvimento econômico a partir de pressupostos dados, quais sejam o aumento de lucros e a satisfação das preferências pelos indivíduos (HODGSON, 2009). Segundo o autor (HODGSON, 2007b), esse tipo de análise desconsidera o processo de escolhas individuais e a forma como estão estruturadas as instituições. Instituições (como linguagem, dinheiro, as próprias firmas, as leis, os valores, entre outros), por si só, não determinam os comportamentos pelo pressuposto de que representam sistemas sociais enraizados, elas modelam os pontos de vista, o senso comum e contribuem para o processo de deliberação que se finda no comportamento.

Hodgson (2003b; 2010) se aproxima de Veblen em uma proposta evolucionária (no sentido darwinista mais original) de construção de análises econômicas, demandando a consideração de que o contexto histórico-institucional possa reconstituir de forma dinâmica os processos de tomada de decisão econômica dos indivíduos. Dessa forma, os hábitos seriam o elemento vinculativo entre agência e estrutura, uma vez que ambas são mutuamente constitutivas. Esse seria o legado de Veblen: expor a habituação humana como o mecanismo capaz de, simultaneamente, indicar a relação descendente entre estrutura e indivíduo (por meio de incentivos e constrangimentos) e a capacidade de modificação da estrutura institucional, de forma ascendente, à medida que exterioriza novas percepções e disposições enquanto unidade homem (HODGSON, 2007a).

Hábitos, assim, representam repertórios de possíveis comportamentos, podendo ser desencadeados em decorrência de instintos e/ou contextos que os incitem (HODGSON, 2010). Esses hábitos, portanto, são passíveis de institucionalização uma vez que possam ser codificáveis, assimiláveis e fazerem sentido a um determinado coletivo frente a determinado contexto (HODGSON, 2007a). E a relação proposta entre estrutura e indivíduo que visa completar lacunas metodológicas entre abordagens com ênfase demasiada em um desses polos – tendo os hábitos como mecanismo – é o que nos incentivou a investir na Causalidade Descendente Reconstitutiva (HODGSON, 2003a) como estrutura teórico-analítica primária dessa investigação.

Existem considerações científicas acerca de processos de causalidade ascendente reconstitutiva, os quais configuram que elementos de níveis ontológicos inferiores possam afetar níveis superiores e estruturais de forma significativa. Hodgson (2003a) indica que também possa haver um processo descendente, em que mudanças

operadas no ambiente institucional, sempre dinâmico e sensível às ações, são capazes de afetar e reconstituir elementos dos próprios agentes e indivíduos. Partindo desse pressuposto, o autor examina mecanismos que possibilitem mudanças de preferências individuais a partir das instituições, atuando por meio de hábitos e comportamentos.

Os fenômenos descritos na contextualização presente no seguinte capítulo (3 REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS E O MOVIMENTO *SLOW FOOD*) dessa tese, se referidos sob essa lógica, permitiram a realização de inferências prévias, que incidiram nas deliberações que amadureceram a matriz analítica aqui utilizada. Com isso, uma vez que os incentivos institucionais para o desenvolvimento dos sistemas agroalimentares convencionais vêm se dando no sentido da construção de cadeias longas e globais, relacionados a uma forma de produção baseada na padronização e em grandes escalas, como movimentos que caminham na direção oposta vêm ganhando notoriedade?

Informações referentes à emergência das RAA podem ser parte daquilo que responde essa questão, à medida que alterações institucionais, tanto relacionadas à produção quanto ao consumo, interferem diretamente nos hábitos dos indivíduos envolvidos. Esses hábitos, por sua vez (apelo por produtos culturalmente enraizados, produzidos de forma sustentável e com dignidade social, por exemplo), ao passo que vão sendo codificados, assimilados e ganhando adeptos, vão se institucionalizando.

Nesse sentido, os hábitos são os *links* cruciais e ocultos nessa cadeia causal (HODGSON, 2003a, p. 171). É a sua formação e sua repetição em ambientes sociais específicos que possibilitam que regras culturais e institucionais sejam realmente assimiladas, incorporadas à cognição humana e elemento para deliberações futuras. É este processo que, embora individual, parte da estrutura social por meio da emulação de hábitos que caracteriza a causalidade reconstitutiva descendente. **Embora instituições possam interferir diretamente no comportamento dos indivíduos (sanções ou recompensas, por exemplo), elas se perpetuam quando isso ocorre de forma indireta - por meio da formação e/ou propagação de hábitos - modificando o próprio ambiente institucional de outrora.**

A CRD, por enfatizar o processo reconstitutivo das instituições sobre as ações e evidenciar o vínculo causal da evolução institucional em relação à formação dos hábitos, foi eleita como um guia condutor às construções dessa investigação. Uma segunda estrutura teórico-analítica que propusemos à utilização como complementar à CRD foi a

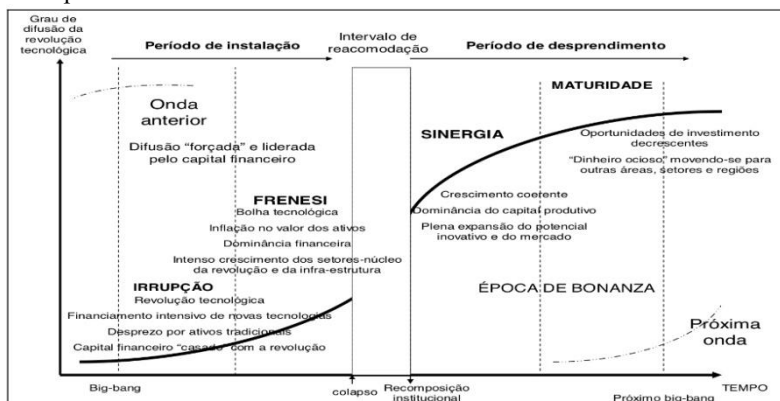
Tecnologia Social, provinda da evolução do arcabouço teórico neo-schumpeteriano.

2.2 Tecnologia Social

A construção do conceito de Tecnologia Social, nesse caso, provém de abordagens Neo-Schumpeterianas, demonstrando a importância dada, por essa linha de pensamento, às inovações tecnológicas para os processos desenvolvimentistas. Para o economista Joseph Schumpeter (1989; p. 74) o desenvolvimento é um fenômeno de caráter cíclico e instável, sustentado por movimentos que vão de perturbações ao equilíbrio. Ou seja, este processo ocorre por meio de rupturas, instabilidade, desequilíbrios e descontinuidades, sendo a inovação o principal motor de tal fenômeno. Daí surge o conceito de “destruição criadora”, no qual o indivíduo capitalista desconstrói algo pré-existente ao apresentar o novo, interferindo no padrão concorrencial (SCHUMPETER, 1984). Para pensadores que derivam do arcabouço schumpeteriano, tais rupturas e reconstruções são explícitas em períodos marcados por revoluções tecnológicas (PEREZ, 2004; AREND, 2012).

Estes ciclos se dão devido à interrelação entre os constituintes do sistema capitalista (crédito, investimento, lucro, renda, remuneração, consumo, etc...), no qual perturbações interferem de forma sistêmica. Com isso, ápices desenvolvimentistas são predecessores das crises devido ao esgotamento em uma ou outra peça constituinte. Perez (2004) também expõe esta característica oscilante do desenvolvimento utilizando o conceito de “ondas longas de desenvolvimento”, segundo a Figura 2, divididas em dois períodos: um de instalação e um de desprendimento, incorrendo em significativas modificações estruturais não só na Economia como em toda a sociedade. O período de instalação compreende a fase de irrupção de uma nova tecnologia, seguido de uma fase de frenesi e inserção em maior escala no mercado. Já o desprendimento consiste em uma fase de sinergia seguida pela maturidade deste processo tecnológico. Nesta última fase, conseqüentemente, já estão em emergência novas tecnologias, originando novas irrupções e o início de novas ondas longas.

Figura 2 – Ondas longas de desenvolvimento: período de instalação e período de desprendimento.



Fonte: Arend (2012) a partir de Perez (2004).

Entende-se que a atividade inovativa afeta as economias de mercado uma vez que as firmas, ao buscarem lucro, tendem a alocar recursos sobre novos produtos ou técnicas - à medida que tomam a decisão de investimento em oportunidades científicas existentes e inexploradas capazes de mitigar seus custos e/ou aumentar seus lucros. Tal processo torna-se promotor de novos padrões de concorrência, afetando a estrutura dos mercados (DOSI, 1988). Com isso, se estabelece a importância da busca por mudanças de rotinas próprias às firmas como fatores de inovação que rompem com os padrões tecnológicos estabelecidos e impulsionem as mudanças, tanto em estratégias próprias como na dinâmica dos mercados (NELSON; WINTER, 1982). Dado o caráter dinâmico e processual de busca, seleção, desenvolvimento e aprimoramento tecnológicos, a existência de uma trajetória tecnológica torna-se pressuposto fundamental para esses autores.

Sendo assim, "trajetórias naturais" são aquelas comuns a distintas linhas de produtos e produções e que estão diretamente vinculadas às demandas e contextos contemporâneos às épocas. Estas trajetórias, inclusive, podem ser condicionadas por indícios de esgotamento, enaltecendo o caráter de busca por mudanças devido ao enfrentamento de gargalos de diferentes naturezas. Essa discussão está inserida na proposta de Paradigmas (Tecnológicos ou Tecno-Científicos) que compõem as abordagens neo-schumpeterianas.

Dosi (1988), acadêmico membro da Escola Neo-Schumpeteriana, propõe que os avanços tecnológicos se dão sustentados por Paradigmas Tecnológicos, que, assim como os paradigmas científicos de Thomas Kuhn, estabelecem caminhos pré-determinados por objetivos outrora institucionalizados (Trajetórias Naturais). Freeman e Perez (1988), de forma semelhante, indicam a formação de “Paradigmas Tecnológicos” como conjuntos de elementos e princípios organizacionais e produtivos que são eleitos para a solução de problemas homônimos (técnicos e econômicos). Com o passar do tempo este conjunto de práticas, engendramentos, rotinas e tecnologias se estabelece e se consolida no senso comum (PEREZ, 2004).

Estes componentes supracitados são fundamentais para o entendimento dos Sistemas de Inovação (SI), uma abordagem teórica que, ao analisar determinantes e consequências de processos inovativos, permite que políticas relacionadas à ciência e tecnologia sejam formuladas e revisadas de forma mais eficiente (KRETZER, 2009). Edquist (2005) e Lemos (2013) indicam que SI é uma proposta derivada da Teoria Geral dos Sistemas, na qual são relacionados componentes e suas relações, funções e limitações. Ambos autores supracitados, ao contextualizarem as abordagens e suas aplicações, demonstram que duas são as principais formas de utilização: a primeira com ênfase na tecnologia, e nas suas aplicações em diferentes áreas; e a segunda na qual o destaque está nas questões geográficas, denotando sistemas regionais, nacionais, continentais ou globais. Explícito está que, além do tipo de tecnologia e das questões de proximidade, as relações entre os agentes que atuam em comunhão às instituições que limitam e estimulam as inovações ali governadas são fundamentais para a compreensão dos SI.

O conceito tem origem a partir da assimilação de que as inovações não são espontâneas e, com isso, necessitam de um ambiente que possibilite que elas emergjam. Sem que hajam informações que se dinamizem entre empresas, universidades, laboratórios e agências governamentais (entre outros), torna-se comprometido desenvolvimento integral de setores econômicos, uma vez que os processos inovativos são caracterizados por interações entre ciência, tecnologia, aprendizagem, produção, política, consumo, etc... (EDQUIST, 2005).

Em um determinado SI, existe a demanda constante por provisão de pesquisa e desenvolvimento, construção de competências, formação de novos produtos para o mercado e articulação para controle de qualidade demandado pelo mercado. Sendo assim, são criadas e modificadas as necessidades das organizações para o desenvolvimento

de novas áreas de inovação, elaboração de redes de relacionamento entre mercado e outros mecanismos, criação e modificação das instituições, incubação de atividades, financiamento e provisão de serviço de transferência de tecnologia, informações comerciais e serviços legais (KRETZER, 2009). Todas essas ações, contudo, dependem da eficiência do processo de aprendizagem, compreendendo que os atores imersos e atuantes em SI são promotores e disseminadores de tecnologias e formas organizacionais (PEREIRA; DATHEIN, 2012).

Esse processo abrange os mecanismos de produção e transmissão do conhecimento e, novamente, tendo como resultado fundamental o desenvolvimento de competências e capacitações a partir das quais as RAA definem suas trajetórias específicas, bem como sua capacidade de atuação em um contexto em que a informação é veiculada com maior facilidade e rapidez. Em um compilado do arcabouço teórico no qual se enraíza esta discussão notam-se que estes processos podem ocorrer por experiência e rotina (*learning-by-doing*) ou por meio de pesquisas efetivas e direcionadas (*learning-by-searching*) (NIOSI, 2002). Nota-se que enquanto o primeiro tende a ser contínuo, lento e mais barato, o segundo requer maiores investimentos e produz resultados mais específicos, de forma ativa, incremental ou radical.

Em ambos os casos, segundo Pereira e Dathein (2012), este processo relaciona-se às competências que diferenciam as empresas em relação à sua competitividade, à dimensão temporal, ao passo que os resultados tendem a ser efetivados somente a longo prazo e à dificuldade de reprodução, uma vez que os resultados representam o contexto de cada ator formador de conhecimento. Outra forma possível seria a aquisição de competências e modelos organizacionais, mesmo que esses dependam de ajustes para sua ideal implantação. Se pressupõe, portanto, que o aprendizado é um processo evolutivo, não é passivo ou espontâneo, e diretamente dependente da assimilação do conhecimento gerado externamente ou internamente a partir das interações entre atores incorporados aos ambientes institucionais (NIOSI, 2002; PEREIRA; DATHEIN, 2012).

O aspecto temporal torna-se central para o sucesso inovativo - principalmente no tocante à rotina demandada para a implantação - seja para aquisição e adaptação, seja para produção e utilização das tecnologias empregadas. E ao se tratar de investimentos de longo prazo, o processo de tomada de decisão de elaboração de políticas públicas (por parte dos Estados) e de investimentos (pelas organizações) configura alto grau de complexidade devido à dificuldade em reverter as escolhas realizadas.

Niosi (2002) bem explana acerca destas “dependências de caminho” (*path dependence*) ao abordar o fato de que tomadas de decisão que se demonstram errôneas dificultam a retomada de eficiência nas organizações, mesmo quando o motivo tenha sido diagnosticado, uma vez que os processos inovativos cursam com investimentos e adequações físicas e organizacionais em ambientes produtivos. Em situações nas quais a ineficiência das instituições demonstra-se grave, torna-se evidente que isto ocorre devido a círculos viciosos de pobreza, baixo investimento, baixa poupança, sistemas educacionais deficientes, corrupção política, entre outros.

Dado esse caráter sistêmico e processual demonstrado acerca das trajetórias tecnológica e institucional das organizações, compreendidas em ambientes de atuação econômica comum, compreende-se que comportamentos associados de indivíduos requerem coordenação fina e compreensão global dentro de uma organização. Para tal, surge o conceito de “tecnologia social”. O conceito inclui aspectos relacionados aos pressupostos que direcionam a forma de fazer tarefas, adaptando as ações daqueles que as fazem e influenciando as reações dos demais (NELSON; NELSON, 2002). Para Sampat e Nelson (2001) estas novas formas de organização e governança entre agentes de uma mesma cadeia possibilitam alcançar um objetivo de forma mais eficiente, ou seja, novas tecnologias sociais se tornam atrativas à medida que seus benefícios são percebidos.

Richard Nelson faz questão de demonstrar que o termo Tecnologia Social evolui a partir da ideia de “padrão em fazer as coisas” (SAMPAT; NELSON, 2001) e está intimamente conectada a termos institucionalistas estruturantes, tais como o vebleniano “hábitos gerais de ação e pensamento” (NELSON, 2003). Estas premissas expõem a codificação e padronização das interações humanas diante dos aparatos processuais incorporados às organizações. Assim, estes elementos representam para os SI (o complexo de agentes privados e públicos e os equipamentos operacionais), o componente mais dependente do trabalho e dos trabalhadores: a rotina. Como bem demonstram Pereira e Datheim (2012, p.91), além de permitirem que os sistemas sejam analisados de forma clara, a institucionalização das tecnologias sociais aos SI é peça chave para o delineamento das tarefas que visam um objetivo comum, uma vez que

“(…) o papel dos Estados nacionais em sua estrutura passa pela compreensão da forma como as tecnologias sociais são incorporadas aos arranjos institucionais que são específicos de cada

contexto e de cada momento histórico (...). Depreende-se que a importância das “tecnologias sociais institucionalizadas” é fundamental para tratar dos sistemas de inovação, pois essas desempenham importante papel no processo de aprendizado interativo das organizações (e dos indivíduos em seu interior), sobretudo porque a inovação é decorrência da forma como as organizações combinam suas características idiossincráticas com as do meio em que atuam.”

As TS, sendo assim, podem ser apontadas como expressões das intenções dos atores em transformar progresso técnico em crescimento econômico e desenvolvimento. Todas as tecnologias, em todas as distintas naturezas, possuem um importante componente social que, por mais sutil que seja, não pode ser negligenciado (NELSON; SAMPAT, 2001). De certa forma, elas são o que alguns consideram as próprias instituições (NELSON e NELSON, 2002; AREND, 2012; LEMOS, 2013).

Incorporando o conceito à atmosfera de que trata a tese, compreendemos como de extrema relevância ter a discussão acerca das Tecnologias Sociais como uma estrutura teórico-analítica complementar da composição da matriz metodológica usada. Novamente, a partir do que será exposto no capítulo vindouro, ao longo dos anos os sistemas de incentivo à consolidação do modelo agroalimentar hegemônico brasileiro possuem um conjunto de Tecnologias Sociais que diferem de forma significativa daquelas características à organização das RAA. Ao passo que rotinas techno-produtivas e inovativas desses agentes são particulares, e as questões tecnológicas referentes aos seus produtos alimentares é igualmente relevante, uma abordagem dessa natureza se mostra profícua para os fins de uma análise da dinâmica institucional e da forma de condução desses engendramentos.

Igualmente, uma análise institucional acerca da forma como esses coletivos agem em relação aos seus interesses, promovendo cooperação e interagindo em mercados específicos e - em uma análise de caráter sociológico - em suas arenas, é considerado complementar ao que se propõe. Nesse sentido, a terceira estrutura teórico-analítica lançada é a Habilidade Social, conforme descrição na seguinte subseção.

2.3 Habilidade Social

Proposta por Fligstein (1997), a HS possui suas raízes nos constructos da Nova Sociologia Econômica. As bases epistemológicas da Nova Sociologia Econômica (NSE) estão em teóricos como Durkheim e Weber, e sua consolidação como disciplina a partir do resgate de seus pressupostos - ainda na década de 1970 (RAUDE-MATTEDI, 2005). Conforme autores da disciplina (MARQUES, 2003; SWEDBERG, 2004; STEINER, 2006), a NSE resgata pressupostos desses clássicos, buscando um aprofundamento sociológico diante de fenômenos de natureza econômica. Esses pressupostos criticam aquilo indicado como pacto parsoniano de convívio pacífico com o individualismo metodológico e com as propostas neoclássicas (WANDERLEY, 2002; MAZON, 2010) e refuta a espécie de renúncia (ou uma indução à renúncia) por parte da Sociologia em relação aos objetos de investigação desse caráter.

Para Raude-Mattedi (2005), Weber e Durkheim desenvolveram suas análises considerando que a atividade econômica estaria inserida em um contexto social maior, o qual era completado por instituições construídas à medida que a sociedade evoluía. A atividade econômica estaria, assim, diretamente vinculada ao Ambiente Institucional vigente em cada situação analisada. A autora indica que enquanto para Durkheim as instituições determinavam o comportamento dos agentes, para Weber elas influenciavam. Notam-se traços de distanciamento entre a utilização dos termos em relação ao quão determinista é esse ambiente para cada autor. Essa discussão foi retomada por Granovetter (1985) e Collet (2003) ao explanar sobre análises sub e sobre-socializadas. Enquanto as sobre-socializadas estariam vinculadas a uma espécie de substantivismo parsoniano, no qual a estrutura social receberia ênfase na análise dos comportamentos dos indivíduos, as sub-socializadas refletiriam o pressuposto do interesse próprio e a atomização no processo de tomada de decisão.

O apelo institucionalista dessa corrente de pensamento é evidente e, de forma complementar, fundamento para eleição de uma das estruturas que se pretende como matriz analítica. Steiner (2006) coloca o economista americano Thorstein Veblen ao lado desses dois autores, o que é extremamente ilustrativo para o entendimento do caminho que escolas econômicas seguiram, se baseando em críticas semelhantes àquelas que sustentaram a construção da NSE. Durkheim, Weber e Veblen elaboram suas análises sobre os fenômenos sócio-econômicos a partir das categorias analíticas “Fato Social”, “Ação Social” e “Hábitos

de Vida e Pensamento”, respectivamente. Embora tais categorias possuam diferenças importantes, todas configuram modos de fazer as coisas, maneiras que as sociedades encontram para lidar com seus problemas, bom senso consolidados. Em suma, instituições em suas diversas formas.

Conforme mencionado, a década de 1970 marcou a retomada dessas abordagens que analisam fenômenos econômicos de forma integrada às demais dimensões que compõem o contexto social. As Ciências Econômicas, da abordagem marginalista da virada do Século XIX para o XX à consolidação do neoclassicismo, elegeram como pressupostos analíticos hegemônicos a racionalidade plena dos agentes e o caráter atomizado da tomada de decisão. Pelo lado da Economia, Oliver Williamson se propôs a exaltar uma análise que visava a relação hierárquica entre os agentes dos mercados, quais sejam as formas de governança inseridas em um ambiente institucional que delimita as atividades.

Para Williamson (1985), essa proposta Nova Economia Institucional, e, principalmente sua corrente microanalítica Economia de Custos de Transação, estaria apta a analisar um cenário econômico reestruturado, cujas variáveis eram múltiplas - como oportunismo, incerteza, e características transacionais -, não podendo ser negligenciadas. Contudo, para Granovetter (1985), o fato de manter como objetivo dessa hierarquia a maximização da eficiência nas transações e a eliminação das falhas de mercado, mantinha nessa abordagem a lógica analítica neoclassicista e negligenciaria questões que iriam além daquelas econômicas. Essa fala se aproxima das proposições de Veblen (1899), que indica que a evolução das instituições em uma sociedade não é, necessariamente, benéfica ao coletivo; elas podem servir a interesses de um determinado grupo social que detém capacidade de consolidar “bom senso”.

Sendo assim, Mark Granovetter (1981) traz para si a responsabilidade de confrontar essas propostas ao sugerir uma abordagem que comungue os conceitos da Sociologia Econômica com a proposta adaptada de incrustação ou incrustação social (*embedness*) na construção dos mercados, primeiramente abordada por Karl Polanyi ([1944] 2000). Essa Construção Social do Mercado, incorporada do contexto político-institucional referido em tempo e espaço, leva em consideração as expressões de satisfação e interesse dos agentes ali engajados, não significando que esta forma relacional seja a mais adequada ou eficiente possível. É a ênfase no papel das relações interpessoais concretas que o conceito de imersão põe como prioridade

para análise, indicando por meio das “redes” a estrutura dessas relações (GRANOVETTER, 2007).

Com isso exposto, a noção de Construção Social dos Mercados é sustentada por proposições weberianas e durkheimianas. Em relação ao primeiro, no sentido de que movimentos econômicos seriam naturalmente sociais, estando enraizados no conjunto ou em parte da estrutura social vigente e a partir de manifestações como a troca e a competição (RAUDE-MATTEDI, 2005). Sobre Durkheim, as relações econômicas se sustentariam em instituições, tanto na figura das regras formais (instituições jurídicas), quanto informais (tradição e normas morais) (STEINER, 2006).

Karl Polanyi ([1944]2000), refutando fundamentos estruturantes do *homo economicus* neoclássico. Sua obra indica-se que sistemas econômicos, uma vez inseridos em relações sociais, são garantidos por questões não puramente econômicas. Importante, contudo, é a menção do autor que o dito *embeddedness* (enraizamento, embricamento ou incrustação) social na dimensão econômica, à medida que as sociedades se mercantilizam, também se modifica, tendendo a uma inversão nessa relação e uma maior autonomia da esfera econômica sobre a social.

Fligstein (2003) delibera sobre a natureza social que a NSE busca enfatizar considerando mercados enquanto arenas políticas. O autor indica distintos níveis de condições que coexistem e devem ser enfocados em análises que vislumbrem aspectos concorrenciais. Primeiramente a distribuição dos direitos de propriedade. Além deles, as estruturas de governança ou formas de organização das organizações em um ambiente concorrencial. Por fim, as regras de comércio propriamente ditas e as definições e condições daqueles que operam as transações. Impossível não identificarmos complementaridade com as abordagens econômico-institucionalistas anteriormente descritas.

Nisso sustentada e conforme Fligstein e Dauter (2007), a NSE daria origem a três correntes analíticas: a análise das redes (Mark Granoveter), a Performatividade Econômica (CALLON, 2006) e a Análise Institucional (DiMaggio, Powell, Fligstein, Zelizer). Na primeira abordagem os laços fracos e fortes entre os agentes são postos como elementos fundamentais para a construção dos cenários nos quais as atividades econômicas ocorrem (GRANOVETER, 2001). Ainda sobre a análise das Redes, Callon (1986) propõe a Teoria do Ator-Rede que, além da relação entre agentes trata das associações entre os seres e as coisas (denotando as construções e traduções acerca dos mercados construídos). Já a Performatividade Econômica (CALLON, 2006) se propõe a explicar a interação entre os modelos de representação e

interpretação econômicas e a realidade, quais sejam os impactos das construções teóricas nas atividades econômicas. A Abordagem Institucional, com inclinação macroanalítica e a partir da crítica à primeira corrente em relação falta da figura do Estado no engendramento das relações, analisa a construção dos cenários econômicos, levando em consideração a trajetória institucional e os caminhos seguidos por nações em decorrência de decisões político-econômicas passadas (FLIGSTEIN, 2001).

A partir dessa última linha pensamento, Neil Fligstein (1997) busca enquadrar uma proposta de ação, sob os pressupostos sociológicos, entre a estrutura social e o indivíduo. Criticando o Institucionalismo quando provindo da sociologia clássica, que tende a indicar a ação em decorrência bastante positiva da estrutura, o autor busca no conceito de “empreendedores institucionais” a base para a estrutura analítico-metodológica Habilidade Social. Enraizada na proposta de DiMaggio (1988), de que alguns atores sociais são melhores na reprodução de respostas às demandas coletivas, empreendedores institucionais agiriam de forma estratégica em virtude da busca por cooperação. A Habilidade Social seria, portanto, a capacidade de atores em promover cooperação entre membros de um mesmo e/ou entre diferentes campos de atuação (FLIGSTEIN, 1997).

A partir da compreensão de que as instituições existentes não poderiam ser modificadas de por ações individuais, uma análise com foco em capacidades de empreendedorismo institucional deve expor como desenvolvem HS e propor alternativas à estrutura vigente. Essa exposição permite a identificação da mobilização de aliados e de ativação de cooperação por outros daqueles campos (FLIGSTEIN, 1997).

Dois fatores sociais são fundamentais para o entendimento da relação entre Habilidade Social e a ação dos atores em determinado campo: as condições organizacionais da arena ou campo de atuação e o posicionamento dos diferentes grupos dentro dessas arenas (FLIGSTEIN, 1997). Os tipos de ação estratégica, portanto, se dão em decorrência da assimilação desses fatores por empreendedores institucionais dotados de maior Habilidade Social. Magalhães (2007), ao analisar a persistência das cooperativas de leite do Oeste de Santa Catarina em termos de capacidade concorrencial diante de mercados altamente competitivos, demonstra que são determinadas habilidades sociais (vinculadas a capitais sociais no sentido bourdieiano) que garantem sua eficiência. Naquele caso, a confiança entre cooperativas e produtores de leite era um capital construído historicamente e garantidor da manutenção das transações.

Essa abordagem, que Fligstein (1997) caracteriza como uma corrente Neo-Institucionalista dentro da NSE, permite evidenciar relações de poder e interesse, ao passo que demonstram imposição de grupos e agentes sobre outros em função de uma relação de poder. O autor indica que a indução de cooperação pode se dar de diferentes formas, inclusive, atores socialmente hábeis podem utilizar regras existentes de forma a criar novas instituições, permitindo benefícios. Esses atores promovem ideias e identidades a fim de que o coletivo assimile-as e aja em sentido comum. O que se torna pertinente em casos cujos objetos estudados se referem a políticas extra-legais, não institucionalizadas ou em movimentos sociais que sob situações de instabilidade em seus campos, tentam elaborar projetos institucionais alternativos para reorganizar ou criar novos campos de atuação (movimento bem evidenciado nas fases de pré-campo da pesquisa com as RAA).

A identificação dessas circunstâncias em nosso objeto de investigação torna a estrutura metodológico-analítica fortuita no sentido de ter nos levado a investigar quais são esses códigos propostos nas RAA, em que diferem das cadeias agroalimentares convencionais, quem são os agentes socialmente hábeis e como atuam no sentido de induzir cooperação nesses distintos campos. É notório o fato de que a situação relacional dessas RAA configura instabilidade em um campo de atuação de produção convencional, aos moldes do indicado por Fligstein (1997). A própria atuação em ambientes alternativos, portanto, indica movimentos no sentido de reorganizar ou produzir novos campos. O entendimento desse movimento foi caráter implícito aos objetivos geral e específicos, fechando a tríade estrutural proposta para essa análise de dinâmica institucional.

A ênfase nas instituições, nos processos que as conduzem e a instabilidade e estabilidade dos ambientes de atuação econômica são os fatores em comum desse tripé conceitual que propusemos: Causalidade Reconstitutiva Descendente, Tecnologia Social e Habilidade Social. Ademais, elementos presentes em seus escopos, tais como rotinas, hábitos e *path dependence*, a crítica ao posicionamento analítico neoclássico, a ênfase na relação entre indivíduo e estrutura e o entendimento de que a dimensão econômica é uma entre tantas outras que devam ser consideradas em análises do movimento econômico, são motivadores para essa proposta de comunhão teórica. Os capítulos que seguem apresentam de forma aprofundada nosso objeto de investigação, a dinâmica institucional das RAA, e relacionar esse

objeto com o arcabouço teórico eleito para composição do esquema analítico.

“Vi como um garotinho de seis ou sete anos de idade foi golpeado na cabeça com um chicote (antes que eu pudesse intervir) porque me havia servido um copo de água um pouco turva.”

(Charles Darwin, 1832)

3 REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS E O MOVIMENTO *SLOW FOOD*

Consideramos como RAA aquelas estruturas relacionais, inseridas em sistemas de produção de alimento, que emergem na literatura a partir de estudos teórico-empíricos e possuem como características seminais os produtos e métodos de produção alternativos, as estruturas de governança não convencionais e a proximidade entre consumidores e produtores respectivamente (MARSDEN, BANKS E BRISTOW, 2000; RENTING et al., 2003; SAGE, 2003; WHATMORE et al., 2003; ILBERY; MAYE, 2005; SONNINO; MARSDEN, 2006; MORGAN et al., 2006; JAROSZ, 2008). A demonstração da natureza alternativa dos alimentos e dos grupos de produtores envolvidos em tais redes ocorre à medida que suas práticas se contrapõem àquelas identificadas nos sistemas agrícolas convencionais (GAZZOLA; SCHNEIDER, 2018).

Neste sentido, o presente estudo indica que Fortalezas *Slow Food* são exemplos empíricos de RAA por se manifestarem enquanto contestação ao modelo convencional de produção e distribuição alimentar. Esses coletivos atuam na construção de significados alternativos para a qualidade dos alimentos, contrapondo-se à forma como o modelo convencional de produção, distribuição e consumo promove a padronização e deslocalização desses produtos (BRUNORI, 2007).

Para que entendamos quem são essas RAA vinculadas ao MSF, que se mantêm no ambiente rural brasileiro produzindo alimentos de forma diferenciada ao *mainstream* agrícola nacional, consideramos fundamental iniciarmos a contextualização por meio de inferências acerca da consolidação do ambiente rural brasileiro e, de forma adjacente, dos sistemas agronegociais convencionais estabelecidos no país. Esse é o objetivo do presente capítulo: apresentar a discussão teórica acerca das RAA e o escopo de atuação do MSF enquanto articulação crítica à própria lógica hegemônica de produção, distribuição e consumo de alimentos.

Este capítulo conta com três subseções: a primeira na qual visa-se trazer considerações acerca do ambiental rural brasileiro e da forma como se institucionalizaram os sistemas agroalimentares ao longo do tempo; a segunda, com ênfase nas RAA, tem objetivo de descrever essa abordagem teórica e a forma com a qual considera-se que essas estruturas empíricas representam manifestações de resistência ao

modelo produtivo convencional, e; a terceira, em que busca-se expor o MSF e vincular as Foratalezas *Slow Food* às RAA.

3.1 O ambiente rural brasileiro

O Brasil tem suas raízes no campo, se solidificando como nação a partir de pressupostos enraizados no uso do vasto território. Caracterizar a forma como o ambiente rural brasileiro se estruturou desde o processo de colonização mostra-se fortuito no sentido de entender as trajetórias eleitas para o desenvolvimento do país, assim como suas consequências. Esse entendimento trará sustentação à nossa proposta seminal ao passo que expõe o modelo hegemônico que enxergamos como objeto de contraposição às RAA e ao MSF.

Três obras da literatura clássica brasileira, escritas na estruturante década de 1930 (conforme eventos que relatos no que segue), ratificam nosso anseio para expor textualmente algumas contribuições sobre a construção das instituições que regem o desenvolvimento da nação. Graciliano Ramos (*Vidas Secas*, 1938), Gilberto Freyre (*Casa-grande e Senzala*, 1933) e Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*, 1936), se debruçaram sobre o tema, evidenciando, sobretudo, como as hierarquias, os interesses e as heterogeneidades entre os agentes do campo influenciaram no que hoje representa nosso país. Ao longo dos cinco séculos e alguns anos de Brasil assim entendido, o ambiente rural vêm se perpetuando como importante fonte de riquezas e divisas. Em seu começo, um país cujo interesse comercial colonizador estava vinculado à extração vegetal e mineral, cujas terras eram cedidas por um rei de “além-mar” e cujo modo de produção era o escravocrata.

Outra contribuição significativa para tal compreensão é a análise de Ignácio Rangel (1957) acerca das questões político-institucionais, relacionando capital e produção em diferentes momentos desenvolvimentistas do país. Ali, se verifica o porquê de a agricultura capitalista brasileira ter se desenvolvido, mesmo sem desenvolver novas formas de relações capitalistas, conclui-se que seu desenvolvimento se deu por uma “Via Prussiana”, forjada sob forte modernização dos latifúndios e conduzida por importante intervenção estatal.

Nos longínquos anos que se sucederam às primeiras manifestações de ocupação do território, Portugal Imperial, com forte capital comercial e uma estrutura política feudal, promoveu a concessão do direito de uso de terras via capitâneas hereditárias. Nenhuma terra existiria em território brasileiro sem um senhor. Entre o Rei e os capitães hereditários se mantinham relações de suserania e vassalagem,

estruturando um sistema de produção e distribuição cujos produtos principais seriam de natureza primária. As relações de trabalho, por sua vez, se davam em regime de escravidão. Sendo assim, existia uma relação do tipo feudal entre Rei e capitão hereditário e uma relação escravocrata entre capitão e escravos. Mas ainda assim, esse sistema Portugal/Brasil se incrustava em uma economia que tentava integrar diferentes partes do mundo.

A análise de Rangel (1957) se estrutura em diferentes níveis, quais sejam seus Polos e Lados. Em um “Polo Interno” desse sistema, permanecia um “Lado Interno”, cuja relação principal se daria entre capitão e escravo e um “Lado Externo”, cujos agentes seriam o Império Português e o capitão hereditário. Já em um “Polo Externo”, se relacionavam Portugal e os detentores do capital inglês (na função de cliente) em seu respectivo “Lado Externo” e, no “Lado Interno” a produção propriamente dita brasileira, controlada pelo país colonizador.

Este seria o primeiro dualismo brasileiro. Com isso, torna-se evidente a posição do rural brasileira com enfoque agrícola e economicista, devido aos claros objetivos adjacentes ao capitalismo mercantil. Posição essa que se perpetuou em períodos cujo produto principal seria o café (que com seus excedentes, subsidiou, mesmo que em partes, a emergência tardia de uma indústria nacional que já se encadeava e buscava espaços) (CARDOSO DE MELLO, 1982; DRAIBE, 1985) e em tempos recentes, a produção em grande escala de grãos e carnes (SILVEIRA, 2013). Consideramos esses processos interligados.

Cardoso de Mello (1982), ao analisar o processo de industrialização tardia brasileira indica que a acumulação cafeeira direciona a dinâmica econômica nacional entre os anos 1888 a 1933, ano que se inicia uma fase de industrialização restringida após reestruturação do padrão de acumulação anterior. Corroborando a essa lógica, Caio Prado Junior (1942), sintetiza um processo de construção do país se desenvolvendo com dependência econômica agroexportadora, institucionalizando um papel declarado em uma ótica de divisão internacional do trabalho, especializado em produtos primários.

Embora haja um consenso de que o período de industrialização restringida tenha sido possibilitado, em partes, por divisas vinculadas à exportação do café, essa dependência tornava-se um fator limitante para o próprio desenvolvimento industrial. Indústria essa que passou a se intensificar a partir da Revolução de 1930 e o início de sua construção, tornando claras as demandas de outros setores da sociedade civil, que reivindicavam abrangência político-econômica do Estado semelhante

aos grandes latifundiários do café (DRAIBE, 1985). Sendo assim, fica evidente que mesmo em períodos cujas políticas econômicas visaram uma maior diversificação das matrizes produtivas, os setores agroexportadores ainda se mantinham como centrais na tomada de decisão para o desenvolvimento econômico.

Analisando a produção agrícola e pecuária como componente agrícola do rural brasileiro (que se completaria pelas questões agrárias), nota-se que o cenário atual não pode ser visto como um fenômeno espontâneo, tendo que ser contextualizado às instituições que foram conduzindo-o ao seu atual cenário. Embora com considerações opostas referentes às consequências do desenvolvimento agronegocial brasileiro, Buainain et al (2013) e Mattei (2014), caracterizam como a oferta de crédito rural e a criação de meios de capilarização de tecnologias e instituições públicas como vetores de inovação e pesquisa agrícola.

Na década de 1950, principalmente diante das políticas oriundas do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), a ambição do Projeto Nacional de Desenvolvimento primava, de forma integrada, por um avanço homogêneo para além da indústria. Um de seus principais eixos seria o desenvolvimento de uma agricultura moderna por meio da disseminação de técnicas de produção, da disponibilização de formas financiamento e da mecanização do campo (DRAIBE, 1985). Esta fase, que se consolidou nas décadas seguintes sob o regime militar, permitiu que o ambiente rural se conectasse aos demais setores em um processo constante de agroindustrialização. Grisa e Schneider (2014) inferem que este período configurou a influência de um “referencial global” (o objetivo maior de industrialização como motor do desenvolvimento) sobre um “referencial setorial” do setor agrícola. Em outras palavras, a produção rural deveria se industrializar e conectar aos demais setores, uma vez que estes seriam os pressupostos estruturantes para o desenvolvimento.

Esse processo de modernização do campo configurava os alicerces daquilo que hoje conhecemos como o moderno Agronegócio Brasileiro, seja concretizando a obtenção de grandes escalas produtivas e a elevação da produtividade total (GASQUES, 2011), seja devido à consolidação de um aparato institucional que permitiu, na década de 1990, que o Brasil ativasse importantes mercados externos (BUAINAIN et al, 2013). De acordo com Silva (2002), a integração que se engendrou com os demais setores econômicos tornou difícil a segmentação, outrora estabelecida, de um setor primário intransponível.

Contudo, à medida que a modernização do setor ocorreu sem que houvesse mudanças nas relações de poder e na estrutura agrária, este

ambiente altamente produtivo promoveu a potencialização de desigualdades históricas (GARCIA, 2013). A reestruturação produtiva resultante dessa “Modernização Conservadora”, mantendo prevalência das hierarquias seculares, impediu a manutenção de populações rurais que não estivessem capacitadas à absorção dos novos padrões exigidos e/ou que não privilegiassem determinados produtos e práticas agrícolas sustentados nesse processo.

Políticas públicas instrumentalizaram essa trajetória de consolidação da produção agropecuária brasileira. A exemplo, a criação do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, com importante foco no desenvolvimento daquilo que viria a se tornar o Complexo Grãos-Carne (SILVEIRA, 2013), demonstrando nítido fomento a um paradigma tecno-produtivo específico, que se inicia na década de 1970 e ganha força na década de 1990. Para Buainain et al (2013) e Silveira (2013) foram essas mudanças institucionais e estruturais que permitiram os grandes saltos em produção e produtividade galgados pelo agronegócio brasileiro na década de 1990. E, por sua vez, tais mudanças são correspondentes a um processo de reestruturação produtiva global que se manifestou a partir desta década.

Ocorreu, portanto, mais do que a simples mecanização do campo, e sim uma constante profissionalização em todos os encadeamentos das cadeias agroindustriais, aprimorando competências gerenciais e produtivas (GARCIA, 2013; SILVEIRA, 2013). É significativo relacionarmos o cenário interno brasileiro inserido em um contexto maior e de mudanças estruturais em todo Mundo.

A produção agrícola nacional se desenvolveu a partir de um início de intensificação na inserção de tecnologias estrangeiras e integração a cadeias globais de suprimento que se afirmou de forma ainda mais contundente a partir da década de 1990. Essa década foi marcada pela proposição de “Reformas Liberalizantes” para países em desenvolvimento, endossadas pelos pressupostos do Consenso de Washington. Ao passo que o setor foi se configurando extremamente competente e produtivo, se consolidaram alterações nas relações entre as interfaces insumos-produção e produção-distribuição (ZYLBERSZTAJN, 1995), assim como nos padrões de financiamento (SILVEIRA, 2013).

Sobre esse mesmo período, Talamini e Ferreira (2007) demonstram que à época os indicadores sociais não acompanharam a evolução positiva dos indicadores econômicos da produção agrícola. Os autores indicam que, à medida que houve um aumento no produto oriundo do setor no período posterior ao Consenso de Washington,

também houve aumento da concentração de riqueza e do número de unidades produtivas - caracterizando redução do número de propriedades agrícolas e pessoas no campo. Infere-se ali que, assim como vem se constatando ao longo do presente texto, o padrão de competitividade do setor selecionou agentes capacitados e excluiu aqueles que não puderam ou não se interessaram em assimilar as novas demandas.

Após as políticas liberalizantes vinculadas à agricultura e com correlação ao Consenso de Washington (abertura de mercado, desregulamentação econômica, privatização de empresas, entre outras), a balança comercial do setor se manteve positiva. Contudo, acompanhando o aumento das exportações também se observou a elevação das importações, relacionada aos insumos agrícolas. Tal fator indica um aumento da dependência de tecnologias produtivas cujos insumos característicos desse padrão tecno-produtivo hegemônico são internacionais e com preços dependentes da variação cambial (TALAMINI; FERREIRA, 2007). Ademais, embora as exportações gerais do Agronegócio Brasileiro tenham crescido significativamente no período entre 1995 e 2002 (cerca de 25%, representando 3,34% do total das exportações globais gerais), neste período também houve um massivo aumento de aquisições, por parte de fontes de capital estrangeiro, de ativos agropecuários cujo capital outrora era nacional (BENETTI, 2004).

Como indica o estudo desse autor (BENETTI, 2004), houve, sobretudo, um importante aumento no controle das exportações brasileiras por organizações estrangeiras, com determinação de matriz de produtos caracterizados, em grande parte, por *commodities* “puras” (produtos com pouca ou nenhuma transformação). Sendo assim, fica evidente como a forma de inserção da agricultura nacional – ou pelo menos uma importante parcela dela - nos circuitos comerciais e cadeias de globais de valor se dá em acordo com a indicação de Furtado (1992), em níveis menos valorizados das cadeias produtivas globais.

A partir do exposto, o desenvolvimento do setor agrícola nacional se emulou sobre forte inclinação industrializante, tornando-o um importante elemento da composição da riqueza do país. Contudo, este posicionamento instaurou um cenário que segregou uma significativa fração da população rural da produção propriamente dita. Este elemento acaba promovendo uma imagem maniqueísta do rural brasileiro, em que de um lado se posiciona o Agronegócio e de outro a Agricultura Familiar (GONÇALVES, 2004).

Sendo assim, percebemos que os valores, a cultura, as regras, as

normas, as leis, os códigos de conduta, quais sejam as instituições em suas distintas formas e interpretação, influenciam de forma direta uma determinada nação em termos de como ela constitui suas bases e enfrenta seus problemas. A tomada de decisão dos agentes envolvidos (pertencentes aos diversos estratos sociais), por conseguinte, possui influência direta nos processos de desenvolvimento, repercutindo no sucesso ou fracasso de seus empreendimentos em atingir seus objetivos. De mesma sorte, o desenvolvimento do rural brasileiro passou por esses critérios, uma vez que a agricultura, ao longo da consolidação do país como nação, permaneceu como importante motor para o desenvolvimento econômico, mantendo um enquadramento estratégico forjado sob tais incentivos.

Subentende-se que a estrutura institucional que modela a economia, combinada com a sua estrutura industrial no sentido clássico da organização industrial, codifica um sistema de incentivos e barreiras que define os interesses, molda e canaliza as ações dos atores. Essa lógica transcende setores econômicas e de forma retroalimentar, as ações dos atores do campo, seus interesses e representações sociais atuam diretamente na institucionalização de consensos. O sistema de interesses e interação entre os agentes promove uma lógica política particular. E, por conseguinte, determinada lógica de mercado específica a uma estrutura institucional nacional interfere na condução dos agentes às estratégias e ao desenvolvimento dos produtos e processos com maior aderência aos sistemas institucionalizados.

É nítida a elaboração de um conjunto de instituições formado no sentido de alavancar o setor agrícola com fins de mitigar os efeitos de gargalos às cadeias produtivas. O papel do Estado, nesse sentido, torna-se fundamental ao compartilhar riscos e incertezas, à medida que estimula o crescimento dos setores. Contextualizando práticas políticas ao caso brasileiro, as características da colonização e a utilização de seu vasto território como fonte de recursos naturais tornou-se fator preponderante às decisões e direcionou a trajetória de desenvolvimento agrícola para que galgasse os mais altos padrões de competitividade em mercados globais. Outro fator que indica uma relevante ativação de demanda efetiva é o potencial mercado interno do país. Entretanto, a modulação do setor se deu de forma a voltar-se para a exportação de *commodities*, finalmente, configurando sua principal característica na atualidade.

Aqui, o meio-ambiente expressa-se como um incentivo vigente na modulação dos hábitos de vida e pensamento. Lançar mão de condições geográficas do território como vantagem competitiva torna-se

comum em países periféricos e em desenvolvimento. Contudo, esta prática incorre em vinculação às cadeias globais de produção em níveis de menor valorização, aumentando, portanto, o *gap* desenvolvimentista e a dependência de capital externo (FURTADO, 1992).

Conforme mencionado, no período posterior ao Consenso de Washington se solidificou um modelo convencional para a agricultura nacional, altamente produtivo e eficiente economicamente. Tal consolidação, que não é particular ao caso brasileiro, denota a opção por um determinado sistema, transferindo o centro de tomada de decisão para determinados agentes das cadeias produtivas, em detrimento de outros.

O sistema engendrado delimitou as atividades econômicas do campo, amplificando atividades correlacionadas às culturas, variedades e produtos com maior prestígio nos mercados globais agroindustrializantes. Ademais, este sistema preconizado implica em demanda por aumento de escalas nos fatores de produção, tornando árdua a sobrevivência de agricultores que pretendam operar alheios às cadeias integradas (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017). A atuação do Estado, embora tenha propiciado incentivos diretos a regiões menos desenvolvidas e a determinados centros de Agricultura Familiar, não possibilitou que milhares de pequenos estabelecimentos agrícolas gozassem dos benefícios apontados, deixando-os à margem dos avanços conquistados. Sendo assim, esta dinâmica institucional descrita, embora tenha atingido objetivos econômicos, não permitiu ganhos absolutos.

A escolha por determinada trajetória de institucionalização dos padrões de produção agrícola brasileiro corresponde, sobretudo, a escolhas político-econômicas relacionadas ao padrão de desenvolvimento eleito ao longo do tempo. Questionável é o fato de apenas um grupo pequeno de produtores (em relação ao total de produtores rurais brasileiros) lograr tais benefícios. É o então chamado modelo bifronte da agricultura nacional, em que o grupo capaz de assimilar a tecnologia vigente responde por uma enorme fração da produção, promovendo concentração de renda e terra e, tornando hegemônico o pacote referente à dita agricultura moderna, enquanto o outro difere em competitividade e, para alguns autores, tornam-se dependentes de políticas públicas para a manutenção de suas atividades produtivas (BUAINAIN et al, 2013).

Este fato corrobora às indicações de autores que veem a Globalização Econômica como excludente, uma vez que faz com que países em desenvolvimento sejam incorporados aos circuitos comerciais mundiais, mas sem galgarem benefícios sociais ao absoluto de sua

população (HARVEY, 1992; CHESNAIS, 1995). Igualmente, reintroduzir este imenso grupo de indivíduos no círculo hegemônico “tecnico-econômico” não é simples, dado seu afastamento das rotinas e a importância do aspecto temporal para assimilação dos processos. Ao permitir o afastamento deste grupo facilita-se, num longínquo passado, a sua própria submissão a um determinado caminho de desenvolvimento cuja volta alternativa é dificultada. É o que Niosi (2002) indica como “*path dependence*”, ou dependência de uma determinada trajetória.

Seria isso, portanto, um processo de incompatibilidade entre tecnologias físicas e tecnologias sociais. Uma falta de aderência entre as tecnologias físicas eleitas como hegemônicas para determinada função - utilização de sistemas de produção integrada e em escala, fertilizantes e agroquímicos específicos, culturas e espécies geneticamente melhoradas - e o conjunto de tecnologias sociais destes grupos de agricultores à margem dos benefícios desse sistema agronegocial – capacidade de absorção, assimilação prática e uso das tecnologias físicas (NELSON; NELSON, 2002). A utilização adequada e eficiente dos recursos tecnológicos dependeria da institucionalização destas tarefas pelo grupo social em questão, reforçando a indicação de Buainain et al (2013) em relação à incapacidade do estrato de produtores diagnosticado como ineficiente em assimilar o novo padrão tecno-produtivo da agricultura moderna.

Estas inferências nos levaram a um questionamento seminal para o presente estudo: existem alternativas a estes produtores que não o abandono da atividade, o assistencialismo estatal ou a participação em níveis menos valorizados das cadeias produtivas agrícolas?

Existem estruturas relacionais e de atuação econômica distintas das cadeias globais, agroindustrializantes e *commoditizadas* pela forma como os agentes se conectam e conduzem seus processos produtivos e distributivos. Essas estruturas são tratadas em análises empírico-teóricas como alternativas ao sistema agroalimentar hegemônico. O desenvolvimento e fomento de Redes Agroalimentares Alternativas (RAA), que são descritas a seguir, vêm sendo posto como formas de estruturação de possibilidades de viabilização de um setor agrícola mais diverso e menos concentrado.

3.2 Redes Agroalimentares Alternativas: um processo de resistência aos modelos agroalimentares hegemônicos

Os primeiros estudos acerca dos sistemas produtivos agroalimentares tendiam focar, sobretudo, questões referentes à

eficiência. Ainda na década de 1950, Davis e Goldberg (1957) cunham o termo *Agribusiness*, demonstrando a emergência do processo de industrialização da agricultura norte-americana e as distintas interfaces relacionais que se desenvolviam entre indústria de insumos, produção agropecuária, indústria de alimentos e sistema de distribuição. Outra importante contribuição para o tema veio de pesquisadores franceses, contemporâneos aos supracitados americanos de Harvard, cuja análise se propunha a evidenciar os diversos elos das cadeias - ou "*filières*" - envolvidos da produção alimentar ao consumo (ZYLBERSZTAJN, 1995). Estas proposições analíticas das cadeias tinham clara tendência sistêmica e se mantiveram hegemônicas durante toda segunda metade do Século XX, dado suas evidentes interlocuções com o já mencionado processo de "*commoditização*", industrialização e globalização da agricultura mundial.

Contudo, diante da ocorrência de novas formas de engendramento entre os agentes envolvidos com a produção de alimentos, alguns pesquisadores sentiram a necessidade de renovar os conceitos e abordagens analíticas, no intuito de enquadrar mais adequadamente essas novas estruturas. Zylbersztajn (1995), em sua tese de livre docência, aponta a existência de cadeias internas a outras que se diferenciam por questões de qualidade, agregando valor aos seus produtos, comercializados a clientes que requeriam qualidade superior. Naquele caso o pesquisador expôs um caso específico no qual produtores de café organizados em associação submetem suas produções a serviços de rastreabilidade, valorizando, com isso, sua produção. Ali, e ainda mantendo um caráter bastante positivo, estes grupos foram chamados de sub-sistemas específicos, inseridos em um sistema agronegocial maior.

Entretanto, é a partir da ótica do desenvolvimento rural que surge a proposta da abordagem analítica das Redes Agroalimentares Alternativas (RAA), nas quais o principal diferencial estaria na relação entre produção e consumo e nos pressupostos que estruturam essa relação. Muito relacionadas às Cadeias Agroalimentares Curtas, as RAA representam um arcabouço de práticas de provisão alimentar que surgem em contraposição aos sistemas agroindustriais de distribuição e consumo de alimentos (MURDOCH et al., 2000) a partir de mercados agroecológicos, cooperativas de produtores, Mercado Justo (*FairTrade*), *Community Supported Agriculture* (CSAs), grupos de compra e consumo, entre outros (ALLEN et al., 2003; RENTING et al., 2003; GOODMAN, 2004; ILBERY; MAYE, 2005; VENN et al., 2006).

Com enfoque nas relações entre produção e consumo, explorando questões referentes à gestão e à inovação, evidenciando o potencial alternativo dessas redes diante à produção convencional e levando em consideração as questões políticas do consumo (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017). Suas manifestações empíricas são diversas e heterogêneas, tornando desafiadora a sua definição e demarcação de limites (FORSELL; LANKOSKI, 2015). Contudo, seus pressupostos estruturantes podem ser sumarizados em produtos e métodos de produção alternativos, distância reduzida entre produtores e consumidores, diferentes formas de governança nas redes e enraizamento social e confiança nas relações econômicas (MARSDEN et al., 2000; RENTING et al., 2003; WHATMORE et al., 2003; SAGE, 2003; ILBERY; MAYE, 2005; SONNINO; MARSDEN, 2006; MORGAN et al., 2006; JAROSZ, 2008). Segundo Ilbery e Maye (2005), as estratégias deste modelo cursam com diversificação da produção, agregação de valor e diferenciação baseada na valorização produtos, processos e lugares (ILBERY; MAYE, 2005).

Pascucci (2010) utiliza uma abordagem que analisa tanto a governança da cadeia quanto os processos de tomada de decisão para demonstrar como em casos de alimentos cujos atributos de valorização exijam maior confiança do consumidor sobre a produção, ali chamados de bens de crença, a organização dos agentes é diferenciada do *mainstream* das cadeias agroalimentares. O autor caracteriza essas estruturas como “Redes Agroalimentares Comunitárias”, novamente, trazendo um caráter de compartilhamento de responsabilidades entre agentes do campo e da cidade. É comum a estes autores supra indicados apontar que estas redes têm em comum a noção de que mudanças nos padrões de consumo poderão incidir na construção de sistemas alimentares mais justos para produtores e consumidores.

De forma mais concisa, o principal requisito para chamar uma cadeia agroalimentar de curta seria, pois, a comercialização direta para o consumidor final (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012) e estas novas estruturas estariam relacionadas a um novo paradigma rural, enraizado na cultura, na história e nos ecossistemas locais (MARSDEN, 1992; PLOEG et al, 2000). Estas estruturas promovem a valorização de produtos alimentares de acordo com critérios de qualidade vinculados ao sabor, aroma, textura, à construção de relações de confiança entre produtores e consumidores, à acreditação do local e das técnicas utilizadas para a produção, a questões sócio-econômicas e ambientais relativas aos agentes envolvidos e à segurança alimentar e dos alimentos (CRUZ, 2012). Ademais, estas cadeias agrícolas heterogêneas e

regionalizadas possibilitam a valorização da identidade cultural de uma região, enaltecendo o respeito da produção dos alimentos com os recursos naturais e com o conhecimento tácito local (PLOEG et al, 2012; TREAGER, 2011).

Ploeg et al (2000), de mesma sorte, classificam o fenômeno como um genuíno contra-movimento com potencial para gerar impactos, a longo prazo, positivos para o desenvolvimento rural. RAA são estruturas chave no processo de desenvolvimento rural, engendrando, portanto, distintas formas de relação entre produtores e consumidores, fazendo com que se desenvolvem dali diferentes convenções e construções de qualidade de produtos (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

Vale ressaltar que esses autores avaliam que tais estruturas emergiram primeiramente no continente europeu, fator que deve ser atribuído à escassez e saturação de recursos naturais da região (antecipando uma tendência global), cuja impossibilidade da realização da agricultura industrial de alta produtividade promoveu situações críticas a agricultores familiares. Fatores como baixa produtividade diante de um mercado globalizado, queda de preços e a transferência da renda agrícola para as indústrias de insumos e de processamento, promoveram o fenômeno chamado de *profit squeeze*, ou lucros espremidos. Somados ao aumento de demanda por produtos com atributos de qualidade diferenciados, processo indicado como “virada à qualidade” (*quality turn*), tais estruturas organizativas prosperaram como alternativas (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000 ; PLOEG et al, 2000) e se tornaram objetos a serem estudados.

Nesse sentido, a discussão acerca das RAA denota uma crítica às cadeias agroalimentares convencionais, principalmente no que se refere aos impactos ambientais e ao desenraizamento dos alimentos (GOODMAN, 2003; SAGE, 2013). Tal “Globalização Agroalimentar” seria contraposta, portanto, a partir do enraizamento, da realocação e da inclusão como atributos de qualidade de aspectos culturais (tradições e modo de vida, por exemplo) e ambientais – além da valorização das pessoas envolvidas e de seu “saber fazer” (ALLEN et al, 2003). Indica-se por meio deste argumento que a industrialização do campo e a *commoditização* dos produtos agrícolas ocasionou a transferência da renda das propriedades rurais para as grandes corporações, tanto processadoras de alimento quanto fornecedoras de insumos.

No que se refere à “virada à qualidade”, ou a maior conscientização dos consumidores em relação ao alimento consumido, infere-se que sob pressão de produtos que vinham perdendo suas

características elementares, se estabeleceram correntes de demanda por alimentos com qualidade diferenciada. Visto por esta perspectiva, sugere-se que as mudanças estruturais do mercado se deram, também, impulsionadas pela demanda, à medida que partiram da preocupação dos consumidores em relação à procedência dos alimentos, possibilitando maior apropriação de renda devido ao valor percebido.

Esta qualidade diferenciada estaria vinculada a um complexo escopo de categorias valorativas de difícil análise, socialmente construídas por uma diversidade de atores sociais (ILBERY; KNEAFSEY, 2000). Em relação aos aspectos ambientais, seriam produtos cujos métodos de produção possam ser considerados ambientalmente amigáveis (orgânicos, agroecológicos e integrados, livres de transgênicos, com preocupação acerca de bem-estar animal, etc...) (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003). Outros aspectos estariam vinculados a produções locais, regionais, tradicionais, artesanais e comercializados em cadeias curtas (GOODMAN; WATTS, 1997; WARD; ALMÁS, 1997; FRIEDLAND, 2001).

É notória a intenção dos autores dessas correntes em vincular o fenômeno das RAA com uma crítica dos agentes em relação ao *mainstream* da produção dos alimentos. Dessa forma, essas cadeias cursam com a apropriação do consumidor da condição de agente ativo na construção da qualidade e propulsor de iniciativas opostas àquelas que vêm se apresentando em maior número nos mercados de alimento das últimas décadas. O consumidor, nestas novas formas de cooperação entre eles e os produtores, atuam desde a indicação de padrões de qualidade à participação ativa nos processos produtivos (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012; RENTING et al, 2012).

O referencial em questão é de sustentação empírica. Estes conceitos foram concebidos por meio de estudos de caso acerca das supracitadas estruturas organizativas distintas do *mainstream* agronegocial, devendo, portanto, enaltecer o papel destas abordagens metodológicas para o tema. Em publicações seminais, (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003) autores buscaram evidenciar quais os mecanismos necessários para que estas estruturas possam agregar valor aos seus produtos e quão relevantes são estas novas formas de relacionamento entre produção e consumo para que este valor adicional seja entregue em produtos alimentares. Para tanto, os autores lançaram mão de uma abordagem multi-casos, com enfoque em diferentes cadeias produtivas específicas (cadeias que se diferenciavam por fornecer produtos orgânicos, de

agricultura familiar, cooperativas de consumidores, e/ou produtos localmente identificados).

Após a solidificação das abordagens pertinentes às RAA, desenvolveram-se inúmeros estudos de caso sobre objetos empíricos que se enquadrariam nesta gama de características. Tendo a redução na distância entre produtores e consumidores como uma das principais prerrogativas das RAA (MARSDEN et al, 2000), estes estudos de caso, em sua maioria, analisam cadeias agroalimentares curtas. Para Renting, Marsden e Banks (2003) a característica chave das cadeias curtas é sua capacidade para re-socializar ou re-especializar o alimento, permitindo ao consumidor fazer julgamentos de valor. Sendo assim, as principais categorias analíticas ali empregadas são: as categorias nucleantes (qualidade, enraizamento, realocização) e as estruturais (face-a-face, espacialmente estendidas e proximidade espacial), além da avaliação das circunstâncias e objetivos (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

Em relação às categorias estruturais, Renting, Marsden e Banks (2003), distinguem três tipos: As face-a-face, as de proximidade espacial e as espacialmente estendidas. Face-a-face são caracterizadas pela relação direta entre produtores e consumidores (como no caso das feiras e mercados de agricultores). Nas cadeias agroalimentares curtas de proximidade espacial esta relação não ocorre, necessariamente, de forma direta. Nas espacialmente estendidas, embora possa haver significativa distância geográfica entre produtores e consumidores, os consumidores estão cientes da identidade dos produtores e dos produtos (como no caso do mercado justo - *fairtrade* - e dos selos de Identificação Geográfica de Origem).

Essas cadeias tendem a enraizar práticas alimentares com base em relações eco-sociais de caráter local, criando uma estrutura capaz de compensar impactos da globalização (tida como um fenômeno desenraizador). Tal enraizamento, por si, torna-se um mecanismo de geração de confiança e compartilhamento de valores comuns entre os agentes, ao passo que promove confiança e estreita a interação entre os agentes da cadeia (GRANOVETTER, 1985). Sendo assim, aqui entendemos como enraizamento a forma com que práticas sociais sedimentam-se localmente e constituem as possibilidades de que outras práticas e formas de conhecimento sejam operacionalizadas. Desta forma, é possível criar formas de reciprocidade nas relações econômicas, que vão além de uma lógica meramente mercantil - mesmo que essa não seja necessariamente excluída - e gerem acordos sustentados pelo capital social (SABOURIN, 2011).

Entretanto, essas definições foram sendo consideradas não suficientemente fidedignas à realidade à medida que se elevou a maturidade nas análises acerca de objetos dessa natureza. Nesse sentido, estudos posteriores passaram a questionar o adjetivo “alternativo” atrelado a esses sistemas, indicando que tanto produtores quanto consumidores, por vezes (e dependendo do coletivo em análise), poderiam atuar em sistemas convencionais e alternativos, refletindo seus interesses e os incentivos presentes em cada situação (SONNINO; MARSDEN, 2006). Os próprios Renting e Marsden (2017) revisitam seu clássico (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003) indicando que mudanças estruturais tanto do cenário econômico global quanto das condições ambientais e relacionais da produção agrícola vieram a interferir nessas construções teórico-analíticas.

Reinterpretando tais estruturas não apenas como alternativas aos sistemas agroalimentares hegemônicos, mas também como híbridas e com formas variadas de governança, percebe-se que caracterizar os coletivos estudados durante essa investigação apenas enquanto membros de cadeias curtas ou redes alternativas pode promover mal-entendidos. A identificação dos agentes, suas interações, ações administrativas e comerciais, centros de tomada de decisão e responsabilidades internas passam a caracterizar potenciais objetos de investigação. As estruturas de governança tornam-se, portanto, foco da ciência que se debruça sobre as RAA.

Análises mais recentes de distintas naturezas organizacionais denotam a importância de outras dimensões que qualificam e corroboram à unificação dos critérios estruturantes que definem essas redes e cadeias. Dada a relevância implicada ao elo consumidor na governança dessas redes, tais abordagens optam por caracterizá-las enquanto Redes Agroalimentares Cívicas (GOODMAN; SAGE, 2014; SAGE, 2014), levando em consideração justiça e soberania alimentar e a relação com políticas públicas e organizações da sociedade civil (além de questões como proximidades geográficas e relacionais entre produção e consumo). Confiança entre produtores e consumidores torna-se categoria analítica fundamental para alguns autores (BEST, 2008; TRUNINGER, 2013; FOUILLEUX; LOCONTO, 2016).

Nesses objetos as estruturas de governança estão vinculadas à natureza das relações estabelecidas dentro da rede, entre consumidores e produtores e entre os próprios produtores. Goodman (2003) e Renting et al (2012) sublinham a importância do papel ativo do consumidor e do seu relacionamento com o produtor para o desenvolvimento das AFNs, corroborando com o conceito de democracia alimentar (HASSANEIN,

2003; 2008; RENTING et al, 2012). Democracia alimentar representaria a relevância da sociedade civil nos processos de governança das redes, de forma transcendente às relações comuns de mercado entre produtores e consumidores, interagindo a partir de novas dinâmicas que incorporam políticas de informação, treinamento e opinião pública (RENTING et al, 2012). Além disso, Renting et al (2012) destaca a atenção à justiça e à inclusão social dos produtores como elementos chave dessas RAA representativas do fenômeno democracia alimentar.

Vistas as implicações postas como circunstanciais à emergência das RAA infere-se que, dada a construção do ambiente rural brasileiro, essas estruturas também estão presentes por aqui. Para Gazolla e Schneider (2017), a atenção ao tema em casos brasileiros data de meados dos anos 1990, justamente em um cenário no qual se propunha a afirmação do Brasil como grande produtor e exportador de produtos primários. Contudo, estudos demonstravam a habilidade comercial e a capacidade de resistência de agricultores familiares em termos de inovações organizacionais, distribuindo seus produtos diretamente aos consumidores ou em pequenas feiras. Posteriormente estes canais de comercialização foram amadurecendo e possibilitando a ativação de mercados institucionais, mercados coletivos e em redes, mercados de cadeias curtas, mercados de eventos, entre outros (GAZOLLA, 2012).

E é a evolução supracitada que nos direciona ao objeto da tese, a partir do conhecimento da participação de distintos coletivos de agricultores familiares brasileiros em um projeto nacional de fortalecimento via aproximação ao Movimento *Slow Food*. Este Movimento atua mundialmente no sentido de fomentar sistemas agroalimentares que valorizem alimentos bons, limpos e justos, e por meio de uma série de ferramentas que visam a valorização de produtos com essa natureza, os coletivos de agricultores participantes buscam melhores condições de operação em seu ambiente de atuação econômica.

Corroborando ao que vem se construindo textualmente até aqui, essas melhores condições cursam pela ativação e/ou fortalecimento de RAA. Pascucci (2010) indica que as ferramentas de acreditação do *Slow Food* atuam no sentido de dar garantias para consumidores e elevar a confiança em transações cujos produtos são valorizados, sobretudo, por componentes imateriais (ali chamados de bens de crença). Com isso, a próxima subseção do presente capítulo busca atender tanto à descrição dos pressupostos estruturantes do Movimento *Slow Food* quanto à menção ao PABLJ.

3.3 O Movimento *Slow Food*

Em um cenário de mudanças político-institucionais globais, mencionadas previamente, o processo de reestruturação produtiva datado das décadas de 1960 e 1970 tendeu a abrir espaço para novos agentes no ambiente de atuação econômica dos mais diversos países. Na Itália, este momento histórico representa o surgimento de novas formas de articulação mais autônomas, refletindo na emergência de diferentes estruturas de base, associações e organizações da sociedade civil (GENTILLE, 2016).

Mudanças de cunho neo-liberal com intuito de integração entre as diferentes partes do mundo, por sua vez, endossam padrões de consumo intimamente vinculados às supracitadas demandas por ganhos em escala de produção e industrialização. Gentile (2016), deliberando sobre estas questões, avança em relação à produção e ao consumo de alimentos e indica o surgimento, na Itália, dos primeiros estabelecimentos alimentares do tipo *Fast Food*. Com uma matriz de produtos e serviços que negligenciava os atributos estruturantes da cultura alimentar italiana, esse fenômeno foi pauta para ativismo político daqueles coletivos que se posicionavam no sentido de considerar os alimentos de qualidade e culturalmente enraizados como uma questão de democracia.

Partindo dessa categorização de espaço e tempo, Gentile (2016) expõe como agentes-chave na construção do *Slow Food* três italianos da região de Piemonte: Carlo Petrini, Azio Citi e Giovanni Ravnale. Juntos, fomentavam o desenvolvimento camponês e popular da sua região por meio de eventos de valorização cultural e criação de coletivos de revenda de produtos alimentícios locais. Uma de suas ações se deu, após um episódio de contaminação generalizada de vinho piemontês, por meio do desenvolvimento de um sistema de certificação de qualidade do produto. Outro fato significativo foi a manifestação contrária à abertura de uma lanchonete da Rede McDonald's em área nobre da cidade de Roma. Daí o surgimento da alcunha *Slow Food*, em contraposição aos *fast foods*.

No ano de 1989 o Movimento *Slow Food* (MSF) foi oficialmente lançado em evento na cidade de Paris (França), contando com delegados de 15 distintos países, propondo, portanto, um almejado caráter internacional e manifestando como pressupostos estruturantes a valorização aos produtos alimentares artesanais e de qualidade especial, além do prazer à alimentação, o respeito às pessoas envolvidas na produção e ao meio ambiente. Importante, porém, que sua preocupação em ultrapassar fronteiras com essa filosofia não seja confundida com a

padronização de hábitos alimentares, estando o enraizamento da diversidade cultural como alicerce. Atualmente o *Slow Food* se caracteriza como um movimento social internacional presente em 150 países e com cerca de 100 mil associados (SLOW FOOD, 2007).

A partir dessas manifestações e das formas organizativas fomentadas no escopo de atuação no MSF, o movimento pode ser considerado um agente promotor de experiências “*glocais*”, comungando valores locais e globais em seus projetos (PASCUCCI, 2010). Nessa matriz de pressupostos que norteiam as ações do MSF, que transcendem a alimentação propriamente dita, adentrando de forma interdisciplinar às dimensões cultural, social, política e econômica, pauta-se a proposta dos “alimentos bons, limpos e justos” (OLIVEIRA, 2014; GENTILE, 2016). Ambos autores buscam deliberar sobre os três conceitos.

O “Bom” estaria vinculado a critérios imateriais: por um lado a sensorialidade, de natureza, sobretudo individual; por outro o “saber fazer”, relacionado aos processos de produção e beneficiamento daqueles alimentos, carregando de forma intrínseca questões de cunho cultural e dependentes da trajetória da construção dos conhecimentos das comunidades. O bom também traz uma noção de naturalidade, um caráter de fresco.

Já o “Limpo”, se refere aos aspectos de sustentabilidade nos processos produtivos. Nesse sentido, infere-se que questões referentes a perdas e desperdícios de recursos naturais, à poluição, aos resíduos e à preservação da agrobiodiversidade, envolvidos nas diferentes etapas dos processos produtivos, sejam levados em consideração.

Quanto ao “Justo”, são consideradas questões de justiça social e sustentabilidade econômica dos agentes do campo. São importantes, portanto, que valorizem o respeito ao conhecimento do agricultor e que sejam garantidas recompensas adequadas, além da preocupação com a qualidade de vida e dignidade do serviço exercido.

A atuação do MSF em relação à salvaguarda da biodiversidade se institucionalizou a partir de projetos e campanhas como as Comunidades do Alimento, os Mercados da Terra, as Fortalezas, o *Slow Cheese*, o *Slow Meat*. Seus objetivos sempre cursam com preservar a biodiversidade à medida que aproxima os produtores e os consumidores mais conscientes. Como uma das principais ferramentas, o Projeto Fortalezas *Slow Food* teve início em 1999 e promove a consolidação de redes configuram estruturas relacionais conectadas por pequenos grupos de produtores de um determinado território, que utilizam práticas tradicionais de produção.

O projeto Fortalezas destaca-se por ser um instrumento para a prática da conservação dinâmica da sociobiodiversidade na agricultura e a defesa de pequenos produtores. Atualmente existem Fortalezas *Slow Food* atuando nos cinco continentes do globo, totalizando 535 empreendimentos. Grande parte desses projetos está na Itália (291) e no Brasil estão institucionalizadas 19 e outras duas estão em processo de consolidação. São manifestações que valorizam a utilização sustentável de biomas e espécies nativas ameaçados de extinção, saberes e práticas com forte identidade com o território de produção e/ou o uso de técnicas e conhecimentos tradicionais.

Fortalezas *Slow Food* possuem uma natureza holística que considera aspectos ambientais, técnicos, sociais e econômicos em toda a cadeia de produção. Essa natureza holística se sustenta nos próprios princípios do MSF: fomentar a produção, distribuição e consumo de alimentos bons, limpos e justos para todos. Alimentos com bom gosto e, especialmente, produzidos em sistemas de produção que assegurem a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Sistemas de produção que buscam minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente, alcançar um preço justo e estabelecer sistemas de cooperação entre produtores.

As distintas categorias de produto (ex. vegetais, pescados, queijos, embutidos etc.), possuem pressupostos que estruturam um Protocolo de Produção único para cada FSF. Em comum entre as categorias são o risco de extinção (real ou potencial), a forte relação com a área de produção e com as técnicas e conhecimentos tradicionais. Tais pressupostos, que são regularmente atualizados com base em discussões e referências de cada local, foram elaborados pela Fundação *Slow Food* para Biodiversidade, em colaboração com técnicos e produtores.

A partir do que está exposto até aqui, nota-se plena aderência entre os alicerces que sustentam tanto o MSF e os pressupostos que estruturam essas formas de atuação econômica previamente descritas, as RAA. E é justamente por tal virtude que se faz fortuita a apresentação do Projeto Alimentos Bons, Limpos e Justos (PABLJ), o qual foi vital para o acesso à base empírica para a construção analítica da tese: as 19 Fortalezas *Slow Food* presentes em território brasileiro, conforme Quadro 1.

Quadro 1. Fortalezas Slow Food no Brasil por região

NORTE	Fortaleza do Mel de Abelhas Canudo Sateré-Mawé - Amazonas*
	Fortaleza do Waraná Sateré-Mawé - Amazonas*
	Fortaleza do Cubiu – Amazonas
NORDESTE	Fortaleza da Farinha Bragantina e Derivados da Mandioca – Pará
	Fortaleza do Umbu – Bahia
	Fortaleza do Licuri – Bahia
	Fortaleza do Maracujá da Caatinga – Bahia
	Fortaleza do Mel da Abelha Jandaíra – Rio Grande do Norte
	Fortaleza do Mel de Abelha Mandaçaia – Bahia
	Fortaleza do Cacau Cabruca do Sul da Bahia – Bahia
	Fortaleza do Pequi do Xingu – Mato Grosso
CENTRO OESTE	Fortaleza do Gergelim Kalunga – Distrito Federal
	Fortaleza do Baru do Uracaia Grande Sertão – Minas Gerais
	Fortaleza do Coco Macaúba de Jaboticatubas – Minas Gerais
SUDESTE	Fortaleza do Pequi do Norte de Minas – Minas Gerais
	Fortaleza do Butiá do Litoral Catarinense – Santa Catarina
	Fortaleza do Queijo Colonial de Leite Cru de Seara – Santa Catarina
SUL	Fortaleza dos Engenhos de Farinha Polvilhada – Santa Catarina
	Fortaleza do Pinhão da Serra Catarinense – Santa Catarina *

Fonte: Elaborado pelo autor.

Trata-se de um projeto de escopo nacional, concebido em formato de TED (Termo de Execução Descentralizada) entre SEAD (Secretaria de Especial de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar), UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e o próprio MSF. O PABLJ, com início no ano de 2015 e finalização em Outubro de 2018, atuou nas cinco regiões político-administrativas brasileiras, com atividades realizadas em 40 territórios rurais, distribuídos em 17 Estados e 145 municípios da Federação. O público beneficiário direto foi de cerca de 5.000 agricultores familiares, 500 jovens rurais, 400 técnicos sensíveis ao tema e 200 empreendimentos sociais, tais como cooperativas, associações, movimentos sociais, sindicatos e grupos da sociedade civil organizada e do mercado.

As distintas atividades do projeto foram no sentido de: inserir produtos da Agricultura Familiar na Arca do Gosto (um catálogo mundial de produtos da agricultura familiar e que estejam sob risco de desaparecimento); criar novas Fortalezas e Comunidades do Alimento *Slow Food* no Brasil (certificações específicas do Movimento para coletivos de agricultores que se enquadram na filosofia “alimentos bons limpos e justos”), além de apoiar e fortalecer as existentes; desenvolver estratégias de comercialização das organizações da agricultura familiar integrantes do Movimento *Slow Food*; capacitar jovens rurais em ecogastronomia, e; estabelecer o processo de comunicação do *Slow Food* junto à Agricultura Familiar.

Para a ativação dos objetivos acima expostos, o PABLJ se organizou em sete distintas metas, conforme Quadro 2.

Quadro 2. Metas e objetivos do Projeto Alimentos Bons, Limpos e Justos.

META	OBJETIVO
1	Inserção de 150 novos produtos da agricultura familiar na arca do gosto
2	Criação de 13 novas fortalezas <i>Slow Food</i> e fortalecimento de outras 8 já existentes
3	Articulação de 150 novas comunidades do alimento da agricultura familiar no <i>Slow Food</i>
4	Desenvolver uma estratégia de comercialização da agricultura familiar e suas organizações com o movimento <i>Slow Food</i>
5	Capacitação de jovens rurais em ecogastronomia
6	Estabelecimento de Comunicação <i>Slow Food</i> - Agricultura Familiar
7	Implementação de mecanismos de gestão do projeto

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Projeto Alimentos Bons, Limpos e Justos.

A complexidade operacional do PABLIJ residiu tanto na amplitude de sua área de abrangência – que implica em uma gestão de atividades disseminadas pelo território nacional e em diferentes realidades técnico-produtivas, sociais e culturais, quanto na ambição de seus objetivos – demandando processos intensos de articulação e alta qualificação dos técnicos facilitadores. Embora seu caráter de projeto de extensão, dados gerados ao longo das atividades permitirão a realização de inferências sobre a realidade dos agentes envolvidos.

Diante disso, informações que foram geradas para a ativação da Meta 2 supracitada (Criação de 11 novas fortalezas *Slow Food* e fortalecimento de outras 7 já existentes) serviram de base de dados iniciais para nossas análises propostas. As Fortalezas *Slow Food*, já mencionadas, representam projetos territoriais que visam a preservação de métodos tradicionais de produção de alimentos por meio da capacitação técnica e formativa, além de apoio a operações de *marketing* e comércio (GENTILE, 2016).

Conforme mencionado, as 19 Fortalezas *Slow Food* brasileiras foram a base empírica de nossa pesquisa a partir da compreensão de suas dinâmicas institucionais enquanto RAA. No processo de consolidação das Fortalezas existe um primeiro momento de

diagnóstico, no qual, de forma participativa e tutorada por um técnico facilitador, as comunidades envolvidas indicavam suas demandas e eram planejadas ações compatíveis com elas que pudessem ser operacionalizadas por meio do PABLJ. Essa etapa representa a coleta de dados da primeira fase da pesquisa, sucintamente descrita no capítulo 4 “PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS”, primeiro da Parte 2 deste documento.

“E essas são coisas feitas por homens que afirmam amar ao próximo como a si mesmos, que acreditam em Deus, e que rezam para que Sua vontade seja feita na Terra.”

(Charles Darwin, 1832)

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção expõe o percurso metodológico que seguimos para a realização do projeto de tese. A intenção é deixar claros tipo e natureza de pesquisa, suas fases e relação com os objetivos específicos, as abordagens utilizadas, seu recorte, os métodos de coleta e tipos de dados levantados, assim como o processo de análise e demonstração dos resultados. Também estão apresentados população, objeto de estudo e lócus da pesquisa que se propõem.

Conforme verificado no capítulo anterior, existem lacunas teóricas acerca de análises de Redes Agroalimentares Alternativas. Primeiramente, a definição de RAA é bastante abrangente e considera indicadores de diferentes naturezas, dificultando análises comparativas entre estudos e/ou objetos de um mesmo estudo. A heterogeneidade das formas de governança, dos produtos e métodos de produção, o apelo regional e cultural enraizado nas relações e os diferentes mercados que essas redes acessam demandam abordagens empíricas holísticas e que considerem essas dimensões de forma interligada, no intuito de possibilitar a compreensão do processo de consolidação dessas redes. Ademais, a própria literatura sobre RAA foi construída sobre critérios que são questionados quando confrontados com as tantas realidades de produção, distribuição e consumo de alimentos. Sobretudo em casos brasileiros.

Com isso, e acreditando que a Economia Institucionalista, a Nova Sociologia Econômica e a Economia Evolucionária possuem arcabouços teóricos complementares que subsidiam análises com esse escopo, propusemos duas questões seminais para essa tese, uma de caráter empírico e com foco no objeto de pesquisa, quais sejam as RAAs inseridas no Projeto, e outra fundamentada em questões teóricas, as quais identificamos aderência com análises dessa natureza. Do ponto de vista empírico, questionamos como a dinâmica institucional interfere na consolidação e condução de Redes Agroalimentares Alternativas inseridas no PABLJ. Com lente sob a questão teórica o enfoque foi em relação à supracitada aderência empírico-teórica, considerando suas heterogeneidades e especificidades.

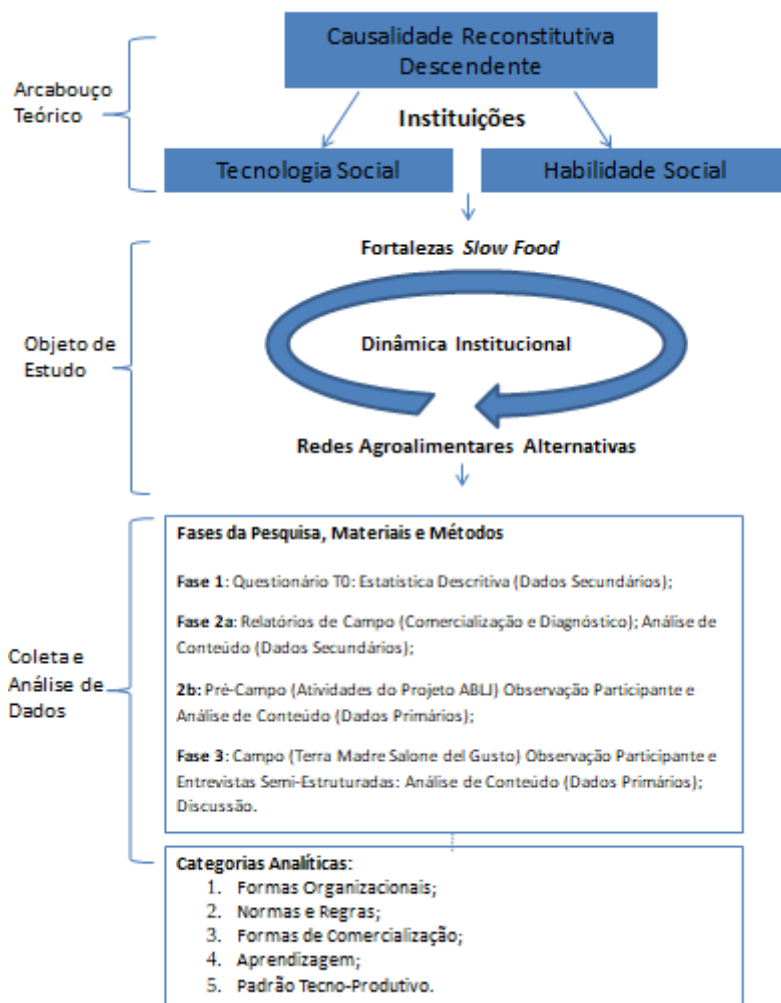
Pressupomos que indivíduos e ambiente institucional interagem de forma constante e retroalimentar, a partir de processos de habituação, consolidando os projetos de RAA e que a complementaridade entre a Economia Institucional, a Economia Evolucionária e a Nova Sociologia Econômica apresenta conteúdo teórico compatível com a análise da condução dessas estruturas empíricas (as próprias RAA). Dessa forma,

essa tese objetivou, a partir de uma abordagem institucionalista, compreender como a dinâmica institucional interfere na condução das RAA inseridas no escopo do PABLJ.

A Figura 3 representa o Esquema de Análise de Dinâmica Institucional elaborado. Setas entre os elementos da figura configuram uma lógica de dependência daquele elemento que recebe em relação àquele de onde a seta parte. Linhas tracejadas entre os elementos representam complementaridade, em que os elementos conectados atuam de forma conjunta na realização da fase em que estão representados.

Em sua parte superior apresenta-se o arcabouço teórico, na figura da relação entre as três estruturas analítico-metodológicas: Causalidade Reconstitutiva Descendente, Tecnologia Social e Habilidade Social. Nesse prisma, a complementaridade foi tomada como pressuposto no tratamento das abordagens teóricas escolhidas. Conectado ao arcabouço, em um nível médio, apresenta-se o objeto de estudo. O objeto faz referência ao fluxo institucional das RAA analisadas, em que os hábitos de vida e pensamento dos agentes envolvidos em cada sistema (na figura das Fortalezas/RAA) configuram comportamentos diante do próprio processo de consolidação das instituições. O terceiro nível descreve os processos de coleta e análise dos dados, expostos em três fases distintas, e as categorias analíticas estabelecidas.

Figura 3 – Esquema de Análise de Dinâmica Institucional



Fonte: Elaborado pelo autor.

O estudo contou com três fases distintas, conforme descrição no Quadro 3, que, embora existam algumas atividades concomitantes, possuem conexão e relação de suporte das iniciais às seguintes. Cada fase de pesquisa, por sua vez, está relacionada aos objetivos específicos (ou prestando suporte à concretização ou concretizando de fato).

Quadro 3 – Fases e atividades da pesquisa: relação com objetivos específicos

Fase	Atividades	Relação com os Objetivos específicos
1	<p>Análise bibliográfica;</p> <p>Início da elaboração do esquema de Análise Institucional;</p> <p>Início do Pré-Campo: Atividades do Projeto ABLJ;</p> <p>Estudo Exploratório: Análise descritiva da Amostra.</p>	<p>Concretização do Objetivo Específico 1 e suporte à concretização dos Objetivos Específicos 2 e 3.</p>
2	<p>Concretização do Pré Campo;</p> <p>Realização e análise das observações participantes em atividades do Projeto ABLJ; entrevistas iniciais com agentes-chave;</p> <p>Consolidação do instrumento de pesquisa.</p>	<p>Suporte à concretização dos Objetivos Específicos 2 e 3.</p>
3	<p>Campo: Terra Madre Salone del Gusto (Torino, Itália);</p> <p>Realização das entrevistas semiestruturadas e observação participante;</p> <p>Análise de Conteúdo: Realização da discussão a partir da triangulação entre dados empíricos (primários e secundários) e referencial teórico.</p>	<p>Concretização dos Objetivos Específicos 2 e 3.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Fase 1 pode ser representada pelo momento de planejamento do esquema de coleta e análise, a partir da consolidação do levantamento bibliográfico e das primeiras análises acerca dos relatórios de campo do PABLJ (Questionário T0). Naquele momento foi possível realizarmos um estudo exploratório (que visou a realização de uma análise descritiva da amostra de Fortalezas) e iniciarmos o Pré-Campo, acompanhando atividades do PABLJ. A Fase 2 é caracterizada pela concretização do Pré-Campo e finalização do ferramental metodológico que sustentou a pesquisa de campo.

Nota-se que a Fase 2 representa a finalização das análises de conteúdo dos relatórios das atividades de campo do PABLJ elaborados pelos técnicos do projeto e a realização de observação participante e das primeiras entrevistas semi-estruturadas pelo pesquisador. A Fase 3 representa a realização da observação participante e das entrevistas semi-estruturadas no evento internacional do Movimento *Slow Food*, Terra Madre Salone del Gusto, realizado entre os dias 20 e 24 de Setembro de 2018 na cidade de Torino, Itália. Por fim, essa fase se completa pela apresentação dos resultados e a discussão a partir da triangulação entre dados coletados e sistematizados e as referências teóricas

Avaliando cada uma das fases pretende-se deixar evidente o grau de complementaridade entre os elementos que compõem a pesquisa. No nível superior: a relevância e equivalência entre as três estruturas analítico-metodológicas propostas. No nível médio: o olhar integrado sobre as Fortalezas e suas relações internas e externas. No nível inferior, coleta e análise de dados: a composição de um esquema de três fases, envolvendo análise de dados primários e secundários a partir de cinco categorias analíticas comuns às abordagens institucionalistas, em que respostas de diagnósticos participativos sustentam a elaboração de roteiros para entrevistas semi-estruturadas e observações participantes.

Tal proposta se dá no sentido de não incidirmos sobre interações entre fatores individuais e isolados, uma vez que tal prática pode negligenciar fatores contextuais complementares que podem significar vetores importantes na condução das operações (ENNEN; RICHTER, 2010). Pressupõe-se que a combinação desses fatores complementares gera mais valor do que a soma de cada um deles quando analisados de forma isolada.

4.1 Natureza, Tipo e Abordagem

Trata-se de uma investigação do tipo descritiva e de natureza qualitativa que foi realizada por meio de abordagem teórico-empírica. O caráter qualitativo se propôs com vistas ao nosso objetivo de foco processual: indicar como os componentes institucionais, assim como seu fluxo, interferem na condução dessas RAA. O intuito é analisar, por meio de uma abordagem institucionalista, como fatores de diversas naturezas afetam os hábitos que conduzem as Fortalezas. Buscamos sustentação em autores como Denzin e Lincoln (2006), que indicam que em pesquisas qualitativas o pesquisador age com foco nos processos no sentido de realizar uma descrição detalhada de fenômenos particulares, interpretando dados coletados. Nesse sentido, buscou-se, enquanto pesquisador, a aproximação com os agentes nas etapas de Pré-Campo e Campo, além de lançar mão dos dados secundários provindos de relatórios técnicos.

Essa busca por conexão com o fenômeno, assim como as duas fases distintas de coleta de informações estão inseridos na proposta de que nesse tipo de estudo se permite avançar em relação aos postulados iniciais, até mesmo revisando a estrutura teórica se se julgar profícuo. A sua natureza subjetiva e interpretativa configura certa flexibilidade para adequação do arcabouço teórico ao fenômeno organizacional (VIEIRA; ZOUAIN 2004).

O caráter descritivo se concentra na questão de esse tipo de investigação visar à descrição dos fatos que compõem a realidade de determinado fenômeno, obtendo informações pertinentes para o entendimento daquilo que se postulou como problema de pesquisa (TRIVIÑOS, 2007) e proporcionando novos pontos de vista sobre realidades já conhecidas (GIL, 2008). Quanto à natureza teórico-empírica, essa se estabelece ao passo que o presente estudo de caso busca triangular as abordagens teóricas consolidadas com os fatos empíricos assimilados a campo. Conforme Demo (2010), configura uma via de controle empírico e fatural, dependendo da interpretação dos referenciais teóricos empregados no processo de análise.

4.2 Recorte, Métodos de Coleta e Tipos de Análise

Conforme mencionado na subseção 3.3, o PABLIJ, entre outras metas, articulou "a criação de 13 novas Fortalezas *Slow Food* (FSF) e

[o] fortalecimento de outras 8 já existentes”². Para tanto, realizaram-se uma série de atividades com as comunidades beneficiadas, que, ao cabo, se tornaram Fortalezas *Slow Food*. Dado o vínculo do autor do presente estudo como participante do grupo gestor do projeto de extensão durante os anos de 2017 e 2018, optou-se por promover a utilização de tais informações, resultado da execução, em atividade de investigação. Este fator é vital para o entendimento da forma como a discussão se construiu.

Ao passo que as atividades de extensão ocorriam e os relatórios técnicos eram produzidos, o entendimento do contexto no qual essas RAA se consolidavam ia se evidenciando, permitindo um amadurecimento sobre as questões de pesquisa e a emergência das categorias analíticas com aderência com o objeto empírico. O Estudo Exploratório (EE) e os eventos inseridos no período de Pré-Campo (etapas finalizadas nas Fases 1 e 2, respectivamente) foram estruturais para fundamentar as coletas de dados e análises do Campo propriamente dito.

O EE, a ser tratado na seção 4.3.1, se baseou em informações que representavam as comunidades beneficiárias antes do início do processo de consolidação em Fortalezas. Já os eventos de Pré-Campo ocorreram durante o processo. E o Campo, por sua vez, ocorreu em momento de finalização do PABLJ, configurando um amadurecimento progressivo em relação do entendimento desses agricultores enquanto parte de RAA vinculadas ao MSF. Tendo em vista que as informações coletadas fazem referência a um ponto específico no tempo (o momento em que as comunidades se apresentam e são institucionalizadas como Fortaleza *Slow Food*), mas são influenciadas por dados que vêm sendo coletados por uma construção temporal passada, o estudo apresenta um recorte transversal com perspectiva longitudinal.

Assim, incluímos uma noção de mudança ao longo de um período, avaliando as influências passadas sobre a amostra selecionada, no momento retratado pela coleta realizada (RICHARDSON, 2010). A aproximação das abordagens temporais longitudinal e transversal conta com a presença de dados consistentes acerca do momento presente, mas também de acontecimentos passados acerca do mesmo questionamento

² Das 21 Fortalezas inseridas no PABLJ apenas 19 foram selecionadas para a amostra da pesquisa. Isso ocorreu em virtude do processo não ter sido finalizado, em data compatível com a finalização das análises, em dois coletivos.

(VIEIRA; ZOUAIN, 2004). Essa evidência processual está evidente na discussão da tese.

No que tange ao tipo de dados, foram utilizados tanto dados secundários quanto primários. Dados secundários foram extraídos dos relatórios de execução física das seguintes atividades do PABLJ:

- Atividade PABLJ 2.1. Realizar 1 visita técnica para diagnóstico dos gargalos e oportunidades de cada Fortaleza (existentes e novas);
- Atividade PABLJ 4.4. Realizar levantamentos e articulação de demanda e oferta que identifiquem interesses de comercialização entre os atores sociais envolvidos, e auxiliem na realização de negócios.

Dados secundários não apresentam, necessariamente, uma relação direta com o acontecimento registrado, tendo sido reunidos para algum outro propósito que não o estudo para o qual eles estão utilizados (RICHARDSON, 2010). Nesse caso específico ambas as atividades possuíram caráter de diagnóstico para atividades de extensão e as informações foram geradas em dinâmicas participativas com agricultores, em virtude da busca de compatibilidade com cada realidade encontrada pelos técnicos. Para os fins dessa pesquisa, esses materiais foram utilizados como documentos de apoio em planejamento das ferramentas de pesquisa de dados primários (observação participante e entrevistas semi-estruturadas), que emergiram da interação direta do pesquisador com os sujeitos por intermédio de entrevistas, observações e aplicação de questionários (MINAYO, 2008) e para triangulação substancial na discussão.

4.3 Fases da Pesquisa

A pesquisa foi proposta em três fases distintas. A primeira fase, com fins de estruturar a continuidade do estudo que se sucedeu, delimitou o referencial teórico acerca das abordagens institucionalistas cujos arcabouços expressassem afinidade com as construções que tratam das RAA. Nessa fase também foi realizado, após sugestão da banca de avaliação que qualificou o projeto de pesquisa, um estudo exploratório para descrever a amostra das redes de produtores que participaram da análise. Definidas as três estruturas analítico-metodológicas (CRD, TS e HS), propusemos um modelo de Esquema de Análise de Dinâmica

Institucional para RAA, expresso na Figura 3, que passou por um processo de refinamento técnico a partir de incursões a campo. Essas incursões configuraram o Pré-Campo em um sistema dedutivo-indutivo de aprimoramento e adequação teórico-empírica que foi determinante para a qualidade das coletas posteriores.

O Pré Campo, que teve seu início na Fase 1, se consolidou na Fase 2 por meio da decisão acerca das cinco categorias analíticas e dos demais instrumentos de pesquisa. Nesse período foram realizadas coletas a partir de três entrevistas semiestruturadas³ e observação participante em 8 (oito) eventos, conforme listagem:

Eventos:

- Reunião Institucional - Fortaleza do Pinhão da Serra Catarinense (Urubici, Santa Catarina, XX de Agosto de 2017);
- Oficina Precificação e Custos de Produção da Farinha de Mandioca – Fortaleza dos Engenhos de Farinha (Imbituba, Santa Catarina, XX de Setembro de 2017);
- Encontro para diagnóstico inicial da Fortaleza do Queijo Colonial de Leite Cru de Seara (17 de Abril de 2017);
- Visita de Monitoramento na Fortaleza do Cubiu (Manaus, Amazonas, 06 a 10 de Junho de 2017);
- Seminário Regional de Comercialização Região Sul (Florianópolis, Santa Catarina, 16 a 20 de Julho de 2018);
- Seminário Regional de Comercialização Região Norte (Manaus, Amazonas, 01 a 03 de Junho de 2017);
- Seminário Regional de Comercialização Região Sudeste (Januária, Minas Gerais, 23 a 25 de Maio de 2017);
- Oficina de Boas Práticas de Produção: Cadeia do Butiá (Rio Fortuna, Santa Catarina, 30 de Abril de 2017).

Em virtude da relevância de informações e constatações extraídas na etapa de Pré-Campo, seus dados também compõem as triangulações presentes em nossa discussão. Contudo, sempre que algum dado contribui às inferências da discussão, é posta a referência à etapa.

Por fim, a Fase 3 representou a conclusão do estudo qualitativo, a partir do Estudo de Campo e da construção da discussão. As próximas subseções tratarão de expor os procedimentos realizados no Estudo Exploratório e no Estudo Qualitativo.

³ A descrição de todas as entrevistas semiestruturadas está no Quadro 5.

4.3.1 Estudo Exploratório

Esta etapa intencionou realizar uma análise descritiva em que pudéssemos extrair inferências em relação ao coletivo de RAA. Esse processo se deu com enfoque sobre os distintos indicadores que pudessem demonstrar diferentes características desses grupos. Por meio dos relatórios de campo da fase de diagnóstico das comunidades, pudemos realizar tais inferências. Estes relatórios apresentam questões levantadas em um questionário aplicado com os membros das Fortalezas de forma participativa e que postulou detectar informações desses coletivos no momento em que se iniciou o processo de constituição de uma Fortaleza *Slow Food*. Por se tratar de informações do momento em que se inicia essa articulação, o instrumento é chamado de Questionário em Tempo Zero (T0).

A aplicação do T0 visa a compreensão do status sociocultural, econômico e agroambiental dessas comunidades no momento em que é iniciado um movimento que se finda com a consolidação de uma Fortaleza *Slow Food*. A amostra do estudo corresponde à parte das comunidades selecionadas para a composição de beneficiários das ações de extensão do PABLJ. Com isso, em comum entre essas comunidades estão os pressupostos estruturantes do Movimento *Slow Food*: o fomento à produção, distribuição e consumo de alimentos bons, limpos e justos. Este estudo contou com informações providas de dezenove diferentes coletivos, sendo que destes, apenas dezessete se tornaram, de fato, Fortalezas do Alimento.

Os dados dos T0s foram codificados e submetidos à análise de conteúdo (BARDIN, 2006), técnica analítica de caráter subjetivo que verifica o que se intencionou transmitir em um determinado manifesto. É a própria estrutura analítica do T0 que se lança mão como base para a análise de conteúdo, em um movimento de agrupamento das falas em conjunto, por analogia. Essa formação de grupos foi inferida de maneira a denotar a relação com os indicadores, categorias e subcategorias de análise e, com intuito de desenvolver a discussão sustentada em constructos compatíveis com os temas oriundos do arcabouço teórico das RAAs.

O questionário contém 55 indicadores vinculados a três grandes temas: Sociocultural, Agroambiental e Econômico. Em sua seção Sociocultural são abordadas as características intrínsecas do produto, seu valor cultural e as oportunidades de criar e desenvolver relações internas e externas com a comunidade de referência. Quanto à seção Agroambiental, é analisada a capacidade do sistema em atuar como um

modelo de ações virtuosas para a manutenção e gerenciamento de recursos não renováveis. Em relação aos aspectos econômicos, avalia-se o impacto do ponto de vista do desenvolvimento e eficiência dos sistemas ao longo dos anos; faz referência a eficiência produtiva e comercial.

Conforme supramencionado, o papel primordial do T0 e do diagnóstico no qual a ferramenta se insere é dar suporte às decisões necessárias para o planejamento e a concretização de cada comunidade como uma Fortaleza *Slow Food*. O processo visou relacionar as informações empíricas coletadas com três temas selecionados como características elementares de RAAs: 1. Produtos e Métodos de Produção alternativos; 2. Distância reduzida entre consumidores e produtores; 3. Diferentes formas de governança nas Redes.

Vale ressaltar que essa codificação respeitou a própria dinâmica categórica da ferramenta de coleta. Ou seja, a partir dos temas oriundos do arcabouço teórico das RAAs, os dados partiram das categorias Bom, Limpo e Justo e, subsequentemente das subcategorias sociocultural, econômica e agroambiental. Essa derivação se conecta, por fim, nos próprios indicadores do T0. Os resultados do Estudo Exploratório estão presentes na primeira na discussão dessa tese e foram fundamentos importantes para a estruturação do Estudo Qualitativo.

4.3.2 Estudo Qualitativo

Optamos pela consolidação da pesquisa por meio da realização de um estudo qualitativo em virtude de um arcabouço de especificidades presentes em nosso objeto de investigação. A escolha por esse tipo de pesquisa, na fase específica que lhe cabe, apresentou vantagens metodológicas. O estudo qualitativo é vantajoso quando (MARSHALL; ROSSOMAN, 1989): busca aprofundar processos ou fenômenos complexos; a pesquisa comporta variáveis pertinentes que ainda não tenham sido delimitadas; se refere a sociedades desconhecidas ou estruturas inovadoras; se refere a processos organizacionais, suas ligações informais e não estruturadas.

Godoi e Balsini (2010) alertam sobre a diferenciação senso comum entre pesquisas quantitativas e qualitativas pela simples separação entre representações numéricas e não numéricas. É importante ter ciência que tanto a pesquisa qualitativa quanto a quantitativa não se resumem a essa discussão comparativa. Logo, o estudo qualitativo possui tradição própria, que evoluiu e propõe uma base de delineamento com aspectos bastante distintos (DESLARIERS; KÉRISIT, 2012)

Dentro da pesquisa qualitativa, alguns fatores influem na escolha e elaboração do delineamento de pesquisa. O estudo pode visar à exploração, à descrição, ou à verificação; ela pode ser realizada em um meio que se presta à experimentação, ou, ao contrário, em um local que o pesquisador não pode controlar (DESLARIERS; KÉRISIT, 2012). Portanto, verificamos afinidade metodológica da pesquisa qualitativa dentro de uma perspectiva exploratória e descritiva.

Deslariers e Kérisit (2012) explicam que essas perspectivas são utilizadas para descrever uma situação circunscrita e/ou para explorar determinadas questões. Assim:

“Uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória possibilita familiarizar-se com as pessoas e suas preocupações. Ela também pode servir para determinar os impasses e os bloqueios, capazes de entrar um projeto de pesquisa em grande escala. Uma pesquisa descritiva colocará a questão dos mecanismos e dos atores (o “como” e o “o que” dos fenômenos); por meio da precisão de detalhes, ela fornecerá informações contextuais que poderão servir de base para pesquisas explicativas mais desenvolvidas (DESLARIERS; KÉRISIT, 2012, p.130).”

Importante frisar que a concepção descritiva não tem por objetivo a neutralidade ou objetividade do pesquisador. Pelo contrário, ele deve ter entendimento da própria subjetividade e das implicações de sua interação com o campo. Pois, é o pesquisador que seleciona fatos, escolhe ou define conceitos, interpreta seus resultados e etc. (PIRES, 2012). Para Mazzotti e Gewandsnajder (1999) o pesquisador é a “mais poderosa ferramenta da pesquisa qualitativa”. A valorização das informações alcançadas por meio da pesquisa qualitativa se dá à medida que se torna possível compreender o fenômeno no seu próprio contexto. Outrossim, estas abordagens permitem a abertura para inserção de novos elementos que surgem durante a pesquisa e atribui uma visão holística da realidade investigada (RICHARDSON, 2010).

Essa flexibilidade para inserir novos elementos, típica da investigação qualitativa, não pode ser confundida com a fragilidade da metodologia amorfa (GODOI; BALSINI, 2012). Nesse sentido, o design da pesquisa qualitativa não pode ser completamente especificado antes

da pesquisa de campo. Ele deve erguer-se, desenvolver-se e ser melhor delimitado no próprio período de campo. O pesquisador deve se render as peculiaridades do campo e estar atento a novas dimensões que podem se revelar (GUBA; LINCOLN, 1982; PATTON, 1990; POUPART, 2012). Esse apontamento corrobora a estratégia que tivemos de realizarmos um Estudo Exploratório e um período de Pré-Campo, visando amadurecer a concepção das categorias analíticas e da abordagem com o objeto de estudo.

Richardson (2010) coloca que a pesquisa social requer, entre outros cuidados, muita atenção, humildade, honestidade intelectual e rigor metodológico. Seja na escolha do tema estudado até o relatório final. Assim, uma das etapas é a escolha dos instrumentos de coleta de dados a serem adotadas no desenvolvimento do trabalho. Portanto, pretendo utilizar três técnicas nesse estudo: observação participante e entrevistas semiestruturadas.

A observação é a base de toda investigação no campo social, sendo utilizado nos trabalhos mais simples até o mais complexo. Observar é examinar minuciosamente um fenômeno em seu todo ou em alguma de suas partes. Essa observação se torna uma técnica de pesquisa na medida em que serve a um objetivo formulado de pesquisa. Ou seja, é sistematicamente planejada, registrada e ligada a proposições mais gerais e, é submetida a verificações e controles de validade e precisão (RICHARDSON, 2010). Portanto:

“Há quatro momentos importantes para um rendimento positivo da observação: a decisão pela forma de observação; o preparo do seu desenvolvimento; o desempenho de seu emprego propriamente dito; e seu registro (RICHARDSON, 2010, p. 260).”

A forma de observação que optei é a participante, pois nela o pesquisador tem mais condições de compreender atitudes, hábitos, interesses, relações pessoais da vida diária de uma comunidade. Assim, ele não é apenas um expectador da realidade que está sendo estudada, colocando-se no mesmo nível das outras pessoas que compõem o fenômeno a ser estudado (RICHARDSON, 2010).

Esse elemento diferencial da observação participante traz vantagens e desvantagens. O fato do pesquisador se tornar um membro do grupo observado pode diminuir possíveis inibições desse grupo com relação à pesquisa. Portanto, as atividades desempenhadas por eles

estariam em um curso mais “natural”. Todavia, essa condição de participante pode gerar perda de foco do pesquisador para com os objetivos e a finalidade da pesquisa. O pesquisador pode sentir-se “tão participante”, que passa a registrar os fatos carregados de afetividade (RICHARDSON, 2010).

O momento escolhido para a observação participante da fase de campo foi o evento Terra Madre – Salone del Gusto, que aconteceu na cidade de Torino (Itália) entre os de 19 a 24 de Setembro de 2018. Devido ao meu vínculo com a gestão do PABLJ e minha atuação como ativista do MSF, fui convidado a compor a delegação brasileira que representou o Movimento no evento que conta com a participação de nós mundiais da Rede *Slow Food*. Nessa oportunidade, pude me envolver com os agricultores de forma isonômica e compreender como cada indivíduo articulava a representação de sua comunidade em um ambiente tão rico para o compêndio de atributos que envolvem a agricultura familiar e as RAA.

Combinada à observação participante, também foram utilizadas entrevistas semiestruturadas no estudo. Assim como a observação, esse é um excelente instrumento para a compreensão da realidade dos sujeitos, uma vez que busca explorar a própria perspectiva desses atores (POUPART, 2012). Essa entrevista diferencia-se de um questionário comum, estando aberta a novos questionamentos e dúvidas que forem surgindo durante a utilização da técnica, ou, no aprofundamento de questões que já estejam inseridas (ANDION; SERVA, 2006; TRIVIÑOS, 2006).

A quantidade de pessoas entrevistadas se deu com base qualitativa, sendo revisada durante o andamento da pesquisa. Buscamos inserir nesse escopo indivíduos que possuíam capital social significativo em seus coletivos, líderes ou empreendedores institucionais, sob lente institucionalista (DiMAGGIO, 1988). Para Mattos e Godoi (2006), essa escolha está relacionada principalmente à saturação, ou seja, a partir do momento em que demasiadas informações começam a se repetir.

Optamos por entrevistar dois tipos de empreendedores institucionais: membros das Fortalezas (agricultores e representantes de instituições parceiras componentes das redes articuladas) e técnicos facilitadores contratados pelo PABLJ. Enquanto os membros das Fortalezas puderam passar noções íntimas aos coletivos, os técnicos facilitadores contribuíram com visões mais holísticas dos processos que envolveram a consolidação dos coletivos. Esses segundos foram os últimos agentes entrevistados, uma vez que também possibilitaram a

evidenciação de informações que haviam ficado pouco claras nas manifestações.

Quadro 4 – Entrevistas semiestruturadas realizadas durante as fases de campo e pré-campo.

Fase	Tipo	Forma de Entrevista	Data	Tempo de Duração	Região	Código
Campo	Facilitadores	Remota	14/dez/2018	01:26:25	Norte	FSF 1
		Remota	18/dez/2018	00:29:36	Nordeste	FSF2
		Remota	08/fev/2019	00:31:44	Sul	FSF 3
		Remota	11/dez/2018	00:46:44	Sudeste	FSF 4
		Remota	29/jan/2019	00:32:30	Sudeste	FSF 5
		Remota	13/dez/2018	00:49:47	Centro Oeste	FSF 6
		Remota	19/dez/2018	01:07:00	Centro Oeste	FSF 7
	Membros de Fortalezas	Presencial	22/set/2018	00:19:45	Centro Oeste	MF1
		Presencial	22/set/2018	00:18:31	Nordeste	MF2
		Presencial	22/set/2018	00:20:25	Nordeste	MF3
		Presencial	26/set/2018	00:16:31	Sul	MF4
		Remota	11/dez/2018	00:14:34	Sul	MF5
		Presencial	23/set/2018	00:27:36	Centro Oeste	MF6
		Presencial	23/set/2018	00:20:31	Nordeste	MF7
		Presencial	23/set/2018	00:45:58	Sudeste	MF8
		Presencial	21/set/2018	00:27:45	Norte	MF9
		Presencial	19/set/2018	00:32:45	Sudeste	MF10
		Presencial	19/set/2018	00:28:33	Sudeste	MF11
		Remota	14/dez/2018	00:21:09	Sul	MF12
Pré Campo	Membros de Fortalezas	Presencial	06/mai/2018	00:29:31	Norte	PCMF1
		Presencial	25/abr/2018	00:22:13	Sudeste	PCMF2
		Presencial	27/abr/2018	00:29:31	Sudeste	PCMF3

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme o Quadro 4, foram realizadas 22 entrevistas, sendo sete com técnicos facilitadores e 15 com membros de Fortalezas (três deles ainda na fase de pré-campo). Embora tenha-se tentado viabilizar que todas as entrevistas com membros de Fortalezas, na fase de campo, fossem realizadas durante o período de observação participante, duas delas foram transferidas para realização posterior, por via remota. Todas as entrevistas realizadas com os técnicos facilitadores foram realizadas por via remota, após a conclusão das entrevistas com os membros. Para fins de operacionalização da discussão desta tese, cada entrevista recebeu um código, cujos prefixos representam o tipo de empreendedor social entrevistado – “FSF” para os facilitadores *Slow Food*, “mf” para os membros de Fortalezas e “PCMF” para os membros de Fortaleza entrevistados na fase de pré-campo.

4.4 População, Seleção do Objeto de Estudo e Lócus de Pesquisa

Tendo definido o objeto de investigação como sendo a dinâmica institucional nas RAA inseridas no escopo do PABLJ, e o lócus de pesquisa como o território brasileiro em que estas RAA vinculadas ao MSF atuam, tomamos cuidado de ativar uma amostra que correspondesse à população.

Conforme indica Merriam (1998), as técnicas de configuração da amostra na pesquisa qualitativa devem se basear em critérios que correspondam ao esgotamento das fontes (embora as fontes possam ser recicladas várias vezes). Também é importante considerar-se a saturação de categorias, demonstrando que a coleta ocorreu de forma contínua, produzindo pequenos incrementos de conhecimento, surgimento de padrões e regularidades, caracterizando integração ou convergência dos dados coletados e, por fim, extensão, demonstrando que as manifestações cobrem o objeto investigado.

Tais critérios foram considerados na presente investigação, na fase da coleta de dados. Primeiramente, identificamos plena convergência entre RRA e Fortalezas *Slow Food*. Nosso empenho junto às Fortalezas nos fez identificar que seus objetivos estão na promoção da produção artesanal, no estabelecimento de padrões de produção e de qualidade e a garantia de um futuro viável para os alimentos em questão, por meio do apoio aos produtores e conexão com mercados alternativos mais sensíveis à sua situação e que apreciem e valorizem monetariamente a qualidade "alternativa" de seus produtos artesanais.

Tais apontamentos correspondem de forma significativa às características que alicerçam as RRA. De forma geral, as principais

características podem ser sumarizadas em: produtos e métodos de produção alternativos; distância reduzida entre produtores e consumidores; diferentes formas de governança nas redes, e; enraizamento social e confiança nas relações econômicas (MARSDEN et al. 2000; RENTING et al. 2003; WHATMORE et al. 2003; SAGE 2003; ILBERY; MAYE, 2005; SONNINO; MARSDEN, 2006; JAROSZ 2008; MORGAN et al, 2006).

Vale ressaltar que, embora tenhamos evidenciado que essas Fortalezas reproduzissem critérios que às configurassem com RAA, possuem características distintas entre si. A heterogeneidade da amostra indicou diferentes momentos de consolidação, distintos tipos de produtos e métodos de produção, formas de organização, além do interesse dos indivíduos envolvidos em cada caso. Nosso empenho na pesquisa resultou na participação direta de 12 Fortalezas (das 19 existentes) nas entrevistas; 19 na observação participante, e; 19 no estudo exploratório.

4.5 Método de Análise e Interpretação dos Dados

Com posse da transcrição das entrevistas e dos relatórios de observação participante, objetivando a preparação das informações para análise, passamos ao processo de Análise de Conteúdo, técnica de natureza subjetiva. Se pretendeu verificar o que se intencionou transmitir em um determinado manifesto, de forma latente ou explícita, a partir de inferências relativas às mensagens (BARDIN, 2006). É a própria estruturação do esquema de investigação que se utilizou como base para a Análise de Conteúdo, em um movimento de agrupamento das falas em conjunto por analogia. Essa formação de grupos foi inferida de maneira a denotar a relação com os indicadores e, conseqüentemente, as categorias de análise.

Portanto, o processo de categorização se deu com base nas estruturas analítico-metodológicas, facilitado pela construção dos roteiros de entrevista e observação forjado sob a mesma lógica (ESTRUTURAS ANALÍTICO-METODOLÓGICAS – CATEGORIAS ANALÍTICAS – INDICADORES). Nesse contexto, seguindo lógica indicada por Bardin (2006), os temas eleitos foram as três estruturas analítico-metodológicas (CRD, HS e TS), as categorias analíticas são 5 (Formas Organizacionais; Normas e Regras; Formas de Comercialização; Aprendizagem, e; Padrão Tecno-Produtivo) e os temas representam os hábitos identificados por meio das estratégias de coleta de dados.

A última etapa da pesquisa se concretizou com a apresentação dessas deliberações. Partindo de lógica idêntica ao fio deliberativo que constrói o projeto, pretendemos apresentar e discutir essa análise da dinâmica institucional dessas RAA em três níveis de subseções. O primeiro visou introduzir a discussão e abordar os aspectos identificados em relação ao esquema metodológico utilizado. Tal subseção pretende alcançar o objetivo específico 3 (três). O segundo faz menção às categorias analíticas (5 RESULTADOS e DISCUSSÃO (Subseções de 5.2.1 a 5.2.5) e o terceiro é referente a elaboração de uma síntese que objetivou construir inferências gerais, a fim de avançar à conclusão do objetivo geral da tese.

Cada subseção de segundo nível (Categorias Analíticas) contou com explicações visando à incorporação teórica das estruturas analítico-metodológicas e das RAA. Nesse sentido, e para maior rigor relacional entre as inferências teórico-empíricas, nossas deliberações foram intercaladas por falas extraídas das coletas de dados primários realizadas em duas etapas. O intuito foi demonstrar a importância da forma como os argumentos se constroem a partir da relação dialética entre interpretação do pesquisador sobre os depoimentos dos atores sociais envolvidos (MINAYO, 2008).

4.6 Validade e Confiabilidade da Pesquisa

Sobre a questão da validade das pesquisas qualitativas, alguns questionamentos podem ser feitos a fim de verificá-la. Miles e Huberman (1994) propõem interrogações como: os resultados encontrados no estudo fazem sentido? São confiáveis para os indivíduos estudados e para outros leitores? Temos uma autêntica descrição do objeto estudado? Para tanto, a pesquisa foi se construindo a cada uma das três fases, sendo a realização do Estudo Exploratório e dos pré-campos estruturantes para o amadurecimento do resultado final.

Ademais, pensando na validade das pesquisas qualitativas, outros autores citam a importância de combinar mais de um método no estudo a partir de uso de triangulação (DENZIN, 1978; FILDING; FILDING, 1986; PATTON, 1990). A utilização de três linhas teóricas institucionalistas e o aporte das RAA se deram com este fim. Também optou-se por diferentes tipos de dados (secundários e primários) e formas de coleta (pesquisa documental, observação participante e entrevistas semi-estruturadas). No que tange à validação específica das entrevistas semi-estruturadas, todos os arquivos de áudio foram

encaminhados aos entrevistados, sendo aprovados para utilização das informações.

4.7 Definições Operacionais

Essa subseção visa conceituar e definir a forma como cada uma das cinco categorias analíticas foram assimiladas e apropriadas ao processo analítico acerca do objeto de investigação.

I. Aprendizagem

No estudo consideramos que aprendizagem depende de sistemas processuais de interação entre os agentes incorporados aos ambientes institucionais, não passivo ou espontâneo. É resultado da assimilação do conhecimento gerado externamente ou internamente aos coletivos estudos (NIOSI, 2002; PEREIRA; DATHEIN 2012). Ademais, diante do arcabouço teórico das RAA, foi possível enfocar questões relacionadas à valorização da identidade cultural das regiões, o conhecimento acerca da produção de alimentos, tanto no que se refere aos componentes técnicos adquiridos quanto tácitos e locais (PLOEG, 2011; TREAGER, 2011).

II. Formas de Organização

Em relação às Formas de Organização, nos sustentamos no enfoque às relações internas às RAA, tanto aquelas que se desenvolvem entre os produtores, quanto aquelas que se desenrolam entre os produtores e seus parceiros. Ademais, essas formas de interação, organização e governança, representam um conjunto de instituições incorporadas em prol de determinados fins e suas relações com o ambiente se dariam de forma dinâmica (HODGSON, 2006).

III. Formas de Comercialização

Embora circuitos curtos de comercialização sejam considerados os principais meios de trocas indicados na literatura das RAA (MARSDEN et al, 2000), aqui, optamos por considerar como formas de comercialização todo e qualquer tipo de trocas realizadas a partir dos alimentos produzidos nas RAA investigadas. Nesse escopo heterogêneo, foram observadas redes híbridas (SONINO; MARSDEN, 2006), que atuavam tanto em mercados de proximidade quanto em mercados

convencionais. Também foram consideradas trocas não monetizadas, desenvolvidas entre famílias membras de mesmas RAA.

IV. Leis e normas

Aqui, por meio do resgate ao conceito de instituições dos Velhos Institucionalistas, sobretudo exaltados por Veblen (1989), a categoria “leis e normas” estaria representando a amplitude das instituições formais, de sistemas de regulação social impostos de forma legal e explícita. Pudemos identificar essas formas de regulação originadas no Estado - no caso de legislações com fins segurança sanitária e ambiental - ou interna às organizações, como estatutos internos das associações e cooperativas.

V. Padrão Tecno-Produtivo

Para este estudo, consideramos o Padrão Tecno-Produtivo de forma firmemente vinculada ao conceito de Tecnologia Social, que evolui a partir da ideia de “padrão em fazer as coisas” (SAMPAT; NELSON, 2001) e dos “hábitos gerais de ação e pensamento” (NELSON, 2003). Representa, portanto, a codificação e padronização das interações humanas diante dos processos incorporados às organizações. A partir de nossa amostra de RAA e seus processos produtivos, essa categoria expõe as tecnologias físicas, tradicionais e hodiernas, e sua operacionalização.

Apresentados os procedimentos metodológicos, o capítulo que segue expõe e discute os resultados da investigação.

“O sangue ferve em nossa veias e nosso coração bate mais forte, ao pensarmos que nós, ingleses, e nossos descendentes americanos, com seu jactancioso grito em favor da liberdade, fomos e somos culpados desse enorme crime.”

(Charles Darwin, 1832)

5. ANÁLISE DA DINÂMICA INSTITUCIONAL EM REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS

A segunda parte desta tese, que inicia no presente capítulo, traz a discussão realizada a partir das coletas de pré-campo e campo. Conforme anteriormente explícito, o Capítulo 5 visa demonstrar e discutir a dinâmica institucional das FSF brasileiras. A construção dessa matriz analítica se consolidou a partir de dois importantes passos da presente investigação: (1) observação participante e realização de entrevistas semiestruturadas em fase pré-campo e (2) uma análise descritiva detalhada dos coletivos participantes, a fim de entendermos sua realidade, enquadrarmos a amostra enquanto exemplos de RAA e construirmos os roteiros para a observação participante da fase de campo e suas entrevistas semiestruturadas.

O passo 2 supracitado configura o material discutido na primeira subseção (5.1) do capítulo⁴. À medida que os indicadores analisados foram extraídos de relatórios do PABLI, inferências acerca desses dados secundários sustentaram o modelo de coleta de informações que originou a discussão sobre as cinco categorias analíticas expressas nas subseções de 5.2.1 a 5.2.5. O presente capítulo ainda conta com uma subseção que discute a própria abordagem empregada na pesquisa (5.2.6), explorando o papel central dos hábitos na dinâmica institucional dessas RAA.

5.1 Inferências preliminares acerca das Fortalezas *Slow Food* Brasileiras: Estudo Exploratório

A intenção do estudo exploratório foi relacionarmos as informações empíricas, coletadas no Questionário T0 com três temas selecionados como características elementares de RAA⁵: 1. Produtos e Métodos de Produção alternativos; 2. Distância reduzida entre consumidores e produtores; 3. Diferentes formas de governança nas Redes. Apresentaremos as frequências de indicadores selecionados do Questionário T0 e que tenham relação com o arcabouço teórico das RAA. Das categorias se detalhou indicadores, sendo que um mesmo indicador pode estar inserido em diferentes categorias, uma vez que

⁴ Este material compõe parte do corpo de dados utilizados em Xavier da Silva et al (2019).

⁵ Para maior adensamento verificar Capítulo 4: Procedimentos Metodológicos.

pode ser complementar para seus entendimentos. Do total da amostra de coletivos, quatro são da Região Sul, duas do Centro Oeste, quatro do Norte, seis do Nordeste e outras três da Região Sudeste. Quanto à natureza dos produtos centrais desses coletivos, cinco são de origem animal (três tipos de méis e um queijo), e quinze de origem vegetal (sendo oito oriundos, principalmente, de processos de extrativismo).

Produtos e Métodos de Produção (Tabela 1) representam indicadores que, quando vinculados ao arcabouço teórico das RAA evidenciam estruturas que promovem práticas agrícolas não convencionais. A partir disso é caracterizada a valorização de produtos alimentares de acordo com critérios de qualidade vinculados ao sabor, aroma, textura, à construção de relações de confiança entre produtores e consumidores com relação às qualidades diferenciadas dos produtos. São critérios que dizem respeito às características do local e das técnicas utilizadas para a produção, às questões socioeconômicas e ambientais relativas aos agentes envolvidos e à segurança alimentar e dos alimentos.

Tabela 1 – Indicadores vinculados a Produtos e Métodos de Produção nas Fortalezas *Slow Food* Brasileiras (2017/2018).

Indicadores	Frequência do Indicador na Amostra (%)	Valor Absoluto
Técnicas de Conservação dos Produtos	100	19
Identificação do produto – Território	100	19
Paisagem	95	18
Salvaguarda	89	17
Processamento Tradicional	79	15
Qualidade Organoléptica	79	15
Variedades/Raças Nativas	79	15
Diversificação de Produção	79	15
ConSORCIAMENTO	79	15
Material Genético (mudas/sem/matrizes)	63	12
Tratamento Pós-colheita*	50	7
Rotação*	50	7
Certificação	47	9
Fertilização Orgânica/ Fonte natural de alimentação	42	8
Produtos de defesa natural	37	7
Embalagem	37	7
Herbicidas naturais*	35	5
Irrigação*	35	5
Patrimônio arquitetônico	26	5
Energias renováveis	10	2

Fonte: Elaborado pelo autor.

*Estes indicadores são compatíveis somente com 14 Fortalezas.

A alternatividade em relação aos produtos e métodos de produção empregados pelos coletivos da amostra é percebida à medida que não são expressivas as práticas convencionais para a produção agrícola brasileira. Essas práticas são caracterizadas pelo emprego de monoculturas, produções em grandes escalas e uso intensivo de agrotóxicos e de material genético com tecnologia transgênica (GAZOLLA;SCHNEIDER, 2017).

Em relação à manutenção de práticas e processos tradicionais, todas as Fortalezas possuíam, antes do início do processo de consolidação dos coletivos, mecanismos tradicionais de conservação de produtos e 79% de processamento. Essas práticas puderam ser constatadas na produção de geleias, doces e conservas em distintas FSF, tais como Umbu, Licuri, Cubiu e Waraná. Como exemplo, este último coletivo, inclusive, mantém em seu Protocolo de Produção métodos de defumação ancestrais característicos de sua etnia.

Em nosso escopo teórico o vínculo com o território é componente de práticas tradicionais. Na amostra de RAA, 100% dos coletivos apresentavam manifestações dessa ordem, práticas que vinculassem seus produtos ao território em que estavam localizados. Especificidades do ambiente no qual essas comunidades estão inseridas tornam-se, portanto, representam componentes valorativos desses produtos. Em alguns casos, como o das Fortalezas do Maracujá da Caatinga, do Pinhão da Serra Catarinense e do Butiá do Litoral Catarinense, na nomenclatura da Fortaleza existe a transmissão do próprio nome do bioma ou da região geográfica em que ocorre a produção. Em outros casos, como o da FSF do Gergelim Kalunga e do *Waraná Satere-Mawé*, é dada ênfase à nomenclatura do povo que detém a produção específica.

Entretanto, quando se usa a realização de restaurações ou melhorias em prédios e construções com apelo histórico-cultural para identificar essa valorização dos aspectos culturalmente enraizados na produção, se identificaram apenas cinco coletivos (26%). Em dois deles, as Fortalezas dos Engenhos da Farinha Polvilhada de Santa Catarina e a da Farinha Bragantina e Derivados da Mandioca, foram realizadas restaurações arquitetônicas em engenhos de farinha e casas de farinha, construções cujo uso é para fins de transformação da raiz da mandioca em farinha. Esses prédios possuem características arquitetônicas com apelo cultural e, no caso dessas duas FSF, esses empreendimentos possuem interesse em desenvolvimento de atividades de turismo rural.

Em relação a indicadores como métodos produtivos que se sustentam na valorização da paisagem, às práticas de salvaguarda das espécies e/ou produtos, à utilização de variedades vegetais crioulas ou raças tradicionais, e quanto aos processos de preservação de material genético, identificou-se frequência de 95%, 89%, 79% e 63%, respectivamente. Esses quatro indicadores puderam ser fortemente vinculados às Fortalezas que atuam com práticas extrativistas. As Fortalezas do Pequi no Norte de Minas Gerais e do *Waraná Sateré-Mawé* (guaraná), que estão situadas em territórios de Parques Nacionais - áreas com objetivo de preservação de ecossistemas naturais de grande

relevância ecológica (PN das Cavernas do Peruaçu e PN da Amazônia, respectivamente), são exemplos. Em ambos os casos a paisagem e biodiversidade é valorizada a partir da inclusão de práticas de multiplicação e reflorestamento de espécies nativas em seus protocolos de produção

Tal categoria também foi avaliada a partir de indicadores técnicos referentes a estratégias de melhorias nas fases de produção agrícola ou na transformação das matérias-primas. Diversificação produtiva e melhoria na qualidade organoléptica dos alimentos foram verificadas em 79% dos grupos. Em relação a esta segunda, instituições parceiras apresentam papel estruturante nesses processos. Em casos como o das Fortalezas do Cubiu e do Licuri foram conduzidos projetos universitários cujos objetivos eram o desenvolvimento de técnicas de branqueamento e o controle do período de torra, respectivamente, para permitir melhor textura, apresentação e sabor.

No que tange a indicadores relacionados ao meio ambiente – identificado a partir do critério de “limpo” pelo MSF - apenas 10% apresentavam pelo menos um produtor com utilização de energias renováveis, 50% utilizavam tratamentos naturais pós-colheita e 37% já haviam iniciado a prática de utilização de embalagens recicláveis. O material reciclável para as embalagens mostrou-se uma demanda importante nas comunidades beneficiárias do PABLJ, uma vez que os coletivos, em sua maioria, estão localizados em regiões com infraestrutura deficiente e dificuldades de atuação de sistemas de coleta e tratamento de resíduos. Pelo mesmo motivo, a multiplicação, entre as distintas Fortalezas, de tecnologias geradoras de energia renovável - como biodigestores com reaproveitamento de gás (presente em propriedades de membros da FSF do Queijo Colonial de Leite Cru de Seara) e placas solares fotovoltaicas (em fase de implantação na FSF do Pequi do Xingu) - possui grande interesse, uma vez que tende a aumentar a autonomia produtiva.

Quanto a indicadores que enfatizam processos agrícolas, 80% dos grupos consorciavam suas culturas com outras. Aqui, também optou-se por considerar enquanto consorciação práticas realizadas em duas das FSF de méis (Fortalezas do Mel de Abelha Canudo e do Mel de Abelha Jandaíra), devido a conduzirem sua produção junto a outros cultivos vegetais, além daquelas que ocorrem em cultivos somente vegetais. Ainda referente às práticas agrícolas de produção 50% dos coletivos realizavam rotação de cultura, 35% possuíam algum sistema de irrigação, 35% realizavam alguma prática de capina ou herbicida natural e 37% aplicavam produtos de defesa natural das lavouras.

No tocante à avaliação dos indicadores selecionados à categoria “Formas de Governança” (Tabela 2). Segundo Pascucci (2010) essas RAA operam com bens de crença em que os processos valorativos envolvidos exigem maior confiança do consumidor sobre a produção (comércio justo, sustentável, orgânico, etc...). Essa natureza demanda uma organização social, ou uma estrutura de governança, diferenciada das cadeias agroalimentares convencionais.

A totalidade da amostra, composta por 19 Fortalezas estudadas, apresentou representações de alguma organização institucionalizada de produtores (associação, cooperativa ou grupo) e parcerias com instituições públicas e/ou privadas. Esse indicador foi considerado a partir de distintas naturezas institucionais, tais como instituições de assistência técnica e fomento rural e organizações não governamentais, cooperativas de crédito.

A existência de algum tipo de certificação coletiva ou participativa – indicador também avaliado na categoria “Produtos e Métodos de Produção” – foi verificada em 47% das Fortalezas. A organização de agricultores Rede Ecovida de Agroecologia emergiu como o agente certificador nas Fortalezas do Butiá do Litoral Catarinense e à FSF dos Engenhos de Farinha Polvilhada de Santa Catarina. Essa organização representa um sistema participativo de avaliação da qualidade orgânica ao qual parte dos produtores membros dessas Fortalezas está inserida. Outras Fortalezas demonstraram possuir processos de certificação por terceira parte a partir da organização de agricultores em consórcios produtivos. É o caso, por exemplo, da certificação para *fair trade* (ou mercado justo) na FSF do *Waraná Sateré-Mawé* e a certificação de produção orgânica na FSF do Cacau Cabruca.

Tabela 2 – Frequência dos indicadores do T0 na amostra de Fortalezas: Formas de Governança nas Fortalezas *Slow Food* Brasileiras (2017/2018)

Indicadores	Frequência do Indicador na Amostra (%)	Valor Absoluto
Relação Inst. Públicas/Privada	100	19
Organização de Produtores	100	19
Estrutura de tomada de decisão	89	17
Transmissão vertical de conhecimento	84	16
Relações com a Rede <i>Slow Food</i>	79	15
Compartilhamento (Reuniões)	79	15
Treinamentos	79	15
Transmissão horizontal do conhecimento	74	14
Papel das mulheres	74	14
Poder contratual	52	10
Certificação	47	9
Papel dos jovens	42	8
Número médio de produtores		62

Fonte: Elaborado pelo autor.

No que se refere às formas de transmissão do conhecimento tradicional nas Fortalezas, foi verificado que em 74% dos coletivos eram promovidas práticas de transmissão das informações para consumidores (transmissão horizontal) e em 84% foram verificadas práticas de transmissão vertical (aquele tipo de difusão do conhecimento entre diferentes gerações, interna ao coletivo). Ainda relacionado a processos de agregação e difusão de conhecimento, quinze coletivos (79%) haviam participado de treinamentos específicos.

Sobre a composição das estruturas dos grupos, 42% e 74% apresentavam significativa representação de jovens e mulheres, respectivamente. A Fortaleza do Mel de Abelha Jandaíra merece especial destaque na discussão acerca da representação de jovens no coletivo. Essa Fortaleza é conduzida por membros da Associação dos Jovens Agroecologistas Amigos do Cabeço na sua gestão, um grupo de jovens residentes da cidade de Jandaíra (RN) e que compartilham da proposta de desenvolvimento de projetos agroecológicos. Quanto ao papel de relevância de mulheres, destacamos os casos das Fortalezas do Baru do

Uracaia Grande Sertão e dos Engenhos de Farinha Polvilhada de Santa Catarina, cujas organizações de agricultores (Coopabase e Acordi) possuem mulheres como principais lideranças. Esses casos serão melhores tratados nas seções vindouras.

Dos coletivos estudados, 89% são identificados enquanto modelos participativos no que se refere aos processos de tomada de decisão, sendo 79% com hábitos de reuniões ordinárias. Entretanto, abordando os indicadores “poder contratual” (que, segundo o Questionário T0, identifica a capacidade do produtor em determinar o preço de venda de sua produção) e “acesso a novos canais de venda”, 52% da amostra (dez coletivos) detinham poder contratual e 63% já haviam acessado novos canais de venda.

A terceira categoria analítica empregada no Estudo Exploratório é “Distância entre Produtores e Consumidores” (Tabela 3). Em termos de capilaridade de escoamento, aplicou-se uma escala de zero a quatro, em que zero seria comercialização local e quatro seria comercialização via exportação. A média entre os coletivos foi 1,89, inferindo-se que parte significativa dos grupos atuava em mercados locais e regionalizados. Essas formas de cadeias agroalimentares curtas endossam a responsabilidade e aproximação entre consumidores e produtores.

Tabela 3. Frequência dos indicadores do T0 na amostra de Fortalezas: distância entre produtores e consumidores nas Fortalezas *Slow Food* Brasileiras (2017/2018)

Indicadores	Frequência do Indicador na Amostra (%)	Valor Absoluto
Eventos gerais	95	18
Eventos <i>Slow Food</i>	74	14
Novos canais de comercialização	63	12
Alianças econômicas	58	11
Relação com consumidores	52	10
Divulgação/Imprensa	52	10
Desenvolvimento de turismo (eventos específicos sobre o produto e território)	37	7
*Diversificação de mercado		1,89

Fonte: Elaborado pelo autor.

*O indicador “Diversificação de Mercado” corresponde ao número médio extraído de uma escala de 0 a 4, em que 0 seria comercialização na propriedade, 1 venda no município de produção, 2 no Estado, 3 no território nacional e 4 via exportação.

Contudo, a valorização dos mercados de proximidade não refletiu em mesma importância na consolidação das relações dos produtores com os consumidores. Do total de grupos estudados, 52% relataram possuir vínculos consolidados com os consumidores e 58% afirmaram ter desenvolvido parcerias econômicas antes do processo de formação da FSF. Essa identificação endossou a participação de agricultores, no escopo do PABLJ, em eventos técnicos e comerciais com o objetivo de permitir uma maior aproximação entre os produtores e os consumidores, além de ser um espaço de intercâmbio e aprendizado. No que se refere a eventos, em 95% dos coletivos foi relatada participação de eventos diversos relacionados às questões rurais e em 74% membros das Fortalezas haviam participado de eventos específicos do MSF (denotando uma aproximação anterior com a organização).

Quanto a eventos específicos voltados para a promoção, divulgação e celebração dos produtos e tradições centrais das FSF, registrou-se que 37% possuíam um evento turístico relativo ao seu produto central e/ou território vinculado. Dois deles são a Feira da

Mandioca de Imbituba, Santa Catarina - com envolvimento da FSF dos Engenhos de Farinha Polvilhada de Santa Catarina - e o Festival do Umbu, em Uauá (Bahia), cuja organização é feita por membros da FSF do Umbu. Além disto, formas de divulgação na mídia estão presentes em 52% dos grupos, sendo que as principais são textos e publicações elaborados pela Associação *Slow Food* Brasil.

Essas análises preliminares, baseadas em dados secundários provindos dos relatórios de aplicação do Questionário T0 nas comunidades rurais participantes do PABLIJ, permitiram a adequação das fases seguintes da pesquisa. As próximas subseções representam a discussão dos resultados da fase de pré-campo e campo, com base em observação participante e entrevistas semiestruturadas.

5.2 Análise Institucional das Fortalezas *Slow Food* brasileiras

A análise da dinâmica institucional possibilitou que identificássemos relações entre essas estruturas organizativas e a construção teórica institucionalista exposta. Ademais, a partir do recorte transversal com perspectiva longitudinal adotado, buscamos abranger cinco diferentes categorias analíticas que nos indicassem motivos pelos quais as RAA tenham se desenvolvido e institucionalizado determinada forma de governança e optado por distintas atividades econômicas.

Esse processo expôs aqueles agentes centrais na modificação e consolidação institucionais de cada Fortaleza, além da forma como atuam. Esses agentes, institucionalmente hábeis, estão indicados no quadro que segue com a descrição de suas atuações enquanto empreendedores institucionais nos campos estudados.

Quadro 5. Fortalezas *Slow Food* brasileiras e empreendedores institucionais (2017-2018)

Fortaleza	Empreendedores Institucionais	Atuação no Campo
F. do Mel de Abelhas Canudo Sateré-Mawé	1. Técnico <i>Slow Food</i> 2. Presidente do CPSM	Identificação de aderência entre os aspectos mitológicos e técnicos da meliponicultura Sateré-Mawé e os pressupostos <i>Slow Food</i> para construção de Fortalezas.
F. do Waraná Sateré-Mawé	1. Presidente do CPSM 2. Empresa francesa importadora de alimentos	Relação de proximidade entre produção do waraná e mercado externo europeu. Motivação e manutenção de produtores próximos nesse arranjo institucional.
F. do Cubiu – Amazonas	1. Presidente da Associação Raio de Sol	Liderança na ocupação e organização social do território e busca por projetos e endosso institucional.
F. da Farinha Bragantina e Derivados da Mandioca	1. Técnica <i>Slow Food</i>	Constante trabalho de pesquisa, divulgação e construção coletiva de inventário de patrimônio agroalimentar da região.
F. do Uumbu	1. Cooperuc 2. Presidenta da Cooperativa	Identificação de políticas públicas e motivação de comunidades tradicionais para participação nos processos da cooperativa.
F. do Licuri	1. Técnico Agrícola contratado 2. Coopes	Identificação de políticas públicas e motivação de comunidades tradicionais para participação nos processos da cooperativa.
F. do Maracujá da Caatinga	1. Coopes	Identificação de políticas públicas, projetos e motivação de comunidades tradicionais para participação nos processos da cooperativa.
F. do Mel da Abelha Jandaíra	1. Secretário de Agricultura 2. Associação dos Jovens Agroecologistas Amigos do Cabeço	Criação e desenvolvimento de projetos relacionando juventude rural e sociobiodiversidade. Identificação de parceria institucional com Movimento <i>Slow Food</i> .

F. do Mel de Abelha Mandaçaia	1. Técnico agrícola 2. Coopes	Identificação de políticas públicas, projetos e motivação de comunidades tradicionais para participação nos processos da cooperativa.
F. do Cacau Cabruca do Sul da Bahia	1. Técnico administrativo assentado	Gestão de produção e relações humanas em assentamento. Identificação de benefícios com parceria com Movimento <i>Slow Food</i> .
F. do Pequi do Xingu	1. ISA 2. Liderança indígena	Desenvolvimento de projetos de salvaguarda de sociobiodiversidade e identificação de benefícios em parceria com Movimento <i>Slow Food</i> .
F do Gergelim Kalunga	1. Central do Cerrado	Desenvolvimento de projetos de salvaguarda de sociobiodiversidade e engajamento de comunidades tradicionais.
F. do Baru do Uracaia Grande Sertão	1. Gestora de Cooperativa 2. Coopabase	Identificação de políticas públicas, projetos e motivação de comunidades tradicionais para participação nos processos da cooperativa.
F. do Coco Macaúba de Jaboticatubas	1. Amanu	Desenvolvimento de projetos de salvaguarda de sociobiodiversidade e engajamento de comunidades tradicionais.
F. do Pequi do Norte de Minas	1. Cozinheira tradicional da região 2. Instituto Federal	Participação em eventos, divulgação de produtos e mobilização para engajamento em processos de salvaguarda de sociobiodiversidade.
F. do Butiá do Litoral Catarinense	1. Agricultor extrativista 2. Técnica <i>Slow Food</i>	Desenvolvimento de projetos de salvaguarda de sociobiodiversidade e engajamento de comunidades tradicionais. Identificação de benefícios na parceria com Movimento <i>Slow Food</i> em projetos existentes.
F. do Queijo Colonial de Leite Cru de Seara	1. Crediseara	Identificação de políticas públicas, projetos e motivação de comunidades tradicionais para participação nos processos da cooperativa.

F. dos Engenhos de Farinha Polvilhada	1. Rede Catarinense de Engenhos de Farinha	Desenvolvimento de projetos de salvaguarda de sociobiodiversidade e engajamento de comunidades tradicionais. Identificação de benefícios na parceria com Movimento <i>Slow Food</i> em projetos existentes.
F. do Pinhão da Serra Catarinense	1. Centro Viane 2. Cooperativa Ecoserra	Desenvolvimento de projetos de salvaguarda de sociobiodiversidade e engajamento de comunidades tradicionais.

Fonte: Elaborado pelo autor.

É importante termos clareza de que este grupo de empreendedores institucionais corresponde a indivíduos e organizações que ou estão entre os entrevistados do presente estudo ou seus papéis foram valorizados durante o processo de pesquisa. Os dados sistematizados no Quadro 5 (cinco) puderam ser triangulados entre si e com o arcabouço institucionalista, possibilitando-nos a realização de uma análise de cunho holístico acerca da dinâmica institucional dessas RAA. Os resultados estão expressos a seguir. Cada subseção de terceiro nível representa a categoria analítica correspondente e homônima.

5.2.1 Categoria Analítica I: Aprendizagem

A categoria analítica “Aprendizagem”, quando analisada pela perspectiva empírica das RAA brasileiras vinculadas ao MSF, traz à tona uma questão seminal: a coexistência de um conhecimento tradicional, culturalmente enraizado nessas populações, e um tipo de conhecimento científico intrínseco aos padrões tecno-produtivos da agricultura convencional. Tal evidência corrobora a autores como Wilkinson (2008) e Dorigon (2008), indicando um processo de transformação do tradicional para valores de mercado em que estes produtores atuam. A própria relação estabelecida entre estas comunidades tradicionais e o MSF possui essa natureza dicotômica, conforme fala de MF6:

“Nosso produto tem sua história e origem, mas a conexão com *Slow Food* agrega valor; *Slow Food* ajuda a mostrar pro mundo como a FSF do Pequi do Xingu possui tradição indígena e cultura ainda forte no território”.

Em contrapartida, algumas argumentações expuseram resistência à abertura de experiências para aprendizagem a partir de conhecimentos não tradicionais, como no caso de PCMF1:

“Nós temos a missão de orientar os jovens; É importante trazer conhecimento externo, das universidades e institutos, mas deve estar em acordo com nossas demandas”.

Com isso, pretende-se demonstrar que, durante a pesquisa, o conhecimento se manifestou a partir de um arcabouço que comunga construções socioculturais e históricas enraizadas em complementaridade a capacidades técnicas adquiridas. A valorização da identidade cultural, o conhecimento tácito e o respeito pelos alimentos e recursos naturais são elementos chave para essas RAA. Contudo, a operacionalização de produções que contemplem esses valores passa por um processo de reinvenção e incremento de práticas novas que as avalizem diante das características dos mercados (WILKINSON, 2008).

O Projeto Fortalezas *Slow Food*, incentiva a construção participativa de um Protocolo de Produção: documento importantíssimo para a validação daquele conhecimento perante o próprio grupo e que reflete a assimilação de tecnologias físicas e sociais tradicionais com adequação às normas que infligem cada tipo de produto. Quando perguntada sobre construção e transmissão de conhecimento nas FSF, a FSF3 indicou que:

“Tanto a [aprendizagem] interna (entre gerações, dentro das famílias, reuniões com membros, etc...) quanto a externa (capacitações, oficinas, etc...), muitas vezes, não é escancarada e não é em ambientes institucionalizados (oficiais)... muitas vezes não se registra, mas é sutil e acontece. Essa transmissão é mais fluida em ambientes onde existe uma sinergia anterior, grupos mais organizados ou que vem se conectando há mais tempo – como a Fortaleza dos Engenhos. Em coletivos menos consolidados é notória a importância de entidades parceiras, como organizações não governamentais, cooperativas e instituições públicas de fomento rural (por exemplo: Centro Vianeí, a Rede Ecovida de Agroecologia, a Ecoserra, o Senar e Epagri de algumas regiões).”

O papel importante da consolidação dos coletivos e de entidades parceiras no processo de aprendizagem será bem discutido ao longo desse capítulo.

Em nossa amostra é muito significativa a relevância da ancestralidade e do vínculo com os territórios no conhecimento que compõe a estrutura institucional das RAA e, por conseguinte, que tal vínculo é incorporado nas formas de aprendizagem. Observações e falas indicam que, embora capacitações, cursos e oficinas tenham importância para a apreensão de questões técnicas comuns ao que tange à produção de alimentos, particularidades daqueles coletivos e seus territórios estão culturalmente enraizados nas suas ações sociais e econômicas (ZELIZER, 1992). Três entrevistados foram bastante fortuitos demonstrando a forma como a produção transcende os aspectos agrícolas e corresponde a questões míticas e folclóricas.

A entrevistada MF4, ao ser questionado sobre formas de transmissão do conhecimento tradicional acerca do sistema agrícola tradicional dos Areais da Ribanceira (Imbituba- SC), comentou sobre a importância dos ditos populares:

“Quando falamos às crianças que “a mandioca se capina quando ver, quando puder, ou quando quiser” queremos dizer que tu tens que dar a primeira capina na mandioca logo quando a rama brota, e, se esse momento passar, a produção estará prejudicada”.

De forma semelhante, pode-se inferir em análise da fala de MF5 que a FSF do Pequi do Xingu se sustenta em uma espécie de manifestação mítica diretamente ligada ao código de conduta dos indígenas *Kinsedges*:

“A origem do pequi é um jacaré, que virou um ser humano espiritual e namorou com uma mulher; a cutia contou pro marido que o jacaré estava o traindo; a cutia demonstrou o lugar e eles apareceram (eram duas mulheres dele, na verdade); o homem matou o jacaré e enterrou; nasceu o pequi. Ela [a fruta] tem formas dos ovinhos do homem e o cheiro é da mulher”.

Ao passo que o pequi foi domesticado pelas tribos indígenas originárias do Parque Nacional do Xingu, o conhecimento acerca do uso

de seu óleo (hidratante, repelente, tintura, etc) se institucionalizou entre os povos que ali habitam. Segundo FSF6, indígenas mais antigos indicam que beneficiamento e plantio do pequi foram trazidos por tribos de outras regiões do Parque e apreendidos naquela região há cerca de 50 anos. O povo *Kinsedge*, desde então, selecionou variedades nativas de pequi a partir de critérios de tamanho, produtividade, sabor e aroma. Atualmente, uma área de cerca de 400 hectares será reflorestada com essas variedades selecionadas. Nesse sentido, nota-se que o aprendizado acerca da produção do Pequi do Xingu ocorre por experiência e rotina (*learning-by-doing*), consolidando tecnologias sociais que aproximam a prática agrícola de suas crenças étnicas.

Na FSF do Waraná Sateré-Mawé, também se identifica esse processo milenar (segundo MF9) de domesticação de variedades nativas do *waraná* (guaraná). Para essa etnia, o *waraná*, por si só, é o princípio do conhecimento e o vínculo com o divino. Nesses casos específicos o processo de *learning-by-doing* (NIOSI, 2002) articula uma trama de técnicas de manejo e seleção que se entrelaçam com o mítico. MF9 faz questão de indicar que o Waraná *Sateré-Mawé* é diferente do guaraná do homem branco, uma vez que as variedades domesticadas naquele território e sob aquelas condições correspondem à manifestação direta de seus deuses. Neste cenário as rotinas produtivas e religiosas se institucionalizam de forma integrada, configurando um patrimônio agroalimentar singular que reflete um conjunto de tecnologias sociais.

E mesmo em falas em que não são tão evidentes as questões dessa ordem (espiritual), questões ancestrais são incorporadas à matriz de conhecimento. Todos os entrevistados remontaram a tempos passados para indicar características fundamentais de suas rotinas produtivas. Enquanto MF1 mencionou que “*produzimos orgânico [alimentos orgânicos] desde sempre, a gente já nasceu plantando desse jeito*”, MF7 indicou que “*os antigos [pessoas] já sabiam trabalhar com abelhas, mas só pegavam o mel na natureza*”. Existe nas falas um componente de expertise que, sabe-se, vem sendo construída a partir da relação entre esses coletivos e seus territórios. Este estudo não cursou com o adensamento necessário para dissertarmos sobre questões históricas de cada comunidade, contudo, pode-se constatar que essa construção é cumulativa, possui referências de outros tempos e seus processos de aprendizagem são mais complexos que cursos, oficinas e capacitações.

Considera-se nesse estudo o aprendizado enquanto processo evolutivo, ativo e dependente da assimilação do conhecimento – que pode ser gerado externamente ou internamente. Esse processo se operacionaliza a partir das interações entre atores incorporados aos

ambientes institucionais (NIOSI, 2002; PEREIRA; DATHEIN, 2012). MF1, MF3 e MF4 concordam que o conhecimento sobre sistemas de produção tradicionais não são ensinados em escolas. Pelo contrário, segundo essas entrevistadas, é um tipo de conhecimento comunitário que coordena as relações sociais dos territórios. Em comum entre estes casos é o fato de que o uso da terra é compartilhado pelos produtores desses coletivos. Assim, infere-se que, sob essas condições, o sistema produtivo institucionalizado (produção em território quilombola no caso de MF1, fundo e feixo de pasto no caso de MF3 e agricultura itinerante em terras comunais no caso de MF4) transcende as rotinas de produção e se relaciona com a forma como as famílias interagem naqueles coletivos e territórios.

Contudo, o conhecimento é *“aterrado na ancestralidade, mas passa por um processo de transformação”* que torna *“difícil compreender quando a inclusão de novas técnicas interfere no conhecimento tradicional a ponto de fazer com que ele deixe de existir”* (FSF3). Inovações foram incorporadas a estes arcabouços socioculturais, interferindo nas rotinas tradicionais das comunidades. Ao longo das observações e entrevistas ficou evidente que essa interação entre conhecimento tradicional e científico é promotora de tensão. Nesse ponto, consideramos essa forma de aprendizagem como um esquema de aquisição de competências, o qual se ativa a partir de conhecimentos externos e dependentes de ajustes para sua ideal implantação (NIOSI, 2002). Talvez essa tensão seja mais presente quando o conhecimento adquirido não parte de uma demanda identificada pelos próprios produtores. Deliberaremos sobre esse fator a seguir.

Ora relatou-se, por parte dos técnicos facilitadores, que os coletivos componentes da FSF estavam abertos a processos de aprendizagem e capacitações (FSF2), ora que era difícil fazer com que os produtores se interessassem pelos conteúdos de oficinas e cursos (FSF3 e PCMF3). Em alguns casos a objeção à aprendizagem externa fomentou a estruturação de processos próprios de transmissão de conhecimento. Em oportunidades que a assistência técnica de determinada região era identificada como contrária à manutenção dos valores tradicionais de produção (MF9, FSF4, FSF5, FSF2, MF6) foram desenvolvidos mecanismos próprios para a formação de técnicos sensíveis (MF9, FSF1, FSF7, MF3, MF6, MF7, MF10).

Segundo MF9, já haviam tido uma oportunidade de colaboração entre os *Sataré-Mawé* e a Universidade Federal do Amazonas para a construção de uma graduação reconhecida pelo Ministério da Educação (Licenciatura Política Educacional de Desenvolvimento Sustentável).

Para ele, embora essa construção tenha partido de reivindicações para a adaptação de políticas públicas àqueles povos tradicionais, a “*formação do branco é individualista e consumista [e] o índio precisa ser educado diferente*”.

Membros das duas FSF *Sataré Mawé* e do Conselho Geral da Tribo *Sataré Mawé* (CGTSM)⁶ conduzem um projeto de universidade particular à sua etnia, com objetivo de resgate do conhecimento ancestral e consolidação da Livre Academia do *Wará* - uma espécie de academia de letras da etnia *Sateré Mawé*. Trata-se de “*um projeto integrado construído a partir de diagnóstico social da comunidade sateré*”. Visa “*contextualizar a realidade para transferir essas questões no ensino dos jovens e incentivar a autogestão do território (MF9)*”. Nesse sistema de ensino, velhos sábios do princípio do conhecimento (*Wará*) são educadores.

Em outro caso, na FSF do Baru vêm se desenvolvendo processos de alfabetização adulta e formação de filhos de agricultores em questões técnicas e gerenciais (MF8). Nas FSF do Pequi do Xingu, FSF do *Waraná Sateré Mawé*, FSF da Abelha Canudo *Sateré Mawé*, FSF da Abelha Mandaçaia e FSF do Licuri, são fomentados processos de formação técnica específica às suas realidades para membros dos coletivos, integrando conhecimento científico ao conhecimento tácito enraizado nos territórios. Dadas algumas dificuldades relatadas acerca dessas experiências, inferimos que alguma relutância em aproximação e convergência entre ambas as fontes de conhecimento possa ocorrer devido a abordagens de aproximação incompatíveis com o ambiente institucional que estrutura as ações de cada população.

A existência de agentes dessas RAA que sejam possuidores de HS, no sentido de que a interação de novas tecnologias com tecnologias sociais tradicionais ocorra a partir de agentes capazes de induzir a cooperação dos membros de determinado campo (FLIGSTEIN, 1997), é elemento fundamental para tal condução. Para Fligstein (2008) agentes hábeis institucionalmente e capazes de conduzir mudanças na dinâmica institucional de um campo são empreendedores institucionais.

A amostra de agentes entrevistados durante as fases de campo e pré-campo representa um grupo de empreendedores institucionais, uma vez que todos possuem interesses em campos emergentes e mobilizam recursos para criar ou transformar instituições (DIMAGGIO, 1988). Se consideramos as FSF enquanto RAA, consideramos, também, que esses empreendimentos configuram projetos que se contrapõem às instituições

⁶ Será melhor abordado na subseção 5.2.2.

comuns aos sistemas agroalimentares convencionais. No papel de líderes comunitários e técnicos que conduziram a consolidação das FSF, esses agentes se colocam como mediadores da interação entre os tipos de conhecimento “interno” e “externo”, sendo peças chave no processo de criação de campos cujas instituições comungam aspectos e promovem um novo tipo de conhecimento.

Por meio de empreendedores institucionais, processos inovativos puderam ser compreendidos como positivos pelas comunidades e incorporados às suas rotinas. Nas FSF *Sateré-Mawé*, cuja desconfiança com a “*ciência do homem branco*” está supramencionada, a identificação de características vantajosas em aproximações com sistemas de certificação orgânica, comércio justo e sistemas agroflorestais (SAF) trouxeram ganhos positivos em seus hábitos produtivos milenares (FSF1). Essa aproximação só foi possível devido à promoção de cooperação entre lideranças do CGTSM e do Consórcio de Produtores *Sataré-Mawé* (CPSM) com um parceiro comercial (empresa importadora francesa). Neste caso específico, as técnicas ancestrais de coleta e cultivo do guaraná foram aprimoradas com o conhecimento asiático acerca do conceito de “Floresta Análoga”, um tipo de SAF cujo aprendizado ocorreu por meio de intercâmbios com técnicos asiáticos (também parceiro comercial da empresa francesa).

Aprendizagem sobre SAF demonstrou importante compatibilidade com parte das FSF analisadas – sobretudo naquelas em que o produto central depende de extrativismo. SAF representam sistemas produtivos que promovem ganhos de produtividade associado à maior diversidade ecossistêmica (MBOW et al, 2014). A aderência dessas práticas com pressupostos estruturantes do MSF – e, por conseguinte, das FSF – se torna manifesta ao passo que são arcabouços de conhecimento técnico que promovem a interação da produção com a agrobiodiversidade do território.

Técnicas de SAF cursam com a diversificação das atividades econômicas na propriedade, minimizando os riscos de perdas de renda por eventos climáticos ou mesmo por condições adversas de mercado. Segundo MF8, os produtores vinculados à FSF do Baru detinham o principal: o saber tradicional da produção e o conhecimento do território. Entretanto, precisavam ser capacitados para aumentar a escala de produção, aumentar a geração de renda e a qualidade dos produtos. A aquisição dessa capacidade inovativa estabelece a necessidade de mudança das rotinas dos agentes, tendo em vista uma maior capacidade concorrencial.

Na FSF do Cacau Cabruca os agricultores passaram por aperfeiçoamento técnico em SAF. MF2 comenta que nesse território - Assentamento Dois Riachões, Ibirapitinga (Bahia) - existiam plantios antigos de cacauzeiros em sistema cabruca: um SAF que se sustenta no consorciamento de culturas com pés de cacau plantados à sombra de espécies nativas. Contudo, os agricultores assentados não detinham essa técnica e precisaram passar por um processo contínuo de capacitação, fornecido pelo próprio movimento social ao qual fazem parte e em parceria com universidades. Essa demanda por capacitação partiu de uma avaliação interna do coletivo que diagnosticou que *“grande parte dos produtores assentados faziam uma espécie de extrativismo nos antigos cacauzeiros”* (MF2), não alcançando o potencial de produção da estrutura outrora instalada e de conservação da biodiversidade local.

Como Nelson e Winter (1982) indicaram ao analisar firmas e mercados, identificamos que a introdução de inovações rompe com os padrões tecnológicos estabelecidos, interfere em ações dos coletivos e na dinâmica dos mercados em que estes coletivos se articulam. Tal inferência parte da análise de que o emprego de inovações (SAF, por exemplo) sobre processos produtivos tradicionais (extrativismo, por exemplo) reconfigura as TS das RAA, tornando-as atrativas à medida que seus benefícios são percebidos (SAMPAT; NELSON, 2001). Em uma leitura “vebleniana”, Lopes e Conceição (2016) indicam que a alteração de hábitos é incômoda e demanda esforço na busca de novos padrões comportamentais. Com isso, é a partir da identificação do benefício que ocorre a assimilação dessas técnicas pelo coletivo - em seus hábitos de produção - forjando uma nova forma de lidar com seus afazeres e reconfigurando o ambiente institucional.

A identificação do benefício de novos hábitos produtivos está refletida em diagnóstico realizado por MF7 e FSF2. Segundo este empreendedor institucional, produtores das FSF do Maracujá da Caatinga e do Mel de Abelha Mandaçaia dominavam técnicas de extrativismo, contudo, demandavam capacitação em técnicas de produção de cultivo e criação, respectivamente. Com a participação dessas comunidades em projetos de fomento essas demandas vêm sendo supridas. Em outra experiência, FSF5 relatou sobre a importância do desenvolvimento de novos produtos a partir daqui para os membros da FSF do Pequi do Norte de Minas. Segundo este facilitador, inovações desenvolvidas na região (tais como castanhas salgadas e doces, cremes e salmouras) foram rapidamente apreendidas pela comunidade e representam importante alternativa de renda para extrativistas que comercializavam o produto *in natura*.

De acordo com as lideranças comunitárias MF8 e MF11 técnicas modernas são bem assimiladas pelos coletivos quando a abordagem incorpora valorização da cultura. Ambas empreendedoras institucionais mencionaram que a valorização dos processos artesanais foi uma ferramenta importante no “*convencimento*” dos agricultores sobre a relevância do resgate de sua cultura na valorização da produção. Entretanto, pôde-se identificar que ao passo que a valorização da cultura seria importante para a abordagem de aprendizagem, esses mesmos valores tradicionais poderiam estar vinculados com atraso.

Tratando dos processos de transmissão de conhecimento na FSF do Pequi do Norte de Minas, FSF5 indica que tanto o extrativismo quanto o processamento artesanal seriam “*sinônimos de pobreza*” naquele ambiente institucional no qual os agricultores estavam envolvidos. Para MF8 era primordial que, antes de ser capacitado tecnicamente, o agricultor deixasse de “*ter vergonha*” de fiar, tecer e tingir uma peça com corante artesanal para compreender a dignidade de seu estilo de vida. Em consonância, segundo FSF5, no contexto da FSF da Macaúba, a Associação Amanu - agente importante na condução das ações do coletivo e que possui foco principal na valorização cultural da agricultura local - consegue coordenar atividades simultâneas que por um lado visam a manutenção de um ponto de cultura e, por outro, qualificam e estruturam a cadeia produtiva do óleo de coco macaúba local.

Neste ponto do texto vale deixarmos evidente o papel singular de instituições de apoio - sejam elas universidades, associações, cooperativas ou organizações não governamentais (ONGs) - enquanto mediadores de processos de qualificação. Tais entidades também podem ser compreendidas a partir de nosso arcabouço teórico como agentes dessas redes, que se articulam nesses campos com mais ou menos HS. Sendo assim, quando a categoria analítica avaliada foi a “Aprendizagem”, evidenciamos algumas dessas entidades como empreendedores institucionais que representam forças capazes de mobilizar cooperação e trabalhar para a constituição de instituições nesses campos (AVRICHIR; CHUEKE, 2011).

Para FSF1 e FSF2, nas Regiões Nordeste e Norte, respectivamente, as universidades têm tido papel fundamental para comungar a demanda por aprimoramento de normas técnicas e valores tradicionais. Com a capacidade de introdução desses coletivos em projetos de capacitação - ou desenvolvimento de projetos específicos àquelas comunidades - se evidenciou a presença de universidades em

processos de melhorias na produção e processamento de diferentes Fortalezas (MF2, MF7, MF10, MF11).

Um exemplo é o caso da FSF do Licuri em que, a partir da parceria com o MSF e universidades, foram iniciadas ações de aperfeiçoamento do beneficiamento do licuri com as mulheres quebradeiras de coco (FSF2). A cooperativa local havia aprimorado o conjunto de tecnologias físicas (estruturas e equipamentos), contudo, haviam falhas relacionadas à condução dos processos nas comunidades extrativistas, impedindo o uso adequado dessas tecnologias. Por meio do PABLJ as quebradeiras de coco participaram de processos de capacitação, apreendendo um conjunto de tecnologias sociais relacionadas à manipulação das amêndoas, ao registro da data de colheita, ao período de secagem, e à adequação da entrega das amêndoas para a cooperativa.

Em geral, os exemplos observados de qualificação com mediação de universidades foram oficinas em Boas Práticas de Produção de Manejo (FSF do Licuri, da Abelha Mandaçaia, do Butia do Litoral Catarinense, do Cacau Cabruca, do Umbu e do Queijo Colonial de Leite Cru de Seara), e oficinas de técnicas de processamento e desenvolvimento de produtos (FSF do Pequi do Norte de Minas, da Macaúba, Maracujá da Caatinga e do Cubiu).

Um outro caso singular observado é o de capacitação individual de uma membra da FSF Pequi do Norte de Minas que ocasionou no fomento e consolidação dessa liderança comunitária enquanto multiplicadora local. Conforme explana MF10, todos os cursos e oficinas que teve oportunidade de participar no Instituto Federal de Minas Gerais permitiram que ela aprimorasse sua capacidade técnica em gastronomia, a tornando exemplo para agricultoras locais e fomentando órgãos públicos (SENAR e CODEVASF) a incorporá-la como agente de capacitação local em cursos práticos para comunidades rurais. Em suas falas, MF10 se coloca como um exemplo para produtoras e cozinheiras locais e uma embaixadora do Pequi a partir de preparações culinárias.

Capacitações são muito importantes para a organização social dos grupos: expõem a necessidade de trabalho contínuo nas comunidades para fortalecimento do senso de coletivismo nos grupos (FSF2; MF11). Conforme relata FSF2, durante a fase de diagnóstico do PABLJ temas como cooperativismo, associativismo e senso coletivo estiveram representados nos levantamentos de fragilidades de todas as FSF. Falas como *“ainda temos dificuldade de entendimento das questões burocráticas para regularizar os produtos para outros mercados (MF5)”* e *“falta políticas públicas em termos de capacitação sobre*

burocracia, normas, leis (MF3)” trazem à tona um déficit de capacidade gerencial de algumas cooperativas e associações de agricultores familiares no Brasil.

Wilkinson (2008) coloca a demanda de criação pelo Estado de condições técnicas que conduzam a uma aprendizagem coletiva própria a um período de transição e permitam a adoção de inovações sociais e institucionais. É inegável que ações do Estado vêm sendo ampliadas no sentido de amplificar a qualificação das comunidades rurais com maior aptidão à participação em RAA. O próprio PABLJ, projeto caro para nosso escopo de pesquisa, reflete essa interação entre o Estado Brasileiro e entidades da sociedade civil com intuito de capacitação da agricultura familiar para operar em condições alternativas às impostas no cenário agronegocial convencional⁷. MF3 e MF7 apontam, também, a importância de políticas de desenvolvimento regional no estado da Bahia, com enfoque em aprendizagem adaptada às demandas de cada território. No entanto, demandas de aprendizagem em relação à operação de mecanismos de gestão e comercialização aderentes a esses coletivos se mantêm.

Para PCMF2, FSF2 e FSF5 incentivos, como participação em mercados institucionais, para agricultores se organizarem em coletivos - como cooperativas - foram percebidos ao longo das últimas décadas. Porém, em nossa amostragem, ficaram evidentes dificuldades para assimilação das tecnologias sociais envolvidas nos processos de condução desses coletivos. Algumas entidades da sociedade civil organizada demonstraram potencial para suporte desta natureza. Em caráter de exemplo PCMF2 classifica o Núcleo do Pequi (entidade oficial do estado de Minas Gerais, composta por membros do governo e da sociedade civil) como uma importante instância em termos de disseminação de conhecimento e apoio para que cooperativas não cometam falhas institucionais antigas.

Esse intercâmbio e convívio entre membros de diferentes cooperativas permite um fluxo informacional importante para o processo informacional (PCMF2, MF3 e MF12). A dinamização de informações entre os agentes de um mesmo sistema, campo ou rede é substancial para seu desenvolvimento, visto que os processos inovativos são caracterizados por interações entre ciência, tecnologia, aprendizagem, produção, política, consumo, etc... (EDQUIST, 2005).

Cooperativas mais experientes e melhores estruturadas representam importantes empreendedores institucionais nesses campos

⁷ Essa discussão está fortemente expressa no Capítulo 3.

em que atuam as RAA, tanto pelo exemplo de organização social quanto pela disseminação de conhecimento e inovações (MF8, MF11 e FSF4). Primeiramente por representarem expressões próximas à realidade e possuem interesses semelhantes aos dos demais membros das FSF, possibilitando uma maior HS. *Intercâmbios com outros coletivos de agricultores vinculados às cooperativas, seja em eventos, seja em dias de campo, fazem com que se conheçam experiências exitosas e se entendam que os produtos artesanais têm valor* (MF11). Em segundo, possuem expertise em gestão e rotina burocrática do campo em questão, quais sejam as tecnologias sociais envolvidas na operacionalização das RAA.

A Cooperativa Central do Cerrado é um agente importante para mais de uma das FSF estudadas (FSF7, MF3 e MF8). Segundo FSF7, a cooperativa foi fundada como um agente de suporte comercial para outras cooperativas e associações de produtores. Com a percepção de dificuldades para atendimento de normas técnicas para ativação de mercados convencionais, a Central identificou demanda para mediar formações em boas práticas de fabricação, manejo e extrativismo, desenvolvimento de produtos, rótulos e embalagens, padrão de secagem, tecnologia de quebra de castanhas, padrão de torrefação, entre outros. Essas capacitações são articuladas a partir de projetos com organizações locais parceiras e intercâmbios de conhecimento entre membros cooperados.

Outras entidades da sociedade civil, como ONGs e Associações, também puderam ser observadas como agentes chave para o processo de aprendizagem das RAA avaliadas. MF2 (FSF do Gergelim Kalunga), MF4 (FSF dos Engenhos de Farinha), MF5 (FSF do Pinhão da Serra Catarinense) e MF10 (FSF da Macaúba) expuseram a relevância desses agentes para a formação dos agricultores envolvidos. Grupo Dandara, CEPAGRO, Centro Vianei e Associação Amanu, respectivamente, foram apontados pelos membros das FSF como os principais motivadores para busca de novos conhecimentos e para consolidação das RAA em que esses coletivos operam.

Ao se tratar especificamente da transmissão de conhecimento interna aos coletivos, jovens e velhos também representam agentes cujos papéis são singulares para essas RAA. Na exposição dos resultados de nosso Estudo Exploratório é possível verificar que em 89% das FSF avaliadas já existiam processos de transmissão vertical de conhecimento. Esse tipo de transmissão se configura de forma intergeracional e interna aos coletivos, possuindo, assim, um caráter de replicação e manutenção de uma herança cultural e cognitiva àqueles

grupos sociais. Em alguns casos, como na FSF da Farinha Bragantina, *“as técnicas são aprendidas diariamente, no convívio entre os produtores e suas famílias”* (FSF1). Em outros, como na FSF do Cacau Cabruca, existem setores (subgrupos) do coletivo responsáveis pelo desenvolvimento técnico e pela manutenção no território de jovens da comunidade (MF2).

A função dos membros mais velhos como detentor e transmissor de conhecimentos apareceu, de forma latente ou explícita, em alguns momentos durante as entrevistas (FSF1, MF1, MF4, MF7, MF8, MF11). No entanto, também foram remetidas falas indicando que os jovens *“nem sabiam que existiam abelhas nativas na região (MF7)”* ou que *“os filhos de agricultores assentados só queriam se alimentar de produtos industrializados (PCMF3)”* ou ainda *“nenhum jovem quer trabalhar com butiá (MF12)”*.

Quando questionados sobre mudanças de hábitos como esta, em que gerações mais novas deixam de replicar hábitos comuns aos seus territórios, FSF3, FSF5 indicam que existe um *gap* geracional, em que adultos jovens já vinham deixando antigos costumes em decorrência de não perceberem seus benefícios. Segundo FSF5, *“o processo de sucessão nas regiões que trabalhou pelo PABLJ está bastante fragilizado, sobretudo porque a agricultura tradicional ainda está fortemente vinculada à pobreza”*.

Para Agne e Conceição (2018) as mudanças em hábitos de vida e pensamento se processam de forma complexa e lenta. Ao considerarmos hábito e rotinas (HODGSON, 2010) como replicadores de informações, se torna nítido o papel dos jovens nesse processo. Jovens seriam potenciais responsáveis internos aos coletivos pela assimilação de informações componentes das TS. Sendo assim, em se tratando de HS, esses agentes poderiam ser entendidos como hábeis para vincular o “velho” e o “novo”. Se por um lado jovens são peças chave para o resgate das questões tradicionais, por outro, novas gerações possuem aptidões de sua época que permitem a aproximação entre fontes de conhecimento tradicional e inovativo.

Segundo MF8:

“... filhos de produtores são as melhores “ferramentas” para vincular tecnologias de gerenciamento com o conhecimento tradicional (...) aqui [Coopabase, FSF do Baru] filhos dos produtores foram capacitados em cooperativismo, em captação de recursos, em planejamento de

produção. Esses jovens são vinculados a projetos de fortalecimento Institucional e aquisição de equipamentos; assumem cargos em equipes de assistência técnica. O agricultor precisa deixar de ser agricultor se for diretor da Coopabase, por isso é importante capacitar os filhos para manter a família no comando no coletivo e o produtor no campo”.

Para MF2, MF4 MF7 e MF11, a interação entre jovens e velhos dentro dos campos pode ser um hábito natural, necessitando, assim, ser incentivada. A membra da FSF da Macaúba (MF11) indica que *“os agricultores mais velhos são buscados em suas casas para as reuniões”* e nos espaços de trocas *“existem espaços especiais para que as crianças possam participar”*. Já para MF4 (FSF dos Engenhos de Farinha e do Butiá), a forma mais comum de promover essa interação e reproduzir o conhecimento é levar as crianças para a roça e para saídas de campo.

Estes indivíduos representam agentes abertos para tecnologias limpas, inovadoras e de baixo custo, conhecem o território e buscam melhorias na qualidade de vida de sua comunidade (MF2). A incorporação habitual do valor ao tradicional e territorial, de forma compatível com tecnologias hodiernas, pode ser fortuita no sentido da condução sustentável e permanente dessas RAA.

A aprendizagem se manifestou como uma categoria densa e abundante para subsidiar inferências acerca da dinâmica institucional das FSF brasileiras. Questões referentes à ancestralidade e ao vínculo identitário das comunidades em seus territórios são componentes chave para compreensão dos processos de aprendizagem identificados. Alguma resistência em relação aos conhecimentos técnicos externos foi identificada, sendo minimizada em abordagens de compatibilização entre o conhecimento tradicional e o hodierno. Da interação entre os indivíduos que convivem nesses campos e se articulam em RAA depreendem-se diversos fatores aderentes à compreensão desses sistemas. Essa interação também é elemento crasso da discussão que se originou a partir da categoria analítica “Formas Organizacionais”, conforme a subseção que segue.

5.2.2 Categoria Analítica II: Formas de Organização

A natureza das relações estabelecidas nas RAA estudadas é o objeto central de análise nesta categoria. Com o argumento de que RAA

possuem estruturas de governança alternativas àquelas comuns em sistemas agroalimentares convencionais, essas estruturas tendem a conter traços de descentralização dos processos de tomada de decisão e aproximação uma maior aproximação entre produtores e consumidores. Neste escopo organizativo, as análises demandam maior atenção sobre o papel exercido por organizações da sociedade civil (sobretudo associações, cooperativas e ONGs) e órgãos públicos.

Autores como Goodman (2003), Renting et al (2012) e Hassanein (2003; 2008) destacam a centralidade do relacionamento estreito entre consumo e produção. Desenvolvendo o conceito de democracia alimentar, considera-se tal relação como um pressuposto estruturante para a condução de RAA. Com isso, infere-se que as formas de organização em RAA cursam com processos em que as responsabilidades compartilhadas – mesmo que esse compartilhamento seja implícito.

A “democracia” representa o papel destacado da sociedade civil nos processos de governança das redes. A partir de novas dinâmicas que incorporam políticas de informação, treinamento e opinião pública, o papel destacado da sociedade civil reconfigura as relações comuns de mercado entre produtores e consumidores, interagindo. Ademais, estes mecanismos se estabelecem respeitando a atenção à justiça e à inclusão social dos produtores como elementos chave (RENTING et al, 2012).

Outro pressuposto estruturante na forma como as RAA se organizam são as relações de confiança entre os distintos agentes (BEST, 2008; PASCUCCI, 2010; TRUNINGER, 2013; FOUILLEUX; LOCONTO, 2016). Para Pascucci (2010) e Pascucci et al (2012), tais redes são produtoras de “bens de crença” pois demandam que consumidores criem que os alimentos carregam os valores indicados (Ex.: sejam orgânicos, mercado justo, etc...) Neste caso, o autor indica que movimentos sociais como o MSF, ao endossarem a ação desses coletivos, se tornam agentes promotores de confiança entre produtores e consumidores.

O MSF intermedia a aproximação entre os distintos elos das cadeias inseridas nessas RAA. Com esse perfil, podemos sugerir que o próprio MSF, ao endossar os processos de consolidação, aproximar e buscar cooperação entre os demais agentes possui habilidade social destacada nos campos de interação das Fortalezas estudadas. O movimento, por meio do Programa Fortalezas, estimula e busca meios para viabilizar a participação de membros das comunidades em eventos de formação, exposição e comercialização. Com o desenvolvimento de rótulos com narrativas socioculturais, aumenta-se a visibilidade dos

coletivos, seus produtos e hábitos, e, com os Protocolos de Produção, instiga-se o senso de coletividade e cooperação.

Segundo a facilitadora FSF3 o MSF age solidificando relações já existentes ou promovendo novas interações. Ela indica que em alguns casos *“já existia uma sinergia anterior entre os participantes e certa organização já constituída antes do Projeto Fortalezas iniciar naquele coletivo (...) outras Fortalezas são compostas por membros que mal se conheciam”*. Em suas falas a entrevistada relata o quão heterogêneas são as estruturas organizacionais nas FSF que trabalhou pelo PABLJ.

Na Região Sul, a FSF do Queijo Artesanal de Leite Cru de Seara, que possui um grupo informal de produtores apoiados pelo Convívio *Slow Food* Verde Seara, e a FSF dos Engenhos de Farinha, cujos membros são integrantes da Rede Catarinense de Engenhos de Farinha, são exemplos de FSF que já se organizavam em coletivos e possuíam pautas comuns. De forma oposta, a FSF do Butiá reuniu agentes desconhecidos em sua maioria, o que dificulta a identificação de pautas comuns. A outra FSF da região (Pinhão da Serra Catarinense) era mais antiga, contudo, *isso não significava que havia maior coesão entre os agentes: os indivíduos já não interagiam e os objetivos iniciais do Projeto já haviam sido esquecidos*.

Para FSF3 uma importante diferença entre as FSF é o grau de apoio de organizações parceiras. Embora, no período de diagnóstico das comunidades do PABLJ, tenha se verificado a presença de uma organização de apoio em 100% das FSF, existem aqueles coletivos fortemente amparados por instituições governamentais e da sociedade civil e outros cuja principal demanda seria o próprio amparo por organizações que contribuíssem para a consolidação do coletivo. Para a adequada compreensão da ação coletiva dessas RAA o conceito de HS nos permite gerar inferências referentes às condições organizacionais do campo de atuação e o posicionamento dos diferentes grupos dentro dessas arenas (FLIGSTEIN, 1997; 2008). A forma como indivíduos interagem nesses campos - representando interesses de produtores, entidades, consumidores e do Estado – e os resultados dessa interação é nosso foco nesta subseção. O enfoque dado ocorreu acerca dos processos de tomada de decisão e de organização do trabalho, além de eventos como assembleias e reuniões.

A partir de nossa matriz analítica compreendemos que os comportamentos não são exógenos à estrutura, assim como o entendimento amplo acerca da estrutura não pode ocorrer a partir de uma abordagem unilateral sobre a ação (HODGSON, 1998; 2000). Sustentados no conceito de CRD, acreditamos que o ambiente

institucional interfere nas ações que, habitualmente, contribuem para consolidação das instituições. Com isso, conseguimos evidenciar que essas RAA possuem hábitos cooperativos que as fazem conduzir suas ações econômicas de forma coletiva. Os incentivos serão discutidos, contudo, é correto afirmar que o processo de tomada de decisão produtiva incorre em outras dimensões que não só a eficiência econômica (HODGSON, 2006).

Conforme exposto na subseção 5.1, 79% das FSF estudadas já possuíam reuniões institucionalizadas, assembleias e outras formas democráticas de tomada de decisão mesmo antes da institucionalização de seu vínculo com o MSF. Essa prática é fomentada durante os encontros de construção das bases das FSF e elaboração participativa dos Protocolos de Produção. De acordo com MF1, MF3, MF7, FSF2, FSF6, uma das principais externalidades positivas do processo de consolidação das FSF - sobretudo aquelas que foram motivadas em virtude do PABLJ - é o incentivo aos encontros e trocas entre os membros. Falas como *“desde que o Slow Food chegou a gente se encontra mais, conversa mais (MF1)”* e *“como a cooperativa atua em mais de um município, muitos membros não se conheciam (...) o projeto do Slow está possibilitando esse intercâmbio”* puderam ser extraídas da análise das entrevistas.

Em se tratando de cooperativas da agricultura familiar, estas estruturas organizativas estão muito presentes enquanto agentes socialmente hábeis nessas RAA. Agentes sociais hábeis conduzem o surgimento de novos campos ou a adaptação de campos existentes, encontrando formas de influenciar na produção de ordens locais (FLIGSTEIN, 2007). Esses agentes, as cooperativas da agricultura familiar, compartilham valores e capital social com agricultores, lhes permitindo uma importante capacidade de interação e indução de cooperação. Estudo realizado em cooperativas de derivados de leite no oeste de Santa Catarina identificou que produtores de leite preferiam transacionar com cooperativas do que fazê-lo com empresas, mesmo com preços menores, devido ao capital social das primeiras (MAGALHÃES, 2007).

Segundo a facilitadora FSF2, as ações do PABLJ e a institucionalização das Fortalezas na região Nordeste só foram possíveis em decorrência das parcerias formadas com as cooperativas locais. Nesse sentido, é claro o papel central dessas organizações nas RAA. A aproximação anterior com organizações cujos valores são percebidos de forma positiva pelos agricultores fez com que a abordagem tenha sido mais bem aceita pelas comunidades rurais. De mesma sorte, foi

necessária a adaptação do escopo de atuação do MSF para que corroborasse aos interesses dessas organizações. *“Cada tipo de comunidade é diferente e as metodologias de implantação de uma Fortaleza precisaram se adaptar a cada realidade”*, indicou FSF2.

Coopes e Coopercuc são dois importantes agentes da região da Caatinga, atuando em diversas cidades e com centenas de famílias cooperadas. Ambas possuem papéis centrais para as FSF do Maracujá da Caatinga, da Abelha Mandaçaia, do Licuri e do Umbu. Para MF3, essas cooperativas surgiram a partir de incentivos ao cooperativismo na região⁸. Contudo, embora a experiência gerencial, esses agentes apresentam dificuldades em expandir sua área de atuação, cativar e qualificar a interação com mais agricultores.

Com isso, além da valorização sociobiodiversidade do território e da qualificação das práticas produtivas, a construção dos processos de vinculação desses coletivos com o MSF envolveu capacitações em temas como cooperativismo e associativismo (demanda identificada em fase de diagnóstico do PABLJ). Conforme apontou FSF2, técnicos e líderes das cooperativas identificaram restrições dos produtores em operacionalizar suas relações de coleta, produção, entrega de produtos, registros em geral, etc. Capacitações que envolvessem esse processo foi uma demanda que partiu dos próprios líderes dos coletivos.

Em uma leitura neo-schumpeteriana sobre essas Fortalezas supracitadas, podemos inferir que existe ali uma dificuldade em assimilação das tecnologias sociais que envolvem o funcionamento do sistema de cooperativismo agrícola. Embora os benefícios do cooperativismo sejam percebidos pelos agentes e as cooperativas da região disponham de habilidade social a ponto de cativar os agricultores e induzir cooperação, a falta de domínio das tecnologias sociais - principalmente no que se refere ao gerenciamento das transações internas entre produtores e cooperativas - foi diagnosticada como uma fragilidade dessas RAA.

Se, por um lado, novas TS se tornam atrativas à medida que seus benefícios são percebidos (SAMPAT; NELSON, 2002), por outro, a não percepção dos benefícios cursa com o desinteresse por esses processos específicos. Falhas de gerenciamento das cooperativas também foram apontadas em relação à FSF do Pequi do Norte de Minas. Conforme falas de FSF4 e PCMF1, na década de 1990, muitas cooperativas

⁸ Essa fala corrobora com o apontamento de Grisa e Schneider (2014) em relação à terceira geração de políticas públicas para a Agricultura Familiar Brasileira, indicada no Capítulo III

agrícolas foram formadas. No final do século XX o cooperativismo agrícola se posiciona como uma relevante forma de representação dos agentes sociais do campo brasileiro. Segundo Silva (2002), essa manifestação se desenvolve em duas estruturas cooperativas distintas: (1) uma com enfoque empresarial e com incentivo ao desenvolvimento da agricultura e “modernização” do campo e (2) outra com caráter de resistência, base comunitária e enfoque no desenvolvimento econômico e na organização sociopolítica das comunidades.

Neste contexto, por meio de políticas de desenvolvimento rural na região norte de Minas Gerais e a “*identificação de oportunidade, pelo ponto de vista econômico, por parte dos pequenos produtores e extrativistas (FSF4)*” cooperativas pequenas foram fundadas. Estes incentivos externos (*external enforcement*) interferiram de forma significativa na estrutura institucional a qual essas RAA estão inseridas. De forma gradual e relacionada, houve uma modulação de comportamentos governados por hábitos (*self enforcement*) dos indivíduos (HODGSON, 2006), conduzindo a um fenômeno que, na subseção 5.3, chamaremos de hábito de coletivismo. Entretanto, dificuldades de assimilação das TS demandadas para a ideal condução desse tipo de sistema promoveu um cenário de sucateamento estrutural e institucional de muitas cooperativas da região no início dos anos 2000. O surgimento das cooperativas ocorreu sem que houvesse o ideal desenvolvimento das capacidades técnicas gerenciais destes empreendimentos (FS4 e PCMF2).

A empreendedora institucional MF10 - aposentada, cozinheira, aluna de gastronomia, filha de agricultores - deliberou sobre uma passagem que possui como pano de fundo este cenário:

A nossa Cooperativa tinha problemas burocráticos, papelada, eu ajudei num trabalho de levantamento de documentos e regularização; Agora já está se reaproximando, a comunidade, que estava desacreditada daquilo (...) hoje [a cooperativa] está instalada no prédio de um antigo hotel da Cemig⁹, entregue para o Estado por condenação por crime ambiental (...) A gente se instalou, eles não vão nos tirar se a gente estiver trabalhando bem, nós já estamos regularizando o uso do espaço (...) Cooperativas como Cooperuaçu e Coop Sertão Veredas já estão

⁹ Companhia Energética de Minas Gerais.

funcionando bem, o Projeto da Fortaleza do Pequi já ajuda nos aproximando.

Ao indicar a reaproximação dos produtores que haviam se afastado da sua cooperativa, MF10 se coloca como agente social hábil, envolvida em um processo de resgate de instituições que estavam comprometidas por dificuldades na operacionalização das tecnologias sociais demandadas. Para MF10 outras duas cooperativas membras da FSF do Pequi de Norte de Minas representavam agentes com habilidade social compatível de incentivar que outros agentes os tenham como exemplo. Ações de reestruturação dessas organizações interferiram na dinâmica institucional do respectivo campo.

Outra resposta a este cenário foi a criação do Núcleo do Pequi, órgão instituído por legislação estadual, composto por representantes governamentais e da sociedade civil, e que busca - entre outras questões - orientar e qualificar cooperativas de pequenos produtores em relação a seus processos gerenciais. Tal fato corrobora com as concepções de Sampat e Nelson (2001) em relação à necessidade de interação entre agentes de um mesmo sistema para evolução das tecnologias sociais.

Ainda referente ao papel central de cooperativas para essas RAA, FSF6, FSF7 e MF8 apontam a COOPABASE como o agente central da FSF do Baru. Segundo MF8, no ano de 2000 foi realizado um projeto gerido por uma ONG parceira à época, com fins de gerar um diagnóstico socioeconômico para o território Uracaia Grande Sertão (MG). Dali se conceberam ações de desenvolvimento regional, em parceria com o SEBRAE, para articulação de cadeias produtivas adaptadas às condições da região.

Desse engendramento fundou-se a Coopabase no ano de 2008. Após divergências em relação à centralização dos processos de tomada de decisão e dos objetivos da organização, a Coopabase rompeu com a “incubação” da referida ONG, se tornando um equipamento autogerido pelas famílias dos 120 agricultores associados. MF8 considera que tenha sido “*o processo natural das coisas*”. Nesse campo, a análise de conteúdo da entrevista permite-nos compreender que a cooperativa emergiu da relação entre comunidades rurais e uma ONG externa. A assimilação de divergências em objetivos dessa estrutura organizativa promoveu uma cisão em que agentes sociais hábeis, em busca explorar o que o sistema institucional lhes dá, transformam o campo.

Para FSF6, uma significativa parte dos agricultores da região possui característica de trabalhar de forma atomizada e pouco qualificada. Nesse contexto, a Coopabase é um importante

empreendedor institucional que atua no convencimento das famílias de agricultores da região e integra seus projetos de extrativismo sustentável e agrofloresta¹⁰. A HS desta cooperativa se demonstra à medida que ela contribui para produzir novos quadros socioculturais, unindo agentes por meio de identidades de comprometimento (FLIGSTEIN, 1997; 2008).

A Coopabase está vinculada a outro importante agente no contexto organizacional das FSF brasileiras: a Central do Cerrado. A Central do Cerrado é uma cooperativa de segundo grau, formada por cooperativas e associações da Agricultura Familiar. Atua em oito unidades federativas e participa de diferentes fases das cadeias produtivas. Já tratado na subseção 5.2.1, este agente interage em mais de um campo abordado neste estudo, sendo referência de atuação para as RAA vinculadas não só ao MSF, como em cadeias de produtos da sociobiodiversidade em geral (FSF7).

Com as inferências, acerca da presente categoria analítica, percebemos que a matriz analítica eleita como base teórica é positiva em investigações com foco nas dinâmicas institucionais desses coletivos. Compreendendo a organização dos indivíduos e entidades que se relacionam nessas RAA como parte importante da sua “forma de fazer as tarefas” e identificando que essas ações influenciam as reações dos demais componentes desses campos, damos luz à estrutura analítico-metodológica TS (NELSON; NELSON, 2002). Igualmente, a compreensão do impacto do contexto histórico-institucional, agindo de forma a reconstituir a dinâmica dos processos de tomada de decisão econômica dos indivíduos por meio de hábitos, nos aproxima da estrutura CRD (HODGSON, 2010). De forma complementar, o conceito de HS tornou possível a identificação do papel central de alguns agentes na indução de cooperação coletiva com fins de interferência na dinâmica institucional (FLIGSTEIN, 1997).

Tal lógica analítica também pôde gerar inferências importantes quando utilizada para compreensão de um outro tipo de estrutura organizacional identificada na amostra: FSF vinculadas a comunidades indígenas. Para FSF1, a estrutura organizacional própria das comunidades indígenas tem interferência direta em qualquer projeto que seja conduzido nesse contexto. Ao remontar à construção histórica que posteriormente incorreu na fundação da FSF do *Waraná Sateré-Mawé*, MF9 explica:

¹⁰ O conceito de agrofloresta está tratado na subseção 5.2.1.

“Na década de 1970 começamos uma luta pra expulsar invasores da terra indígena e somente em 1986 conseguimos a demarcação da Terra Indígena Andirá-Marau (...) No ano de 1989 fundamos o Conselho Geral da Tribo *Sateré-Mawé* (CGTSM), uma expressão política de nossa nação e instrumento social e comunitário de gestão do nosso território que abriga mais de 5 mil famílias (...) criamos também o Consórcio dos Produtores *Sateré Mawé* (CPSM) para organizar as famílias indígenas que produzem o *waraná* (...) precisa existir porque eles [os índios] já estão integrados na sociedade e comercializam seus produtos. Fizemos parceria com a Guayapi [empresa francesa importadora dos produtos do Consórcio] e também com o *Slow Food*. Vender nosso produto é a forma de garantir educação diferenciada, saúde diferenciada (...) Nem todo produtor *sateré* faz parte do CPSM e também existem produtores não indígenas associados. São 338 famílias associadas, os produtores não são obrigados a participar (...) mas os produtores membros precisam seguir nossa forma ancestral de produzir o *waraná*.”

Ainda acerca desse contexto, FSF1 indica que existe impacto direto da forma de organização social do povo *sateré* na forma de produção e comercialização, sobretudo pela atuação CPSM. Por meio das ações do PABLI, o facilitador foi responsável por conduzir processos de consolidação do vínculo entre os *saterés* e o MSF, uma vez que a FSF do *Waraná* já havia sido fundada e a o projeto da FSF do Mel de Abelha Canudo seria instalado. Segundo ele, “como em qualquer outro contexto social, existe disputa política no CGTSM, cujo Consórcio é a esfera que cuida da parte comercial e detém maior receita”. Dentro desse contexto, diferentes clãs da etnia interagem e “*essas questões não são medidas na implantação e consolidação de uma Fortaleza*”. As falas de ambos entrevistados denotam a complexidade do campo em questão.

A organização social na FSF do Pequi do Xingu se estrutura de forma semelhante. As tribos envolvidas no projeto representam a etnia *Kinsedge* e se organizam em uma Associação indígena formada em virtude de um processo de homologação da Terra Indígena Wawi, na qual vivem 600 pessoas em diferentes 5 aldeias. Esta associação possui

a atividade produtiva como um dos seus braços operacionais (FSF6 e FSF7).

Conforme expõe FSF6, o senso de coletivismo, natural da sua etnia, interfere diretamente na organização das atividades produtivas. Embora cada família tenha sua roça própria, todas as famílias se envolvem, com alguns membros, com as tarefas coletivas das tribos: pequi (manejo dos pomares antigos e plantio de área de reflorestamento; beneficiamento de óleo e castanha) e mel (produção e beneficiamento). Parte da produção coletiva é destinada às famílias. MF6 também manifesta esse hábito de coletivismo relatando que *“o povo Kinsedge sempre trabalhou junto, sempre tentamos integrar as famílias em todas as atividades e existe um fundo comunitário kinsedge com as vendas de óleo e mel (...) a escola se envolve bastante”*. Para o entrevistado, melhorar as condições de trabalho, como a criação de uma angroindústria artesanal de produção de óleo de pequi, contribui para que os jovens *kinsedges* se mantenham na comunidade.

Organizações como a família e a empresa interagem e afetam nossas vidas de maneiras profundas. Carregam um rico repertório de mecanismos de criação de hábitos e padrões de comportamento. As próprias organizações dependem desse complexo de hábitos relativos às regras e normas sociais (HODGSON, 2007a). MF8, líder comunitário, ainda indica que a organização social das aldeias reflete na organização produtiva. As famílias indicam *representantes coordenadores de colheita, coordenadores de extração de óleo e coordenadores políticos*. Ademais, outra contribuição que nos permite inferir sobre o impacto da organização social nas relações produtivas é a divisão de trabalho entre homens e mulheres:

“Homens, tradicionalmente, se reúnem toda noite no pátio da aldeia, discute sobre a roça, sobre o planejamento das atividades do próximo dia, e mulheres se organizam para trabalhos mais leves, como lavar o pequi, cozinhar e tirar óleo”.

Da mesma forma como acontece em outras FSF, na FSF do Pequi do Xingu, uma ONG (Instituto Socioambiental) representa agente social hábil na organização das relações produtivas (FSF6). Renting et al (2012), ao deliberar sobre o conceito de democracia alimentar, indica a crescente importância da governança baseada na sociedade civil nas dinâmicas institucionais das RAA. Para autor, esse crescimento do papel da sociedade civil das agendas organizativas das redes acontece a partir da aproximação dos consumidores. Em nossa amostra, as associações e

ONGs identificadas possuem um caráter formativo, instrutivo e dão suporte à incubação das relações internas e das redes com seus consumidores. Embora os movimentos sociais e ONGs identificados no estudo tenham a capacidade de melhor comunicação com os consumidores, eles não representam, de fato, coletivos de consumidores.

FSF3 relata que a importância desses coletivos da sociedade civil nos processos ocorre. À medida que eles tendem a ter relações mais duradouras com os coletivos de agricultores. *“Essas ONGs, como Cepagro e Centro Vianeí, estão trabalhando com os agricultores das FSF do Butiá, dos Engenhos de Farinha e do Pinhão há bastante tempo. Eles têm maior abertura, e ajudam os processos mais sustentáveis porque estão enraizados nos territórios”*, diz FSF3. Importante, contudo, é que a facilitadora avalia como uma possível fonte ruído o fato dessas organizações possuírem outras pautas:

“Fortalezas com muitas organizações envolvidas refletem em muitas pautas distintas, inclusive algumas contraditórias entre si. Às vezes, com muitas pautas, fica difícil focar somente nas pautas do Projeto Fortalezas”.

No caso da FSF da Macaúba, o papel da Amanu também foi colocado como importante agente no seu campo (FSF5 e MF11). Em acordo ao seu perfil em rede social a “Amanu é uma associação civil, sem fins lucrativos, que atua no intuito de mobilizar e apoiar ações populares comprometidas com uma sociedade mais justa e ecológica, especialmente a partir dos princípios da agroecologia e da educação popular”. Segundo MF11, a Amanu foi capaz de orientar a reorganização do coletivo de agricultores agroecológicas de Jaboticatubas (MG) e é responsável pelo sucesso em captação de recursos e qualificação da cadeia produtiva do óleo de coco macaúba.

Importância igual foi verificada com redes de agroecologia que congregam diversas organizações: a Rede de Agroecologia Povos da Mata no Nordeste, a Rede Ecovida de Agroecologia no Sul e Sudeste e a Rede Maniva de Agroecologia na Região Norte. Para FSF1, tais organizações tornam-se parceiras e possuem expertises específicas relacionadas à certificação orgânica. De acordo com MF2, integrar a Rede Povos da Mata incentiva o coletivismo e autogestão, além de padronizar a forma de produzir em torno do conhecimento agroecológico/orgânico. Institucionalmente essas redes de agentes podem ser caracterizadas como SI regionais, articulam a provisão de

pesquisa e desenvolvimento (P&D), fomentam a aquisição e a interlocução entre produtores (KRETZER, 2009). É indiscutível a habilidade social dessas instituições para a condução de RAA, visto que representam uma pauta comum aos membros e incentivam processos de colaboração entre os agentes do campo em questão.

Essas pautas comuns tornam-se parâmetro para compreender o corpo de instituições ou as tecnologias sociais que orbitam a atmosfera dessas FSF. Nestes casos, participar dos processos de certificação agroecológica levantada por essas instituições parceiras corresponde a estar de acordo com todo um arcabouço de hábitos de produção valorizados nesse sistema. Em outras palavras, as pautas defendidas em sistemas de produção agroecológica possuem uma série de tecnologias sociais (NELSON; NELSON, 2002) próprias.

Também podemos considerar como pauta comum a esses coletivos a resistência nos territórios e a disputa pelo uso das terras. Além da já discutida situação fundiária presente nas FSF indígenas, a importância dessa questão agrária pôde ser inferida, mesmo que de forma latente, em diversas entrevistas. Menções explícitas às disputas de terra foram feitas em entrevistas relacionadas às FSF do Cubiu, do Gergelim Kalunga, da Farinha Bragantina, do Cacau Cabruca e dos Engenhos de Farinha de Santa Catarina. Nessas FSF, conforme os facilitadores FSF1 e FSF3 e as lideranças comunitárias PCMF1, MF2, MF4, MF10 e MF11. Enquanto os sociólogos econômicos visualizam o ambiente de articulação das redes como campos, Hodgson e Knudsen (2006; 2010) usam o termo "sistema populacional complexo" para se referir a coletivos de agentes distintos que interagem entre si e com o ambiente.

Nesse sentido, é evidente que o ambiente institucional que estrutura as relações de cada fortaleza possui é específico a cada território. As particularidades dos territórios, quando analisadas pelo ponto de vista da CRD, compõem - de forma conjunta com outras instituições - o corpo institucional que se reproduz ao longo do tempo, incentiva ou constrange as ações individuais e retroalimenta a estrutura. Essa dinâmica institucional é o objeto da tese. Com isso, compreendemos o papel do MSF enquanto agente social habilidoso quando se articula com projetos locais - a partir da pauta do alimento bom, limpo e justo - e valoriza as reivindicações comunitárias. Esse papel ficou nítido em falas de PCMF1 e MF11, enaltecendo a importância do PABLJ para a identificação - por parte do Estado - em seus projetos de ocupação de territórios.

A partir do Projeto Fortalezas, o MSF se envolve com as comunidades rurais qualificando - e sendo qualificado - as TS próprias dos territórios tradicionais. Essa inferência também poderá ser observada na próxima subseção, que aborda a categoria analítica Formas de Comercialização.

5.2.3 Categoria Analítica III: Formas de Comercialização

Crenças, valores e simbologias envolvidas nos mercados de alimentos compõem arcabouços institucionais especiais e complexos (STEINER, 2006). Pensando o grande mercado brasileiro de alimentos enquanto um campo, as grandes empresas e agroindústrias, identificadas aos aspectos agroindustriais convencionais do agronegócio, podem ser caracterizadas como detentores, ou seja, os agentes dominantes do campo (GRISA, 2010). Contudo, agentes sociais hábeis, organizados em grupos desafiantes, podem explorar os sistemas e conduzir a cooperação para formação nichos e/ou de novos campos visando evitar grupos dominantes (FLIGSTEIN, 1997; 2008).

É o caso dos mercados ativados por essas RAA. Quando esses mercados se sustentam sobre pressupostos de base ecológica e ambientalmente adequados, a presença agentes parceiros e políticas públicas voltadas ao fortalecimento dos agricultores familiares é aspecto potencializador (DAROLT et al, 2016). Esses mercados especiais passam a ser disputados por diferentes agentes, inclusive pelas grandes empresas dominantes em outros campos (DORIGON, 2008; NIEDERLE, 2009). Contudo, mesmo que esses novos campos, socialmente construídos, possam estar sujeitos à exposição e interferência de agentes dominantes - ao identificar potenciais ganhos nos nichos criados - a construção desses mercados permite que agentes desafiantes e dominados de outros campos tenham maior estabilidade.

Niederle e Mehs (2018), em uma contribuição institucionalista com bases na Nova Sociologia Econômica, classificam esses mercados de alimentos como ordens sociais. Em campos estáveis e dominados por grandes empresas do setor de alimentos, a Ordem Industrial é a mais convencionalizada. Esta ordem é equipada por artefatos técnicos e institucionais. Enquanto os primeiros artefatos seriam tratores, agrotóxicos e sementes transgênicas, os segundos seriam a disponibilidade de crédito rural, bancos, cooperativas, extensão rural, pesquisa agropecuária, entre outros. A Ordem Comercial seria aquela que, de construção anterior e bastante relacionada à primeira, poderia ser vinculada aos antigos sistemas de *plantation* e latifúndios.

Segundo os autores (NIEDERLE; MEHZ, 2018), ainda podem-se evidenciar a Ordem Doméstica, alicerçada em valores sociais e em constante transformação, alcançando maiores articulações a partir da emergência de agroindústria familiares, a Estética (com apelo na gastronomia), a Cívica (com envolvimento de movimentos sociais e governança estruturada no conceito de democracia alimentar) e a Financeira, que articula-se a partir de especulação de grãos e terra. Enfim, estes apontamentos visam demonstrar que, nesse vasto campo, assim como grandes empresas podem se articular em diferentes ordens, as RAA também se articulam de diferentes maneiras, dependendo da identificação de benefícios intrínsecos ao tempo e espaço.

As RAA, à medida que se articulam de distintas formas a partir de suas heterogeneidades organizativas e de suas complexas dinâmicas institucionais, ativam diferentes mercados, alguns estáveis e outros em construção. São complexos os limites entre os mercados convencionais e os mercados alternativos, assim como a identificação dos agentes que interagem em cada, podendo haver, inclusive, alguma hibridização entre eles (SONINO; MARSDEN, 2006). Essa complexidade pôde ser verificada em nossa amostra empírica de RAA, na qual algumas FSF identificaram benefícios em parcerias comerciais bastante aderentes a mercados convencionais - como grandes redes de supermercados (FSF6, MF6 e MF8) e empresas importadoras multinacionais (FSF1 e MF9). Em outro caso, uma mesma RAA - Fortaleza do Queijo Artesanal de Leite Cru de Seara - identificou-se que, mesmos produtores que produzem queijo artesanal comercializado de forma direta, também comercializam leite *in natura* com agroindústrias convencionais.

Identificamos que, em corroboração aos escritos seminais acerca de RAA, mercados regionalizados e cadeias agroalimentares curtas são relevantes. Socialmente estruturados no âmbito local, esses mercados são configurados por meio de relações de proximidade entre compradores e vendedores e enaltecem o papel do lugar em que a troca se desenrola (PLÖEG, 2008; SCHNEIDER; FERRARI, 2015). Conforme visto no Estudo Exploratório, mesmo antes do início da construção social das FSF, a maioria das trocas de produtos encontravam-se ancoradas em hábitos de consumo local (Tabela 3). Em alguns casos, como nas FSF do Cubiu (PCMF1) e dos Engenhos de Farinha de Santa Catarina (MF4) a circulação dos produtos era somente local pela falta de conhecimento dos consumidores e pela limitada escala de produção, respectivamente. MF4 relata que a construção do engenho instalado na sede da associação local de produtores teve como objetivo principal suprir uma demanda das famílias da região, uma vez

que “*os antigos engenhos de farinha estavam sendo extintos*”. Conforme essa líder comunitária:

“O engenho foi construído para resgatar a cultura de produção de farinha de mandioca em nossa comunidade tradicional. Pouca coisa se vende. Antes mesmo de plantar a mandioca a farinha já está toda vendida, trocada ou destinada para o consumo de cada família”.

Já no caso da FSF do Cacao Cabruca, tratando de produtos que vão além daqueles à base da fruta que nomeia o coletivo, os circuitos curtos de comercialização são uma opção declarada, segundo MF4:

“Para participar de nosso projeto, primeiro os produtores precisam produzir para alimentar sua família, depois trocar entre as famílias, depois desenvolver articularem-se em feiras livres e em estações de entrega de cestas. Essas formas têm custos ambientais e econômicos mais baixos pra todo mundo. Consumidor, pra nós, não é mero consumidor, ele faz parte do sistema e precisa conhecer a realidade do campo. A gente luta por uma economia nova, mais justa, que nos ajude no desenvolvimento local e regional”.

Um complicador evidenciado por FSF2, em relação ao acesso a mercado, “*é que produtos fomentados pelo MSF, não atingem mercados locais, feiras, e pequenos mercados devido aos altos preços cobrados em relação ao padrão de vida defasado das comunidades da região*”. Por se tratarem de cidades bastante isoladas de potenciais centros de consumo, o escoamento de produção se torna comprometido. Em contrapartida, na FSF do Gergelim Kalunga, também situada em região herma e na qual a principal forma de troca ocorre entre as famílias da região, a solução encontrada é “*juntar um pouco de produto de cada família e aproveitar o carro da Associação para ir vender na feira de Cavalcante [cidade média mais próxima]*” (MF1). Embora seja uma fala simples, o seu conteúdo é denso e indica a forma mais comum de acesso a esses produtos da Região Kalunga, que vêm ganhando reconhecimento nacional (FSF6 e FSF7).

As feiras diretas são importantes focos de escoamento de produção dessas FSF e expressões de um hábito de agir de forma

coletiva. Para Wilkinson (2008), essas manifestações, como feiras locais, representam o enraizamento em redes sociais e a forma como agricultores familiares habitualmente agem nesses campos. Esse tipo de comercialização foi relatado como sendo uma forma “*imprescindível*” (FSF5) de comercialização para MF1, MF2, MF5, MF10, MF11. Como aponta MF10, “*é na feira que a gente olha no olho das pessoas, explica como que preparou aquele produto, explico como que é bom de comer*”.

Segundo FSF3, comercialização via feiras diretas manifesta uma aptidão desses agentes, “*eles sabem fazer feiras, sempre fizeram*”. É a demonstração da institucionalização de hábitos ao longo do tempo, a partir do que Renting, Banks e Marsden (2003) chamaram de cadeia agroalimentar curta do tipo face-a-face. Ao passo que se identifica o agente envolvido no elo produtivo da cadeia, esta proximidade relacional entre produtor e consumidor gera um processo de re-espacialização e re-socialização do alimento. Cria-se uma espécie de reciprocidade na transação, indo além da lógica estritamente mercantil e gera-se um acordo de confiança (SABOURIN, 2011).

Nas FSF do Cacau Cabruca e da Macaúba a criação das feiras partiu de processos coletivos de planejamento estratégico. Agentes sociais hábeis, ao identificar a aptidão dos grupos em operacionalizar esse tipo de comercialização, além de “*restrições legais para acessar outros mercados*” (FSF7), canalizaram as ações coletivas do campo para a consolidação dessas instituições de comércio. Pude acompanhar a realização da feira das FSF Brasileiras no *Terra Madre – Salone del Gusto* de 2018, em que os representantes das FSF atuaram desde a organização dos estandes até o atendimento ao público, na maior parte de composto por italianos. Nítido durante a observação foi que aquele processo estava culturalmente enraizado nos agentes.

Ora, não se aprende a atender clientes, sobretudo em outras línguas, de forma simples e não prática. A prática, no caso, provinha de suas experiências de vida, quais sejam seus hábitos. Uma vez que feiras diretas são formas comuns de comercialização no Brasil (WILKINSON, 2008) e no mundo (RENTING; BANKS; MARSDEN, 2003) elas representam um fenômeno institucionalizado. O tripé analítico vebleniano (WEBLEN, 1989) composto por instintos, hábitos e instituições, ao ser empregado, permite-nos inferir a respeito desses incentivos institucionais que, ao influenciarem o comportamento de relacionamento direto do produtor expondo seus produtos ao consumidor em uma relação baseada em interesse e confiança, retroalimenta a consolidação da instituição “feira”.

Em se tratando de restrições legais, os principais gargalos identificados estão relacionados a normas sanitárias¹¹ institucionalizadas em determinados mercados (FSF3, FSF5, MF4, MF7, MF8, MF12). Contudo, assim como indicam Lopes e Conceição (2016), uma restrição do Estado que vise constringer determinado comportamento não é garantia de que esse comportamento seja eliminado do contexto social. Dessa forma, mercados informais regulados de forma alheia às normas técnicas estatais puderam ser observados em algumas falas. Devido a uma maior aderência desse tema com a categoria “Leis e Normas”, esse assunto já está mais bem tratado na subseção 5.2.4.

Como visto, essas manifestações empíricas de RAA acompanham os apontados teóricos de que existe uma maior proximidade relacional entre produtores e consumidores. Contudo, o papel dos intermediários foi bastante evidenciado nas análises. Em alguns casos a função dos intermediários estaria mais vinculada à divulgação dos produtos, muitas vezes pouco conhecidos pelos mercados consumidores (FSF2, FSF4). De certa maneira, o MSF - enquanto agente social hábil (FLIGSTEIN, 1997) em RAA - cumpre esse papel por meio de estratégias como o catálogo Arca do Gosto, da intermediação de agentes potenciais parceiros e da participação em eventos (FSF1, FSF2, FSF4). Em casos como o do *Waraná Sateré-Mawé*, a importância da vinculação ao MSF está na estratégia de diferenciação, na qual, o próprio CPSM compreende que o valor da parceria está na divulgação da informação de que o seu *waraná*, produzido conforme os ritos da etnia, não é “*o mesmo do refrigerante*” (FSF1).

De mesma forma, no sentido da facilitação do conhecimento sobre as questões intrínsecas aos produtos e produções, agentes intermediários como cooperativas de segundo nível (FSF7, MF8), entidades da sociedade civil (FSF1, MF6 e FSF6) e agências importadoras (FSF1 e MF9). É o caso da intermediação, realizada pela Central do Cerrado, entre cooperativas e associações de agricultores vinculados às FSF do Baru e do Gergelim Kalunga com redes de supermercados e mercados de nicho em grandes centros urbanos. Processo semelhante acontece com a ONG Instituto Socioambiental na tutoria das transações realizadas entre membros da FSF do Pequi do Xingu e uma importante rede de varejo. Embora a demanda pelos produtos da FSF não afetem seus costumes (FSF6 e FSF7), existe um interesse potente em ampliar a produção, uma vez que o crescimento

¹¹ Abordado de forma mais densa na subseção 5.2.4.

populacional das aldeias *kinsedge* permite a ampliação da força de trabalho. Segundo MF6:

“Entrar nos mercados do branco é uma forma de garantir e assegurar o território e a cultura; entrar na economia do branco é bom para ampliar a imagem e dar valor a nossa cultura; fortalece nossa luta no território.”

Referente a agências importadoras, o único caso da amostra é o da FSF do *Waraná Sateré-Mawé*, que, atualmente, exporta toda sua produção por meio da importadora francesa Guayapi. Este agente, por sua vez, é responsável pela distribuição dos produtos à base de *waraná* para mais de 13.000 lojas e 22 países (MF9). Todos estes casos supracitados não deixam de ser considerados cadeias agroalimentares curtas, embora não haja proximidade geográfica entre consumidores e produtores. Segundo a literatura, tratam-se de cadeias curtas espacialmente estendidas. O processo de promoção de informações referentes à identidade cultural que os produtos “carregam” é a forma de reconexão com o território e com os agentes envolvidos na produção. Nesse processo, os intermediários destacados fazem um papel de avalistas da confiança e da segurança de que as crenças ali contidas são verdadeiras (PASCUCCI et al, 2013).

Analisando sob o ponto de vista da HS, o fato de pertencer ao campo que socialmente se constrói em decorrência do envolvimento dessas comunidades com o MSF, permite que agentes verifiquem benefícios em padrões de comportamento de outros agentes e busquem institucionalizar tais padrões em seus coletivos singulares. Inferências puderam ser feitas em relação de falas como “*um dia a gente quer exportar que nem o Obadias [líder da FSF do Waraná Sateré-Mawé]*” (MF6), fazendo referência a uma intenção de exportação dos produtos da FSF do Pequi do Xingu. Ou ainda “*queremos aproveitar essa parceria com a Central do Cerrado para também vender no Mercado Pinheiros*” (MF3). Assim como o “Obadias” e a Central do Cerrado são identificados por MF6 e MF3, respectivamente, como referências e agentes hábeis no campo das FSF brasileiras, MF6 e MF3, ambos empreendedores institucionais em suas RAA, demonstram a intenção de conduzir projetos que repitam os hábitos identificados como fortuitos.

Assim como a Central do Cerrado, outras cooperativas agem como agentes basilares nas RAA avaliadas. Existe consenso no papel fundamental das cooperativas da agricultura familiar na superação de

barreiras comerciais em mercados formais de alimentos, sobretudo aqueles relacionados às questões legais (sanitárias, fiscais e previdenciárias) e às escalas de produção e logística demandadas (SCHNEIDER; FERRARI, 2015). Estes agentes sociais podem ser considerados hábeis ao passo que estão em posição social chave para empreender mudanças e dispõem de recursos suficientes para interferir na dinâmica institucional de seus campos (AVRICHIR; CHUEKE, 2011).

Na FSF do Pinhão da Serra Catarinense, o vínculo com a Cooperativa Ecoserra possibilita diversos contextos de venda, de mercados institucionais a mercados de bairro (FSF3). Ao se referir à Coopabase, agente central na FSF do Barú de Uracaia, MF8 indica que as vendas ocorrem de diferentes formas: “*contrato direto com Mãe Terra [empresa vinculada à multinacional Unilever], catálogo de produtos disponibilizados por cooperativas de segundo grau (Central do Cerrado) (...) só de PAA e PNAE¹² são mais de 30 contratos por ano e nós sempre conseguimos operar*”. Depreende-se que, embora a cooperativa comercialize a maior parte de sua produção em mercados institucionais, existe uma busca por diversificação de mercados e novos parceiros comerciais.

Este ponto também apareceu em entrevistas com membros de FSF do Nordeste. “*Quando essas cooperativas foram fundadas, o foco da comercialização era o PAA (...) foi o principal mercado durante um bom tempo, a partir da conscientização dos políticos sobre o potencial gastronômico e desenvolvimentista dos produtos locais*”, indicou MF3. Conforme indica Grisa (2010):

“O PAA é um programa do Governo Federal que articula produção e comercialização de alimentos de agricultores familiares envolvendo uma rede de diferentes atores ao nível nacional e nos contextos locais. O formato desta rede, o papel dos atores e a forma como estes atores interagem estão condicionados por instituições que foram especificamente constituídas para este arranjo de mercado.”

¹² Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar são exemplos de programas de vendas institucionais.

O PAA é uma espécie de mercado politicamente enraizado, cujo esquema de interação entre os agentes, cujas normas de transação foram planejadas pelo Estado, estabelece um papel central para as cooperativas (GRISA, 2010). Dessa feita, e sabendo que não existe relato falado nas entrevistas, a mencionada emergência de cooperativas da agricultura familiar (subseção 5.2.2) possa ter relação com um incentivo institucional externo (*external enforcement*) (HODGSON, 2006), no qual esse tipo de programas de vendas institucionais de alimentos foi institucionalizado. Segundo FSF2, as cooperativas indicam que houve um declínio relevante em relação ao volume de venda operacionalizado nesse sistema, diagnosticando a necessidade de desenvolver capacitações para ativar novos mercados. Esse diagnóstico sustenta ações, inclusive contempladas no âmbito do PABLJ, de qualificação dos produtos a partir de demandas de mercados mais exigentes (FSF2 e MF3).

As cooperativas possuem papel central na atividade econômica dessas RAA. Falas como “às vezes a gente entrega na cooperativa e nem sabe pra onde o produto vai” (FSF5), indicam a relação de confiança existente entre cooperativas e seus cooperados. Entretanto, devido hábitos comuns institucionalizados em algumas regiões, seu potencial de ativação de diferentes mercados é comprometido. É o caso das FSF do Pequi do Norte de Minas e do Baru de Uracaia. Na primeira, o maior volume de pequi que provém de extrativismo na época de safra é vendido para atravessadores *in natura*, por preços baixos (FSF4 e FSF5). Esse tipo de venda foi um hábito que se institucionalizou em decorrência da “incapacidade técnica das cooperativas locais em absorver esse mercado” (FSF5).

Em relação à FSF do Baru, cenário em que também ocorre uma maior venda dos produtos do extrativismo regional para atravessadores particulares, o gargalo identificado para a Coopabase [cooperativa da região] é a falta de fluxo de caixa (MF8). Este fator impede que a cooperativa compita com as condições de pagamento operacionalizadas pelos atravessadores. Compreendendo que hábitos são comportamentos que se consolidam a partir de repetição, construídos de forma social e vinculados ao contexto social (HODGSON, 2007b), torna-se evidente que, em ambos os casos, existe uma demanda de qualificação das cooperativas locais para que os produtores passem a perceber os benefícios dessa interação.

Distintas são as formas de comercialização identificadas em nossa amostra de RAA, compatíveis com a heterogeneidade das formas organizacionais já relatadas. Esta categoria também transcende seus

limites, abordando, em partes, questões legais e normativas. Tais questões serão mais bem aprofundadas na subseção que segue.

5.2.4 Categoria Analítica IV: Leis e Normas

As legislações que incidem sobre o ambiente de produção de alimentos compõem parte significativa desse ambiente institucional. No Brasil, e conforme já tratado no capítulo 3 da presente tese, a relação entre as instituições formais (STEINER, 2006) e a realidade de parte significativa dos produtores, apresenta incompatibilidades, criando barreiras para a formalização do comércio de alimentos e desenvolvimento dos pequenos produtores (GAZOLA, 2015). Considerando este ambiente institucional como elemento estruturante da proposta desenvolvimentista modernizadora do rural brasileiro, vimos ao longo do texto colocando considerações não meramente economicistas para indicar a emergência das RAA e seu papel central como um contra-movimento a esses sistemas.

Assim como o fez Veblen (1899), consideramos que a evolução das instituições em uma sociedade não é, necessariamente, benéfica ao coletivo, uma vez que representam interesses de grupos com maior capacidade de consolidar sentidos comuns. Muito embora existam fundamentos técnicos que embasam as legislações vigentes, seu potencial de exclusão de agentes à margem do padrão tecnológico vigente nas cadeias agroindustriais globais é tão (ou mais) impactante quanto os benefícios gerados pelos controles estabelecidos. Segundo FSF2, existem *“dificuldades imensas em comungar as normas técnicas demandadas pela legislação com as questões tradicionais das comunidades trabalhadas”*. É o que identificamos como uma incompatibilidade dessas comunidades em assimilar o conjunto de TS (SAMPAT; NELSON, 2001) demandadas para a condução dos sistemas produtivos convencionais brasileiros.

Neste cenário, tenta-se a estabelecer “uma ideia na cabeça dos produtores e consumidores de que os produtos e alimentos artesanais não são bons” por não atenderem às demandas legais institucionalizadas. Ao passo que autores como Wilkinson (2008), Raud-Matedí (2008) e Grisa (2010) demonstram o papel central do Estado (em seus diferentes níveis) na definição das “regras do jogo” nesses mercados brasileiros de alimentos, alguns de nossos entrevistados indicam o papel de entidades da sociedade civil e do próprio Estado na

busca por adequação e equivalência das TS tradicionalmente institucionalizadas nessas comunidades (FSF2, MF8, FSF4, MF7).

Conforme visto na subseção anterior (5.2.3), enquanto não existe a possibilidade de adequação legal dos processos produtivos, os mercados informais representam significativo ambiente para o escoamento da produção dessas RAA. São muitas as definições acadêmicas para setores informais da economia (WILKINSON; MIOR, 1999): desde definições que vinculam a informalidade a aspectos negativos, como pobreza e/ou a sonegação, até inferências de que a informalidade possa ser uma reação criativa à burocracia estatal e à inadequação na provisão de serviços públicos e privados. Aqui, nos vinculamos a essa segunda linha de pensamento.

Para Wilkinson e Mior (1999) normas sanitárias em mercados de alimentos podem representar a imposição de interesses específicos e barreiras à entrada que, embora qualifiquem valores e conhecimentos consensuais referentes às relações de produção e consumo, implicam em custos proibitivos. Tanto os altos custos quanto os hábitos produtivos não assimilados pelas comunidades tradicionais faz com que esses tipos de coletivos contribuam menos do que poderiam para segurança alimentar e nutricional da população, sobretudo em municípios pequenos (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2015).

Esse apontamento pôde ser verificado de forma explícita nas FSF do Pequi do Norte de Minas, do Mel de Abelha Canudo, do Licuri, do Butiá do Litoral Catarinense, do Queijo Artesanal de Leite Cru de Seara e do Gergelim Kalunga. Segundo os entrevistados, a impossibilidade de adequação às normas sanitárias impedia a participação desses agricultores em mercados institucionais e feiras de venda direta. FSF3 reflete em relação às demandas técnicas presentes nas legislações sanitárias e sua dificuldade em compatibilização com as formas tradicionais de produção. O caso da FSF do Queijo de Leite Cru de Seara é emblemático, uma vez que o processo depende de uma demanda legal federal por pasteurização de todo leite utilizado na produção de queijos. Segundo a facilitadora:

“Essa questão chega a ser engraçada, porque o queijo artesanal, produzido com leite não pasteurizado, por exemplo... existe um mercado informal bastante aquecido justamente porque o queijo é feito daquela forma, sem pasteurização, respeitando os costumes dos colonos, o saber-fazer. Se o produtor se adequa a todas as normas

sanitárias, o queijo não será mais o mesmo. E o consumidor que busca aquele queijo específico, produzido naquelas condições, não poderá mais ser atendido¹³”.

O mesmo argumento poderia ser adaptado ao tratarmos de outros produtos. No que se refere à questão dos altos custos demandados, soluções indicadas foram as parcerias com ONGs e Associações no desenvolvimento de projetos de qualificação dos produtores e estruturas (FSF2, MF7, MF8, FSF4, FSF7, MF10, MF5) como a vinculação à cooperativas locais para utilização de unidades de beneficiamento comuns (FSF7, MF2, MF3, MF5, MF7, MF8, MF10, MF12).

Em ambas as soluções identificadas se caracterizam conexões com inferências já realizadas quando outras categorias analíticas foram discutidas. Primeiro, a importância do convívio e da inter-relação entre diferentes agentes de um mesmo campo para seu desenvolvimento integral, corroborando ao hábito de coletivismo. Se olharmos esses campos enquanto sistemas de inovação - ao inserir novos fatores de produção aos sistemas -, identificamos a relevância do fluxo informacional e formativo em que limitações individuais são supridas pela capacidade conjunta de resolução de problema (LEMOS, 2013). Segundo, dado que mudanças na dinâmica institucional se consolidam de forma mais duradoura se replicada a partir de hábitos (HODGSON, 2007a), agentes com suficiente HS para conduzir a institucionalização desses hábitos (no caso as cooperativas, associações e ONG) são fundamentais para a demonstração dos benefícios dessas tecnologias e para a motivação da cooperação.

Existem outras situações em que a aplicação da lei sobre a estrutura produtiva desconfiguraria o arcabouço de instituições formais, relacionadas à cultura produtiva, das FSF. Segundo FSF1 e MF7, os méis de abelhas nativas ainda são produtos cujos indicadores microbiológicos e físico-químicos formais de produção ainda estão sendo construídos, dificultando a identificação de parâmetros para adequação. No o caso dos engenhos de farinha, as normas de vigilância

¹³ Existe uma lei estadual, 17.486/2018, no estado de Santa Catarina, que permite a produção de queijo produzido com queijo não pasteurizado. Entretanto, até a data final da escrita deste documento, ela não havia sido regulamentada. O envolvimento do MSF e da FSF do Queijo Artesanal de Leite Cru de Seara no processo de aprovação desta lei está registrado a seguir.

sanitária são conflitantes com o próprio saber fazer culturalmente enraizado naquela comunidade. Nesse sentido, enquadramento nas atuais normas descaracterizaria a artesanidade da produção. MF4, ao mencionar sobre a forma como o engenho de sua comunidade foi construído, indica:

“Antes de construir [o engenho] nós chamamos os responsáveis da secretaria de agricultura e da vigilância para ver o mais próximo que nós poderíamos chegar das leis sem perder a tradicionalidade. Eles foram bastante abertos, mas a gente sabe que esse engenho não está dentro da lei. Mas se algum dia a gente for brigar por uma lei específica para engenhos artesanais, nosso engenho vai ser modelo”.

Em outros casos, os métodos tradicionais são apontados como rudimentares e deficientes em termos de infraestrutura e técnicas, como o Licuri (MF7) e o Butiá (MF4). Contudo, *“esses fatores não impedem que consumidores identifiquem valor nesses produtos”* e mercados informais sejam socialmente forjados (FSF3).

Assim como essas RAA reivindicam pela manutenção e reconhecimento dos seus saberes tradicionais, seu arcabouço habitual de TS, elas se tornam líderes habilidosos no processo de construção de novas leis que sejam adequadas às suas realidades socioculturais e não deixem de corresponder aos parâmetros sanitários. Durante a condução do PABLI tivemos a oportunidade de presenciar e nos envolver com ações de ativismo político realizadas por membros das FSF do Mel da Abelha Mandaçaia e do Queijo Artesanal de Leite Cru de Seara, na institucionalização das leis estaduais de número 13.905 (BAHIA, 2018) e 17.486 (SANATA CATARINA, 2018), respectivamente.

Na literatura existe esta indicação da capacidade das RAA gerarem mudanças estruturais em uma escala maior (GOODMAN, 2003; DEVERRE; LAMINE, 2010), a partir da ligação entre experiências concretas e um movimento social e político de oposição ao modelo agroalimentar convencional dominante. No processo acompanhado empiricamente, os coletivos de produtores que, posteriormente, se consolidariam enquanto FSF, se conectaram a outros coletivos de mesma natureza, endossados por técnicos sensíveis na qualificação de documentos e movimento sociais como o próprio MSF. Essas redes formadas foram capazes de induzir uma mudança

institucional que corroborasse aos pressupostos socioculturais das comunidades.

Movimentos sociais, ao adotarem estratégias como a construção de formas alternativas de compra e troca, investimento em educação do consumidor e do produtor, campanhas de conscientização e lobby político, são capazes de conduzir mudanças institucionais (DUBUISSON-QUELLIER et al., 2011). Acompanhar esses processos específicos, em que diferentes entidades da sociedade civil, representantes dos diferentes elos das cadeias produtivas, puderam se engendrar em cadeia na promoção da emergência de legislações consideradas mais adequadas, foi didático.

Em nossa lente institucionalista, sustentada pela CRD (HODGSON, 2003a), fazemos a seguinte leitura: entre esses agentes organizados em rede existia o consenso de que seus processos produtivos eram adequados. Tanto o queijo artesanal de leite cru quanto o mel de abelha mandaçaia são produtos cujos hábitos de produção são ancestrais, enraizados na cultura das comunidades e legislações que constrangessem esses hábitos produtivos não foram suficientes para a inibição do comportamento nesses coletivos. As redes construíram um arcabouço técnico suficientemente denso - levando em consideração aspectos culturais, ambientais, sanitário, econômicos, etc...- para reivindicar e conduzir a mudança das instituições formais. Nesse contexto, além dos hábitos produtivos é evidente, na dinâmica institucional dessas RAA, a emergência de um hábito de reivindicação.

Ambas as supracitadas leis comungam instituições informais ao passo que se sustentam no patrimônio agroalimentar das comunidades. E, nesse ponto da discussão, é interessante contemplarmos a função do Protocolo de Produção das FSF. Trata-se de um documento que, além de indicar a conduta organizativa e a rotina produtiva dos coletivos participantes do Projeto Fortalezas, ele interage questões referentes ao patrimônio agroalimentar com legislações formais existentes. Para FSF3, *“a construção participativa do Protocolo de Produção é importantíssimo para a validação daquele conhecimento perante o próprio grupo imbuído na formação da FSF”*.

A partir das falas, foi possível verificar que na construção dos Protocolos de Produção das FSF, puderam ser assimiladas normas sanitárias outrora negligenciadas pelos produtores (MF7, FSF3). De mesma sorte, produtores puderam ser contemplados em processos participativos de certificação agroecológica (MF2) e puderam ser beneficiados por leis pré-existentes de fomento à agricultura familiar e à preservação da sociobiodiversidade (MF5, PCMF2 e MF11). Ademais,

estes Protocolos transgredem algumas legislação com o enfoque em servir de uma base documental para futuras reivindicações legais. É o caso dos protocolos de produção das FSF do Butiá do Litoral Catarinense, do Pinhão da Serra Catarinense e do Licuri, que se pretendem enquanto base técnica, elaborada pela sociedade civil, para reivindicações de alteração de legislações ambientais relacionadas ao processo de extrativismo sustentável e manejo das paisagens dos territórios (FSF3 e MF7).

Esses documentos, os protocolos de produção, representam, sobretudo, um inventário patrimonial dos repertórios de comportamentos incrustados durante a trajetória de relacionamento das comunidades em seus territórios. Representam a matriz de hábitos das comunidades somada a práticas que pretendem se institucionalizar tendo em vista o desenvolvimento sustentável (como adequação a normas sanitárias). A partir da identificação dos hábitos como replicadores institucionais (HODGSON, 2003a), consideramos os protocolos de produção contratos sociais firmados pelos indivíduos que se propõem a interagir em determinado campo, quais sejam as FSF.

A próxima subseção, ao abordar o Padrão Tecno-Produtivo dessas FSF, completa nosso conjunto de categorias analíticas e complementa a análise da dinâmica institucional proposta.

5.2.5 Categoria Analítica V: Padrão Tecno-Produtivo

“Isso que o pessoal fala aqui a gente faz desde sempre. A gente plantava orgânico mesmo sem saber. A gente já nasceu plantando desse jeito”.

A fala em destaque é uma extração da entrevista com MF1, avaliando sobre as discussões e espaços interativos que decorriam no evento Terra Madre – Salone del Gusto, em que representava a FSF do Gergelim Kalunga a convite do MSF. Essa fala se tornou recorrente em entrevistas com outros membros da amostra. A indicação que temos é que a aproximação do MSF com essas comunidades ela ocorre por uma afinidade aos pressupostos estruturantes do Movimento, quais sejam os alimentos bons, limpos e justos como vetor de desenvolvimento. A aderência entre o padrão tecno-produtivo destas comunidades e o padrão tecno-produtivo exaltado pelo MSF é anterior à vinculação desses agentes. O que ocorre, a partir do estreitamento de laços, é “*a qualificação de processos para que seu valor seja percebido por mais pessoas e as comunidades trabalhem de forma sustentável*” (FSF4).

Adaptar valores tradicionais da produção em valores percebidos pelo mercado incorre em processos de complementaridade de tradições e de práticas novas. Esse processo tem fins de avalizar essas tradições diante de instituições de mercado (WILKINSON, 2008). Embora pareça contraditória a ligação entre produtos tradicionais e inovação, a comunhão entre esses dois universos parece ser imprescindível para a sobrevivência de empreendimentos dessa natureza (KÜHNE et al, 2010). Ao longo da discussão vimos destacando essa interação. Aqui, com foco no padrão comportamental observado nas rotinas produtivas dessas FSF, três pontos são estruturantes: as práticas ambientalmente adequadas, o consorciamento de culturas e a diversificação produtiva e, vinculada aos dois primeiros, a manutenção da tradição.

Encarando as RAA como um contra-movimento às instituições estabelecidas pelo agronegócio convencional (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017), a manutenção de rotinas produtivas tradicionais pode ser considerada um aspecto de resistência. Segundo FSF1, referindo-se à manutenção da identidade *sateré-mawé* nos processos produtivos vinculados à FSF do *Waraná*, indica um constante processo de resistência a incentivos externos. O facilitador identifica que durante anos essa etnia resiste à pressão de Embrapa¹⁴ e Inbev¹⁵ diante do avanço de áreas de produção de variedades clonadas de alta produtividade próximas aos guaranazais nativos. O entrevistado explica:

“Existe uma planta industrial de refrigerantes na região e a partir de variedades melhoradas e com produtividade mais alta, busca-se aumentar a produtividade total da produção de guaraná do município. Os *saterés* enxergam que essa abertura aos técnicos da Embrapa “contaminaria” os guaranazais nativos”.

A cidade na qual está instalada a Terra Indígena Andira-Marau, Maués, possui selo de identificação geográfica de origem (IGO) para o guaraná, contudo, o CTSW conseguiu, na justiça, que seu território fosse retirado da área de abrangência da IGO, uma vez que considera seus guaranazais sagrados e não compartilha do mesmo padrão tecno-produtivo. No caso da FSF do Pequi do Xingu, FSF6 relata um processo semelhante de identidade da comunidade no padrão tecno-produtivo

¹⁴ Empresa Brasileira de Agropecuária.

¹⁵ Empresa multinacional belgo-brasileira do ramo de bebidas e cervejas.

estabelecido. Nesses territórios está se conduzindo um processo de reflorestamento a partir de mudas nativas selecionadas e manejadas de forma tradicional e longínqua. A forma como esse processo vem sendo conduzido corrobora com as constatações institucionalistas de que a maneira como os indivíduos institucionalizam a forma de fazer as coisas é lenta, gradual e forjada em hábitos (AGNE; CONCEIÇÃO, 2018).

Nessa FSF, os pomares antigos possuem mais 50 anos e foram plantados a partir de técnicas de extrativismo apreendidas em intercâmbios com tribos que ocupavam um território próximo (FSF6). Contudo, a ampliação da área produtiva, que será realizada em área degradada por monoculturas ilegais de soja e milho (MF6), já contempla técnicas modernas de agrofloresta. Essa espécie de mescla de técnicas tradicionais e modernas forja um compêndio de rotinas produtivas, que podem ser definidas como padrões condicionais de comportamento em resposta aos incentivos e objetivos comuns da organização social (HODGSON, 2008a).

A forma singular como a comunidade interage com esse ambiente - em que as rotinas produtivas contemplam valores tradicionais e modernos - pode ser verificada nas falas de MF6, a seguir:

“O cultivo do pequi está relacionado à espiritualidade; se arranha a semente com dente do jacaré e a gente poda para dar fruta mais cedo (...) sempre se mexeu assim no pequi e o melhoramento da produção, quem coordena, é [são] nossos técnicos tradicionais”.

A função dos técnicos tradicionais, agentes sociais hábeis para conduzir a cooperação nas rotinas produtivas, é enaltecida. Em seguida podemos inferir a importância da introdução de inovações nas rotinas produtivas, na perspectiva do próprio empreendedor institucional:

“Nossa agroindústria é adaptada à cultura, antes a mulherada acordava muito cedo porque precisa estar frio pra tirar óleo. Agora eles adaptaram as máquinas, tem ar condicionado pra trabalhar durante o dia. A mulherada antes acordava de madrugada, trabalhava só quatro horas, agora trabalham horas, durante o dia”.

As rotinas se institucionalizam ao passo que são percebidos os benefícios desse novo “padrão de fazer as coisas” (SAMPAT; NELSON,

2001), quais sejam, as TS singulares àquela realidade. Nesse exemplo de rotinas produtivas, nota-se que os processos de extração do óleo do pequi são conduzidos tradicionalmente por mulheres e que, a partir da introdução de uma agroindústria na tribo, podem trabalhar durante o dia e em regimes de oito horas. É curioso como a percepção dos benefícios dessa nova rotina produtiva aproxima a TS da comunidade indígena em questão das TS comumente verificadas nos mercados de trabalho convencionais.

Esse tipo de indicação estrutura indicações teóricas de autores como DiMaggio (1988) e Dequech (2003), que indicam que uma das formas como a cultura está enraizada nas sociedades é a partir da orientação às pessoas para desempenhar um papel específico e respeitando uma lógica de ação. O mesmo pôde ser observado em outras FSF, como a FSF dos Engenhos de Farinha de Santa Catarina. Especificamente se tratando de um coletivo de agricultores participante do PABLJ, Mf4 explicita uma lógica própria de plantio, pesca e extrativismo no território dos areais da ribanceira. Essa rotina de agricultura itinerante se institucionalizou ao longo dos mais de 200 anos que a comunidade ocupa aquele território. “*O agricultor extrativista conhece a necessidade da terra descansar para recuperação natural, conhece a forma de manejo sustentável dos butiazais e a convivência sustentável com a paisagem*”, relata MF4.

Existe uma compreensão culturalmente enraizada de que não se pode aumentar a produtividade da região a ponto de intervir na manutenção daquela paisagem nativa. Se usarmos uma lógica estritamente economicista nesse cenário, o modelo de produção artesanal – que, inclusive, é fator valorativo dos produtos –, culturalmente enraizado seria substituído, assim como sua capacidade de manutenção sustentável do ambiente. A compreensão predominante de que organizações maximizariam - racionalmente - fatores referentes a trabalho e capital em função de um fluxo de resultados econômicos (HODGSON, 2009) perde validade aqui.

Os processos artesanais estão diretamente vinculados ao enraizamento cultural nas rotinas produtivas, em que os consensos sociais e os entendimentos coletivos se articulam como moduladores das estratégias e objetivos econômicos (ZUKIN; DIMAGGIO, 1990). Esse processo também esteve exposto quando, na seleção do nome da FSF do Queijo Artesanal de Leite Cru de Seara, sugeriu-se, por alguns produtores, a utilização do termo “queijo colonial”. Para Dorigon (2008) o termo “colonial” é vinculado a determinada cultura e tradição, ligada

ao saber-fazer dos imigrantes daquela região, e representa a identidade do território quando usado como expressão valorativa dos produtos.

Identificamos, portanto, que a relação dos produtores com seus territórios é peça chave para esses esquemas que modulam os padrões tecno-produtivos por meio da relação, habitualmente institucionalizada, dos agentes em um determinado ambiente. O domínio do extrativismo, nesse contexto, emerge como importante componente das TS empregadas nas FSF. Tal domínio foi indicado por diversos entrevistados (FSF2, FSF4, FSF5, MF3, MF5, MF10 e MF12).

Estes processos, quando referidos por membros das FSF do Licuri, do Umbu, do Pinhão da Serra Catarinense, do Butiá do Litoral Catarinense, do Pequi do Norte de Minas e da Macaúba, foram acompanhados de argumentos que indicassem a relevância da experiência e da temporalidade na compreensão das rotinas produtivas. Os produtores envolvidos possuem o “*conhecimento sobre os ciclos das frutas do cerrado, qualidade das safras e a hora da colheita*”(MF10). Essa fala pode transcender ao bioma Cerrado, sendo adequada para as demais FSF supramencionadas.

Contudo, em alguns casos, a inserção de novas tecnologias demonstrou alguma dificuldade de assimilação para que fossem incorporadas às TS. Conforme exposto, casos como o da FSF do *Warana Sateré-Mawé* e do Pequi do Xingu, já existiu um processo de domesticação das plantas e plantio/reflorestamento. Nos casos das FSF do Maracujá da Caatinga, Licuri, Umbu, Macaúba, e Butiá do Litoral Catarinense, essa transição do extrativismo para o cultivo ainda “*carece de maior aprendizagem*” (FSF2). Compreendemos que existam diferenças intrínsecas à natureza de cada espécie que dificultam processos de domesticação e tragam bons resultados de cultivo. Entretanto, é nítido o fator temporal e de assimilação dos hábitos às rotinas produtivas, a partir de expressões como “*faz pouco que estamos tentando plantar*” (MF7) ou “*as mudinhas ainda estão jovens*” (MF5).

O extrativismo sustentável, assim como o reflorestamento das espécies nativas, entra no escopo de desenvolvimento de sistemas agroalimentares defendido pelo MSF no âmbito do alimento limpo, assim como as práticas orgânicas e agroecológicas. A maior parte das RAA analisadas possuía um ou mais membros cujas produções passam por processos de certificação orgânica ou agroecológica, o que, por si só, é uma forma de ordenamento do padrão tecno-produtivo. O maior destaque é para a participação desses membros em redes de agroecologia, cujo o sistema de certificação está inserido em uma lógica

organizacional de Sistemas Participativos de Garantia¹⁶. A participação dos produtores nessas redes permite a incorporação de técnicas modernas às suas TS, como a adubação orgânica (MF11), as podas funcionais (MF4) e o consorciamento de culturas (MF4, MF11 e MF12).

E aqui temos uma indicação importante. Esses processos de certificação, via redes de agroecologia que ativam sistemas participativos de garantia, no entanto, não se detêm a somente aos produtos centrais das FSF, uma vez que estas técnicas fomentam o consorciamento de culturas e a diversidade produtiva (MF4, MF12). O consorciamento de espécies pôde ser identificado no caso das abelhas nativas (FSF do Mel de Abelha Jandaíra, do Mel de Abelha Mandaçaia e do Mel de Abelha Canudo *Sateré-Mawé*), com a função primordial de polinização dos pés de frutas nativas (FSF1, FSF2 e MF7). Também foi relatado que o consorciamento de culturas, ao diversificar a produção, *“dá mais tipos de produtos para vender e para alimentar as famílias de produtores”* (MF4), *“além de ser uma técnica que aumenta a produtividade total de uma determinada área”* (MF8).

Na medida em que TS são expressões das intenções dos atores em transformar progresso técnico em crescimento econômico e desenvolvimento (SAMPAT; NELSON, 2001), as rotinas produtivas são repertórios de comportamento fundamentais para a sua compreensão. Estão inseridas de forma estrutural na dinâmica institucional dessas RAA e os Protocolos de Produção¹⁷ consolidam essas rotinas de forma documental e construída de forma participativa.

A consolidação da discussão acerca dessas cinco categorias analíticas nos levou a identificar três principais hábitos comuns a esses coletivos estudados: **o Hábito de Valorização do Tradicional, o Hábito de Reivindicação, e o Hábito de Coletivismo**. Entendendo que hábitos podem ser desencadeados em decorrência de instintos e/ou contextos que os incitem (HODGSON; KNUDSEN, 2010), discorreremos sobre eles na subseção que segue e concluiremos a análise da dinâmica institucional das FSF estudadas.

5.2.6 Operacionalizando a matriz analítica: a identificação dos hábitos

O hábito de valorização do tradicional, o hábito de reivindicação, e o hábito de coletivismo. Três repertórios de

¹⁶ Estes sistemas estão bem discutidos na subseção 5.2.2.

¹⁷ Abordados na subseção 5.2.4.

comportamentos comuns às RAA analisadas. Surgem em diferentes contextos e podem ser vinculados a diferentes incentivos. Dadas as inferências que emergem ao discutirmos as categorias analíticas selecionadas, consideramos válido expô-los enquanto padrões de ação íntimos às FSF.

Assim como nós o fizemos ao identificar repetições de informações semelhantes em distintas falas e cenários observados, é válido assumirmos que essas expressões possam ser codificadas e assimiladas pelos indivíduos que compartilham os campos com os agentes entrevistados. Esse processo de assimilação e geração de consenso é o caminho percorrido para a sua institucionalização (HODGSON, 2007b). Os conceitos de CRD, TS e HS corroboram a essa constatação.

A estrutura institucional influencia de forma consistente as ações das FSF. Nessa estrutura - comum a todas as FSF - coexistem instituições referentes aos sistemas agroalimentares convencionais brasileiros e outras específicas de seu senso comum. Se, por um lado, esse ambiente institucional possui artefatos pouco aderentes aos valores preconizados em RAA - como o fomento do Estado e os incentivos da iniciativa privada à agroindustrialização, à monocultura, à sanitização, entre outros - por outro, seus próprios valores são componentes elementares desse ambiente próximo. Em outras palavras, a dinâmica institucional das RAA age de forma responsiva à dinâmica institucional do agronegócio convencional.

O hábito de valorização do tradicional se fortalece à medida que constata-se um processo de globalização agroalimentar, *commoditização* da agricultura e desenraizamento dos alimentos (MARSDEN, BANKS e BRISTOW, 2000 ; PLOEG et al, 2000; GOODMAN, 2003; SAGE, 2013). O hábito de reivindicação se sustenta ao passo que o padrão competitivo estabelecido nos sistemas agronegociais não é assimilado por uma imensa parte de produtores rurais brasileiros (WILKINSON, 2008; BUAINAIN et al, 2013). E, de forma complementar, o hábito de coletivismo se institucionaliza por meio da identificação de que a ação coletiva de pequenos produtores contribui na qualificação de seus empreendimentos (MAGALHÃES, 2007; WILKINSON, 2008; SCHNEIDER; FERRARI, 2015).

A seleção da matriz analítica, contemplando as três estruturas metodológico-analíticas e as cinco categorias delas derivadas, permitiu-nos operacionalizar a identificação dos hábitos. Esse processo se deu de forma em que as falas, ao serem analisadas, permitiam-nos a construção mental de cenários em que os próprios agentes destacavam a forma

como os indivíduos e as instituições interagiam naquelas redes. Essa interação entre os indicadores da pesquisa e a identificação dos hábitos pode ser observada do Quadro 6, que sintetiza as inferências realizadas.

Das inferências expressas, é possível compreendermos a súpula da própria dinâmica institucional compreendida nas RAA analisadas. Quando os interagentes indicaram um processo em que comunidades indígenas permitiam - e buscavam - a interação com mercados do “homem branco”, justificando tal ocorrência em virtude do fortalecimento de sua luta por demarcação de terra, inferências foram realizadas. Importante, aqui, que consolidemos nas análises de dinâmica institucional - maiormente quando o objeto empírico se referir a RAA - a afirmação de Hodgson (2006) em que o processo de tomada de decisão econômica objetive somente o desempenho e independa de dimensões não econômicas.

Ao analisarmos a dinâmica das FSF do Pequi do Xingu, da Abelha Canudo e do *Waraná Sateré-Mawé*, verificamos a emergência do hábito da reivindicação, pelo direito ancestral da permanência e uso do seu território. Deste hábito, deriva o hábito do coletivismo, institucionalizado na forma organizacional em os indivíduos mantêm seus laços étnicos unidos. E o hábito da valorização do tradicional reflete na forma como, embora estes agentes interajam com novas tecnologias e questões logísticas, mantêm seus costumes em primeiro plano.

De mesma sorte, quando produtores vinculados às FSF do Mel de Abelha Mandaçaia e do Queijo Artesanal de Leite Cru de Seara identificaram benefícios na consolidação de coletivos e na interação com agentes parceiros - ONGs, movimentos sociais e consumidores -, foram suscitadas mudanças estruturais no ambiente institucional. Esses casos evidenciam o potencial da combinação dos três hábitos identificados. Com fins de fortalecer e organizar as pautas de reivindicação, embasadas em cultura e tradição agroalimentar, conquistaram-se aprovações em legislações específicas e compatíveis com a natureza artesanal dos méis de abelha nativa e do queijo artesanal de leite cru. A não assimilação das restrições legais por parte dos indivíduos - produtores e consumidores - promoveu a manutenção de hábitos de produção e consumo desses produtos, mesmo que transacionados via mercados informais.

Quadro 6 – Categorias analíticas e a identificação dos hábitos nas FSF brasileiras.

Categorias Analíticas	Hábito de Valorização do Tradicional	Hábito de Reivindicação	Hábito de Coletivismo
Aprendizagem	<p>Conhecimento tácito, ancestral, tradicional;</p> <p>Importância da transmissão entre gerações;</p> <p>Transmissão não formalizada e de forma permanente.</p>	<p>Respeito e resgate ao conhecimento tradicional</p> <p>Resistência a novos conhecimentos.</p>	<p>Importância dos jovens como elo entre o tradicional e o moderno;</p> <p>Reuniões/encontros informais.</p>
Formas de Organização	<p>Organização social refletida nas organizações produtivas.</p>	<p>Fortalecimento de pautas, desenvolvimento de alianças.</p>	<p>Famílias, grupos informais, laços culturais, associações.</p>

Formas	de	Feiras, relações de proximidade, cadeias curtas.	Busca por percepção dos valores tradicionais; Demanda por abertura/manutenção de mercados institucionais.	Cooperativas, associações, consórcios.
Comercialização				
Leis e Normas		Patrimônio Agroalimentar	Normas sanitárias; Questão fundiária/agrária.	Composição de parcerias com outros grupos de produtores e entidades da sociedade civil.
Padrão Tecnológico Produtivo		Comunhão entre técnicas tradicionais e hodiernas.	Resistência às novas tecnologias. Aderência a novas tecnologias a partir da identificação de benefício.	Cooperativismo, associativismo.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ou então em FSF cujos agentes sociais hábeis centrais eram cooperativados, identificou-se a emergência de pequenas cooperativas em um passado recente. Pudemos identificar que esse fenômeno vinha sendo relatado na literatura em decorrência de linhas de políticas públicas voltadas ao fomento dessas estruturas. Entretanto, o resultado de políticas públicas é incerto sobre os indivíduos e instituições, visto

que o ambiente pode não estar preparado e uma intenção governamental pode ser incompatível com hábitos já estabelecidos (LOPES; CONCEIÇÃO, 2016).

No cenário indicado a partir dos relatos, foi possível a identificação de que esse fomento não foi acompanhado de qualificação técnica administrativa para os agentes locais, promovendo falhas gerenciais e desestruturação dessas organizações. Contudo, ainda neste contexto, a integração desses agentes em rede e a verificação de ações de sucesso em organizações parceiras, também vinculadas ao MSF, motivaram novos processos de cooperação e a reestruturação dos antigos empreendimentos. Referências positivas motivaram ações.

Ainda considerando os hábitos como replicadores institucionais (HODGSON; KNUDSEN, 2004; 2010), a importância da transmissão desses hábitos para as gerações mais novas, apareceu como comportamento chave na dinâmica institucional das FSF. Ao identificar que eram necessários processos de qualificação técnica nos processos produtivos, empreendedores institucionais relataram que a abordagem mais adequada para assimilação dessas novas TS sem que houvesse interferência em seus processos ancestrais, era a partir da capacitação de jovens. A partir de nossas evidências, - sobretudo nas FSF do Cacau Cabruca, do Maracujá da Caatinga, do Mel de Abelha Mandaçaia e do Baru de Uracaia - os jovens são aptos enraizarem hábitos de reivindicação, de valorização do tradicional e de coletivismo e continuarem abertos a conhecimentos hodiernos.

Sendo assim, a partir do enfoque dado à dinâmica institucional das FSF estudadas, chegamos a esses arcaibouços de comportamentais bastante evidentes. São os hábitos evidenciados que mais se reproduzem nessas comunidades, sendo assimilados ao longo de anos a partir do contexto histórico-cultural de cada coletivo. Interessante, nesse sentido, é o fato de que mesmo havendo diferenças nas trajetórias dessas RAA, os três hábitos se mantêm vigentes em suas dinâmicas institucionais. Consideramos que isso ocorra devido às semelhanças inerentes às RAA e, sobretudo, às FSF.

“Eu me senti impotente como uma criança diante daquilo, incapaz de fazer a mínima objeção”.

(Charles Darwin, 1832)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto durante as observações participantes quanto quando incentivados a relatar sobre suas interações em RAA - no contexto das cinco categorias analíticas - os empreendedores institucionais membros das FSF expuseram padrões comportamentais destes coletivos. Estes padrões fazem referência a espécies de “pacotes” de formas de reação diante dos incentivos e constrangimentos institucionais enfrentados. Seriam eles: **o hábito de valorização do tradicional, o hábito de reivindicação e o hábito do coletivismo**. A identificação desses repertórios fez-nos refletir acerca do referencial teórico para que pudéssemos inferir as questões relacionadas às suas emergências, que, na lógica institucionalista, estariam relacionadas à interação entre aspectos intrínsecos aos indivíduos reagindo em determinados contextos institucionais (HODGSON, 2010).

Conforme firmemente expresso, essas RAA naturalmente representam contra-movimentos, se articulando de forma alternativa ao padrão convencional das organizações operantes em sistemas agroalimentares brasileiros. Dessa forma, tais a triangulação desses hábitos com o arcabouço teórico das RAA, permite-nos contribuir para o entendimento da dinâmica institucional dessas redes. Ora, valorizar aspectos tradicionais habitualmente se institucionaliza à medida que RAA se contrapõem à padronização agroalimentar.

O próprio MSF, em sua essência mais seminal, ao se contrapor à ascensão do *fast food*, está repetindo uma informação que visa valorizar aspectos tradicionais de sistemas agroalimentares. Na lógica da CRD (HODGSON, 2003a), a partir de incentivos externos os agentes reagem. Nesse caso, os incentivos externos cursam com a ascensão da padronização agroalimentar industrializante, a redução dos ganhos dos pequenos agricultores, e a necessidade de buscar novas formas de qualidade nos alimentos (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000). Se essa reação for suficientemente potente para ser repetida de forma habitual, ela se institucionaliza. Assim, é correto afirmarmos que a institucionalização das RAA é compatível com a leitura teórica institucionalista.

Ao ajustarmos o foco sobre as FSF estudadas, esses campos reproduzem uma lógica institucional semelhante. Ao longo do capítulo 5 alguns exercícios de triangulação puderam indicar o potencial analítico da matriz sugerida. Dessa forma o fizemos ao identificar a emergência do hábito de reivindicação na dinâmica institucional das RAA estudadas.

Ser alternativo em um ambiente institucional que privilegia o convencional - *external enforcement* (HODGSON, 2006) - só pode ser sustentável ao longo do tempo se ações em rede cursarem com o hábito de reivindicar. Reivindicações foram identificadas de diversas naturezas: legislações menos restritivas, direito a uso e posse de terra, acesso a mercados institucionais, entre outros. Quanto ao hábito de coletivismo, de forma complementar, este está vinculado à assimilação das instituições pelos pares. Identificação de benefícios em agir de determinada forma.

Dito isto, consideramos ter atingido nosso objetivo geral do estudo. O emprego das cinco categorias analíticas nos possibilitou compreender como os hábitos participam da dinâmica institucional das RAA estudadas. Também acreditamos ter tido sucesso na matriz analítica estabelecida. Propusemos um quadro teórico-conceitual para a realização de uma análise institucionalista em RAA que, além de evidenciar compatibilidade com o objeto, demonstrou haver complementaridade entre as estruturas analítico-metodológicas (CRD, TS e HS). Pode-se dizer que TS e HS serviram enquanto ferramentas operacionais de uma análise institucional amparada no conceito de CRD.

Se para Hodgson e Knudsen (2010) os hábitos são replicadores institucionais, que carregam informações ao longo do tempo, para Nelson e Winter (1982) rotinas produtivas também o são, uma vez que replicam informações e guiam comportamentos. O conceito de TS foi fundamental, pois permitiu-nos abordar o conjunto de ações ou procedimentos demandados para as atividades produtivas (SAMPAT; NELSON, 2001). Permitiu que nos aproximássemos de conceitos de aprendizagem e condução das práticas produtivas, categorias caras para a discussão sobre a dinâmica institucional que se sucedeu.

No que tange à HS, identificar a capacidade dos agentes em obter cooperação dos demais em determinado campo (FLIGSTEIN, 1997; 2008) nos fez acessar informações referentes a própria forma como os hábitos se replicam e as instituições se perpetuam. A noção dos interesses e agentes constituintes dos campos enriqueceu a construção acerca das formas de organização e comercialização presentes nas RAA, assim como a função de empreendedores institucionais diante da capacidade em integração entre conhecimentos tradicionais e hodiernos.

Precisaríamos de elevada HS para convencer Hodgson de estreitar laços com alguma construção vinculada à Nova Sociologia Econômica. Para o autor (HODGSON, 2008b), esse grupo de pesquisadores não deixam claro quais são os limites teóricos de sua

abordagem e ignoram constructos de velhos institucionalistas e schumpeterianos. Contudo, ousamos tentar indicar essas fronteiras, utilizando a HS de forma complementar aos conceitos de CRD e TS. Hodgson (2013) indica que para o entendimento de sistemas complexos de interação seria profícuo compreender como as informações são passadas de uma entidade para outra e porque algumas entidades são mais bem sucedidas nesses processos. Acreditamos que o conceito de HS contribui para tal abordagem.

Por fim, nosso estudo possui limitações. As FSF representam formas de RAA com maior aderência aos pressupostos do *Slow Food*. Dessa forma, não nos sentimos à vontade para transcender as inferências aqui geradas para quaisquer RAA brasileiras. Seria importante testar o quadro teórico-conceitual em outras manifestações de RAA para avaliarmos sua capacidade de operacionalização. As cinco categorias analíticas emergiram de nosso Estudo Exploratório. Assim sendo, existe a possibilidade de que, dependendo da natureza do objeto a ser investigado, uma nova matriz categórica precise ser forjada. De qualquer maneira, assim como fizeram Agne e Conceição (2018), colocamos este estudo à disposição no âmbito da formação de uma nova ontologia sobre as mudanças institucionais no tema do desenvolvimento que busca resgatar e atualizar a análise institucional Vebleniana.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNE, C. L. ; CONCEIÇÃO, O. A. C. . Dos hábitos às instituições: proposições analíticas e metodológicas na Economia Institucional de Thostein Veblen. **REDES** (SANTA CRUZ DO SUL. ONLINE), v. 23, p. 358-385, 2018.

ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios, perspectivas**. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 275-290.

ALLEN, P; FITZSIMMONS, M.; GOODMAN, M.; WARNER, K. Shifting plates in the agrifood landscape: the tectonics of alternative food initiatives in California. **Journal of Rural Studies**, 19, 61-75. 2003

AREND, M. Revoluções tecnológicas, finanças internacionais e estratégias de desenvolvimento: um *approach* neo-schumpeteriano. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 363-396, 2012.

AVRICHIR, I.; CHUEKE, G. V. Empreendedorismo institucional: uma análise de caso no setor de energia elétrica brasileiro. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 6, p. 140-164, 2011.

BAHIA. **Lei nº 13.905 de 29 de janeiro de 2018**. Dispõe sobre a criação, o comércio, a conservação e o transporte de Abelhas Nativas sem Ferrão (meliponíneos), no Estado da Bahia. 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Edições 70. Lisboa. 2006.

BENETTI, B. Globalização e Desnacionalização do agronegócio brasileiro no pós 1990. Porto Alegre:**FEE**, 2004.

BEST, H. Organic agriculture and the conventionalization hypothesis: a case study from West Germany', **Agriculture and Human Values** 25, pp. 95-106, 2008.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Recent development patterns and challenges of Brazilian agriculture. In: **CONFERENCE**

ICRIER/IDRC-CRDI – EMERGING ECONOMIES IN THE NEW WORLD ORDER PROMISES, PITFALLS AND PRIORITIES. New Delhi: Icrier/IDRC-CRDI, 2010.

BUAINAIN, A. et al. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro, **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano 22, n. 2, p. 105-121, abr./jun. 2013.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. 1988. **Raízes do Brasil**, v. 20, 1936.

BRUNORI G. Local food and alternative food networks: a communication perspective. **Anthropology of food** [Online], S2, 2007.

CARDOSO DE MELLO, J.M.C. **O capitalismo tardio**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.182p.

CALLON, M. What does it mean to say that economics is performative?. **CSI WORKING PAPERS SERIES** 1-58p 2006.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade – Revista do Instituto de Economia da Unicamp**, Campinas, n. 5, p 1-30, Dezembro de 1995.

CONCEIÇÃO, O. A. C. A Dimensão Institucional do Processo de Crescimento Econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. **Economia e Sociedade (UNICAMP)**, v. 17, p. 85-105, 2008.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Há compatibilidade entre a “tecnologia social” de Nelson e a “causalidade vebleniana” de Hodgson? **Revista de Economia Política**, vol. 32, n. 1 (126) p. 109-127, jan-mar/2012.

CRUZ, F.T. Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano dos Campos de Cima da Serra – RS. 2012. 292f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2012.

DAROLT, M. R.; et al. Alternative food networks and new producer-consumer relations in France and in Brazil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2016.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R.A. A concept of agribusiness. **Division of Research. Graduate School of Business Administration**. Boston: Harvard University, 1957.

DENZIN, N.K. **The research act**: A theoretical introduction to sociological methods (2nd ed.). New York: McGraw-Hill. 1978.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna (orgs). **Planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

DEMO, P. **Educação e Alfabetização Científica**. 1. ED. Campinas, Sp: Papirus, 2010. 160p.

DEQUECH, D. Uncertainty and economic sociology. *American Journal of Economics and Sociology*. v. 62, n. 3, p. 509-532, 2003.

DESLAURIERS, J-P.; KÉRISIT, M.; O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DEVERRE, C.; LAMINE, C. Les systèmes agroalimentaires alternatifs: Une revue de travaux anglophones en sciences sociales. **Economie Rurale** 3, n. 317, p. 57-73, 2010.

FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L. The Sociology of Markets. *Annual Review of Sociology*. v. 33, p. 105-128, 2007.

DIMAGGIO, P. Interest and agency in institutional theory. In: L. ZUCKER (Ed.). **Institutional patterns and organizations**. Cambridge: Ballinger, 1988.

DORIGON, C. Mercados de produtos coloniais da região oeste de Santa Catarina: em construção. 2008. 437 f. **Tese** (Doutorado - Ciências em

Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DRAIBE, S. M. Rumos e Metamorfoses. Paz e Terra: São Paulo, 1985.

DOSI, G. The nature of the innovative process. In: DOSI, G. et al., eds. **Technical change and economic theory**. London : Pinter, 1988.

EDQUIST, C. Systems of Innovation: Perspectives and Challenges. In Fagerberg, J., Mowery, D., and Nelson, R. (Eds.), **Oxford Handbook of Innovation** (pp. 181-208). Oxford, UK: Oxford University Press, 2005.

ENNEN, E.; RICHTER, A. Literature on complementarities in organizations: The whole is more than the sum of its parts – Or is it? A review of the empirical. *Journal of Management*, 36(1), 207-233, 2010.

FILDING, N.; FILDING, J. **Linking data**. London, England: SAGE, 1986.

FLIGSTEIN, N. Social Skills and Theory of Fields. **Conference of Power and Organization**, University of Hamburg, Hamburg, 1997.

FLIGSTEIN, N. Fields, Power and Social Skill: A critical analysis of the New Institutionalisms. **International Public Management Network**, V. 9, p. 227- 253, 2008.

FLIGSTEIN, N. *The Architecture of Markets*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

FLIGSTEIN, N. O Mercado enquanto política: uma abordagem político-cultural às instituições do mercado. . In: MARQUES, R. PEIXOTO, J. (Orgs.) **A nova sociologia económica: uma antologia**. Oeires, Portugal: Celta Editora, p.195-227, 2003.

FLIGSTEIN, N., DAUTER, L. The Sociology of Markets. *Annual Review of Sociology*. v. 33, p. 105-128, 2007.

FORSSELL, S.; LANKOSKI, L. The sustainability promise of alternative food networks: an examination through “alternative” characteristics. **Agriculture and Human Values**, 1-13, 2015.

FOUILLEUX, E; LOCONTO, A. Voluntary standards, certification, and accreditation in the global organic agriculture field: A tripartite model of techno-politics. *Agriculture and Human Values*, 1–14p, 2016.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt Ltda., 1933.

FRIEDLAND, W. Reprise on commodity systems methodology. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, 9 pp. 82-103, 2001.

FURTADO, C. **Os ares do mundo**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GARCIA, J. R. Trabalho rural: tendências em face das transformações em curso. In: A. M. Buainain, E. Alves, J. M. F. J. Silveira, & Z. Navarro (Orgs.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola** :Embrapa, p. 559-590. Brasília, 2013.

GASQUES, J. G. Produtividade e crescimento da agricultura brasileira. Brasília: Mapa, Coordenação Geral de Planejamento Estratégico, 2011. (Nota Técnica).

GAZOLLA, M. Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares. 294p. **Doutorado em Desenvolvimento Rural**), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre, 2012.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Conhecimentos, produção de novidades e transições sociotécnicas nas agroindústrias familiares. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, p. 179-194, 2015.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas**: Negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre, UFRGS, 2017.

GENTILE, C. **Slow Food na Itália e no Brasil, projetos e processos de valorização cultura**. Tese (doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal de Brasília. Brasília 2016.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R. SILVA, A. B. da (Orgs.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GOODMAN, D. Editorial: the quality turn and alternative food practices: reflections and agenda, **Journl of rural studies** 19, 1-7. 2003.

GOODMAN, D; DUPUIS, M.E., GOODMAN, M.K. **Reflections on Alternative Food Networks Book Review: Alternative Food Networks: knowledge, practice, and politics**. Abingdon: Routledge, 2012.

GOODMAN, D.; WATTS, M. **Globalising Food: Agrarian Questions and Global Restructuring**. Routledge, London, 1997.

GOODMAN, M.K.; SAGE, C. **Food Transgressions: Making sense of contemporary food politics**. Ashgate Publishiing, Oxon, 2014.

GRANOVETTER, M. Economic action and social estrutura: the problem of embeddedness. **American Jornal of Sociology**, 91(3): 481-510, 1985.

GRANOVETTER, Mark. **Toward a sociological theory of income differences**. 1981.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE Eletrônica**, v.6, n.1, 2007.

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 6, n. 2, p. 97-129, Taubaté, SP, 2010.

GRISA, C. SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no

Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Competing paradigms in qualitative research. N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln (Editors), **Handbook of qualitative research**. p. 105-117. 1994.

HARVEY, D. Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola. Practicing food democracy: a pragmatic politics of transformation, **Journal of Rural Studies** 19, 77-86. 1992.

HASSANEIN, N. Locating food democracy: Theoretical and practical ingredients. **Journal of Hunger and Environmental Nutrition**, n. 3, p. 286-308, 2008.

HODGSON, G. M. Thorstein Veblen and post-Darwinian economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 16, n. 3, p. 285-301, 1992.

HODGSON, G. M. On the evolution of Thorstein Veblen's evolutionary economics. **Cambridge journal of economics**, v. 22, n. 4, p. 415-431, 1998.

HODGSON, G. M. Reconstitutive Downward Causation: Social structure and the development of individual agency. In: Fulbrook, E. **Intersubjectivity in Economics: agents and structures**. Routledge. London and New York, 2003a.

HODGSON, G. M. The hidden persuaders: institutions and individuals in economic theory. **Cambridge Journal of Economics**. V. 27, p. 159-175. 2003b.

HODGSON, G. M. What are institutions? **Journal of Economic Issues**. Vol. XL, N. 1, March, 2006.

HODGSON, G. M. The revival of Veblenian Institutional Economics. **Journal of Economic Issues**. Vol. XLI. n. 2. June, 2007a.

HODGSON, G. M. Institutions and Individuals: interaction and evolution. **European Group for Organization Studies**. February, 2007b.

HODGSON, G. M. Institutional Economics into the Twenty-First Century. *Studi e Noti diEconomia*. Ano XIV. 2009.

HODGSON, G. M. Choice, habit and evolution. **Journal of Evolutionary Economics**. 2010.

HODGSON, G. M.; KNUDSEN, T. The complex evolution of a simple traffic convention: the functions and implications of habit. **Journal of Economic Behaviour and Organization**. Vol. 54, 2004.

HODGSON, G. Review Essay: Prospects for Economic Sociology. **Philosophy of the Social Sciences**, 38(1):133-149, 2008b.

HODGSON, G. M. Choice, habit and evolution. **Journal of Evolutionary Economics**. 2010.

HODGSON, G. M. What is the essence of institutional economics?. **Journal of economic issues**, v. 34, n. 2, p. 317-329, 2000.

HODGSON, G. M. How Veblen generalized Darwinism. **Journal of economic issues**, v. 42, n. 2, p. 399-405, 2008.

HODGSON, G. M. Institutional economics into the twenty-first century. **Studi e Note di Economia**, v. 14, n. 1, p. 3-26, 2009.

HODGSON, G. M.; KNUDSEN, T. **Darwin's conjecture: The search for general principles of social and economic evolution**. University of Chicago Press, 2010.

HODGSON, G. M.; KNUDSEN, T. The firm as an interactor: firms as vehicles for habits and routines. **Journal of evolutionary economics**, v. 14, n. 3, p. 281-307, 2004.

ILBERY, B.; KNEAFSEY M. Registering regional speciality food and drink products in the United Kingdom: the case of PDOs and PGIs, **Area** 32, 317-25, 2000.

ILBERY B.; MAYE D. Alternative (shorter) supply chains and specialist livestock products in the Scottish-English border. **Environment and Planning A** 37, 823-944, 2005.

KRETZER, J. Sistemas de inovação: as contribuições das abordagens nacionais e regionais ou locais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 863-892, dez. 2009.

KÜHNE B. et al. (2010). Innovation in traditional food products in Europe: Do sector innovation activities match consumers' acceptance? **Food Quality and Preference** 21, pp. 629–638, 2010.

JAROSZ, L.. The city in the country: Growing alternative food networks in Metropolitan areas. **Journal of rural studies**, 24(3), 231-244, 2008.

LEMOS, D. C. **A evolução das políticas de ciência e tecnologia no Brasil e a incorporação da inovação**. Conferência Internacional LALICS, Rio de Janeiro, p 21, 2013.

LOPES, H. C. ; CONCEIÇÃO, O. A. C. . A inflação e os Planos Cruzado e Real: uma interpretação institucionalista. **Economia e Sociedade** (UNICAMP. Impresso), v. 25, p. 147-172, 2016.

ALVEZ-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais. **Pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 1999.

MAGALHÃES, R. S. Habilidades sociais no mercado de leite. **Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n. 2, p. 1-11, 2007.

MATTEI, L. Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 105-124, 2014.

MARQUES, R. Introdução: os trilhos da nova sociologia econômica. In: MARQUES, R. PEIXOTO, J. (Orgs.) **A nova sociologia econômica: uma antologia**. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2003. p. 01-67.

MARSDEN, T.K. Exploring a rural sociology for the Fordist transition: incorporating social relations into economic restructuring. **Sociologia Ruralis** 32 (2/3) pp. 209-231, 1992.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v.40, n.4, p.424-438, 2000.

MARSDEN, Terry. **The condition of rural sustainability**. Uitgeverij Van Gorcum, 2003.

MARSDEN, T. **Rural restructuring: global processes and their responses**. David Fulton Publishers Ltd., 1990.

MARSDEN, T. RENTING, H. Uma réplica ao artigo: “Compreendendo as redes agroalimentares alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. In GAZZOLLA; SCHNEIDER, 2017.

MARSHALL, C; ROSSMAN, G. B. *Qualitative research*. 1989.

MATTEI, L. Considerações Acerca de Teses Recentes sobre o Mundo Rural Brasileiro. In: Revista de economia e sociologia rural. Piracicaba, V. 52, Supl. 1, p. 105-124. 2014.

MAZON, Marcia da Silva. SOCIOLOGIA ECONÔMICA E O BRASIL: uma via aberta. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 7, n. 13, 2010.

MERRIAM, Sharan B. **Qualitative Research and Case Study Applications in Education. Revised and Expanded from " Case Study Research in Education."**. Jossey-Bass Publishers, 350 Sansome St, San Francisco, CA 94104, 1998.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 9-29.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. *Qualitative data analysis: An expanded sourcebook*. **Thousand Oaks**, CA: Sage, 1994.

MORGAN, K.; MARSDEN, T.; MURDOCH, J. *Worlds of food: Place, power and provenance in the food chain*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

NELSON, R., WINTER, S. G. *An evolutionary theory of economic change*. Cambridge, Mass.: Harvard University, 1982.

NELSON, R. R.; SAMPAT, B. N. Making sense of institutions as a factor shaping economic performance. **Revista de Economia Institucional**, v. 3, n. 5, p. 17-51, 2001.

NELSON, R. R.; NELSON, K. Technology, institutions, and innovation systems. *Research Policy*. 31, 265-272, 2002.

NELSON, R. R. On the uneven evolution of human know-how. **Research Policy**, v. 32, n. 6, p. 909-922, 2003.

NIEDERLE, Paulo André. Delimitando as fronteiras entre mercados convencionais e alternativos para a agricultura familiar. **Extensão rural**, n. 18, p. 1-37, 2009.

NIEDERLE, P.; WESZ, V. J. J. *As novas ordens alimentares*. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2018.

NIOSI, J. National System of innovations are “x-efficient” (and x-effective). Why some are slow learners. *Research Policy*, 2002.

OLIVEIRA, Daiane Coelho de. **Comida, carisma e prazer: um estudo sobre a constituição do Slow Food no Brasil**. Tese (doutorado no Instituto de Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

PASCUCCI S, S. Governance structure, perception and innovation in credence food transactions: The role of food community networks. **Int. J. Food System Dynamics**, Naples, v.3, p. 224-236, 2010.

PASCUCCI, S. et al. GOVERNANCE MECHANISMS IN FOOD COMMUNITY NETWORKS. **Italian Journal of Food Science**, v. 25, n. 1, 2013.

PATTON, M. Q. *Utilisation-focused evaluation* (2nd ed.). Newbury Park, CA: Sage. *Qualitative Solutions and Research* (1997). **Non-numerical Unstructured Data Indexing Searching and Theorising, Revision 4** (NUD*IST 4). Melbourne: QSR. 1989.

PEREIRA, A. J.; DATHEIN, R. Processo de aprendizado, acumulação de conhecimento e sistemas de inovação: a “co-evolução das tecnologias físicas e sociais” como fonte de desenvolvimento econômico. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 11, n. 1 jan/jun, p. 137-166, 2012.

PEREZ, C. New technologies and development. In: FREEMAN, C. ; LUNDEVALL, B. A., ed. *Small countries facing the technological revolution*. London, Pinter, 1988.

PEREZ, C. **Revoluciones tecnológicas y capital financiero: la dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza**. México: Siglo XXI, 2004.

PIRES, E. A. N. Comportamento informacional e processo de busca da informação: bases fundamentais para pesquisa científica. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 17, n. 2, p. 288-307, 2012.

PLOEG, J. D. van der. *Camponeses e Impérios Alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

PLOEG, J.D. van der. et al. Rural Development: From Practices and Policies Towards Theory,” **Sociologia Ruralis**, v.40, 391-408, 2000.

POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2000.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. et al. (Orgs). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PRADO JR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: **Brasiliense**, 1979 (1942).

RAMOS, G. Vidas secas. **Record Editora, São Paulo**, 1990 (1938).

RANGEL, I. **Dualidade básica da economia brasileira**. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.

RAUD-MATEDDI, C. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. **Política e Sociedade**, n. 6, p. 127-142, abr., 2005a.

RAUD-MATTEDI, C. Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter. **Política e Sociedade**, n. 6, p. 59-82, abr., 2005b.

RAUD-MATTEDI, C. Os alimentos funcionais: análise dos impactos de uma inovação tecnológica sobre a configuração do mercado alimentar brasileiro. In: I Seminário Temático: Centralidade e fronteiras das empresas no século XXI, São Carlos, SP. Anais on-line, 2008.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning**. v.35, p.393-410, 2003.

RENTING, H.; et al, A. Building Food Democracy: Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, Vol. 19, No. 3, pp. 289–307. 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SABOURIN E. (2011). Organizações camponesas, Estado e políticas públicas. In: Sabourin E. (Eds.). **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2011.

SAGE, C. (2003) ‘Social embeddedness and relations of regard: alternative “good food” networks in south-west Ireland’, **Journal of Rural Studies** 19, pp. 4760.

SAGE, C. The interconnected challenges for food security from a food regimes perspective: Energy, climate and malconsumption. **Journal of Rural Studies**, v. 29, p. 71-80, 2013.

SAGE, C. Food security, food sovereignty and the special rapporteur: Shaping food policy discourse through realising the right to food. **Dialogues in Human Geography**, v. 4, n. 2, p. 195-199, 2014.

SAMPAT, B.; NELSON, R.R. Las instituciones como factor que regula el desempeño económico. *Revista de Economía Institucional*, n. 5, Segundo Semestre, 2001.

SANTA CATARINA, **Lei nº 17.486 de 16 de Janeiro de 2018**. Dispõe sobre a produção e comercialização de queijos artesanais de leite cru e adota outras providências. 2018

SCARABELOT, Maristela; SCHNEIDER, Sérgio. **Revista Faz Ciência**. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local – Um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. v. 15, n. 20, p.101-130.

SCHUMPETER, J. A. O Processo da Destruição Criadora. In: SCHUMPETER, J.A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1984.

SCHNEIDER, S. D. L. FERRARI. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o Processo de Relocalização da Produção Agroalimentar em Santa Catarina. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015.

SILVA, T.P.da. Fundamentos teóricos do cooperativismo agrícola e o MST. *Terra Livre*. São Paulo, 18(19), p. 229-242, 2002.

SILVEIRA, J.M. Agricultura brasileira : O papel da inovação tecnológica. In: A. M. Buainain, E. Alves, J. M. F. J. Silveira; Z. Navarro (Orgs.). *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola* :Embrapa, p. 373-394. Brasília, 2013.

SONNINO, R.; MARSDEN, T. ‘Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe’, *Journal of Economic Geography* 6, pp. 181-199, 2006^a.

STEINER, P. A sociologia econômica. Tradução de Maria Helena Trylinski, São Paulo: Editora Atlas, 2006. 134 p.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 16 n2: 7-34, 2004.

TALAMINI, E., FERREIRA, G. M., EDUCAÇÃO-FABE, D. E., & MACROECONÔMICAS, P. S. E. A agricultura brasileira antes e depois do consenso de Washington. In *XLV Congresso da SOBER*. XLV, 22 a 25 de Julho, Londrina, 2007.

TREGEAR, A. Progressing knowledge in alternative and local food networks: Critical reflections and a research agenda. *Journal of Rural Studies* 27(4): 419-430, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo da Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TRUNINGER, M. As bases plurais da confiança alimentar nos produtos orgânicos: da certificação ao 'teste da minhoca'. **Ambiente e Sociedade**, v. 16, p. 81-102, 2013.

VEBLEN, T. B. Why is economics not an evolutionary science. *Cambridge Journal of Economics*, v. 22, p. 403-414, 1998. (1ª. Ed. 1898).

VEBLEN, T. B. A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Pioneira, 1965. (1a. ed. 1899).

VEBLEN, T. B. The instinct of workmanship and the state of industrial arts. New York: Viking Press, reimp. 1937. (1a. ed. 1914).

VEBLEN, T. B. The limitations of marginal utility. **Journal of political Economy**, v. 17, n. 9, p. 620-636, 1909.

VENN et al. Researching European “alternative” food networks: some methodological considerations, *Area* 38, 248-258, 2006.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em Administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VIEIRA FILHO, J. E. R. Grupos de eficiência tecnológica e desigualdade produtiva na agricultura brasileira. In: ALVES, E. R. A.;

SOUZA, G. S.; GOMES, E. G. **Contribuição da Embrapa para o desenvolvimento da agricultura no Brasil**. Brasília: Embrapa, 2013. cap. 5. p. 141-178.

XAVIER DA SILVA, P. et al. As Fortalezas *Slow Food* no Brasil. In: BIROCHI, R.; ROVER, O. J.; SCHULTZ, G. (Org.). **Alimentos bons, limpos e justos da Agricultura Familiar Brasileira**. Florianópolis, Ed. Sem Prelo, 2019, pp. 55 – 74.

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem à Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D. e BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba, Ed. UFPR, 1998, pp.29-49, 2002.

WARD, N; ALMÅS, R. Explaining change in the international agro-food system. **Review of International Political Economy**, v. 4, n. 4, p. 611-629, 1997.

WHATMORE, S; STASSART, P; RENTING, H. What's alternative about alternative food networks?., *Journals Sagepub*, p. 389-391. 2003.

WILLIAMSON, O.E. The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting. New York: The Free Press, 1985.

WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 13, p. 29-45, 1999.

WILKINSON, J. Mercados, redes e valores. Porto Alegre: Ed. UFRGS, **Série Estudos Rurais**, 2008.

ZELIZER, V.A. Human values and the market: the case of life insurance and death in 19th-century America. In: GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. **The sociology of economic life**. Boulder/San Francisco/Oxford: Westview Press, 1992, p. 285-304.

ZUKIN, S.; DiMAGGIO, P. Introdução. In: **Structures of capital**. The social organization of the economy. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-36, 1990.

ZYLBERSZTAJN, D. A estrutura de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições. 1995. 238 p. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ANEXO 1 – Roteiro para as Entrevistas Semi-Estruturadas

Nome do participante:

Facilitador ou Membro de Fortaleza:

Data da Entrevista:

Local da Entrevista:

Obs.: Não esquecer de pedir autorização oral gravada para uso das informações.

Obs1.: No caso do entrevistado ser facilitador, adaptar para as Fortalezas em que trabalhou.

I. Aprendizagem

Quando falamos em aprendizagem na Fortaleza que você é membra (o), o que lhe vem à cabeça? Como os processos ocorrem? Sempre foi assim?

Abrir a fala e conduzir o diálogo com foco em:

- Conhecimento tradicional;
- Conhecimento intergeracional (jovensXvelhos);
- Conhecimento adquirido (cursos/capacitações);
- Conhecimento tácito;
- Abertura a novas formas de conhecimento;
- Resistência;
- Assistência técnica;
- Existe outra forma de aprendizagem?

II. Formas de Organização

Como se organizam os grupos membras e membros da Fortaleza se relacionam? Quem são esses agentes? Sempre foi assim?

Abrir a fala e conduzir o diálogo com foco em:

- Grupos de produtores;
- Associações;
- Cooperativas;
- Entidades da sociedade civil;
- Famílias;
- Jovens;
- Mulheres;
- Parceria com instituições: públicas/privadas;
- Reuniões/Assembleias;

- Processo de tomada de decisão;
- Outras parcerias.

III. Formas de Comercialização

Quais são as formas de comercialização realizadas na Fortaleza que você é membra (a)?

Já foi diferente? Quando? Como?

Abrir a fala e conduzir o diálogo com foco em:

- Venda direta;
- Matriz de produtos
- Relação com consumidores;
- Trocas entre produtores;
- Grandes redes;
- Atacado;
- Mercados de nicho;
- Mercados informais;
- Especialmente estendida;
- Rótulos e embalagens;

IV. Leis e normas

Como as legislações afetam a condução da Fortaleza que você é membra (o)?

Já foi diferente? Como? Quando?

Abrir a fala e conduzir o diálogo com foco em:

- Normas sanitárias;
- Regularização fundiária;
- Tributação;
- Regularização dos negócios;
- Nota/talão fiscal;
- Códigos de conduta;
- Tabus;
- DAP.

V. Padrão Tecno-Produtivo

Como você produz? Sua forma de produzir mudou ao longo do tempo? Como? Quando?

Abrir a fala e conduzir o diálogo com foco em:

- Identidade com o território;
- Rotina produtiva;
- Organização do trabalho;
- Tecnologias físicas;
- Melhorias;
- Técnicas ancestrais/antigas/tradicionais;
- Compatibilidade entre moderno e tradicional;
- Técnicas modernas;
- Insumos (tipos/quantidades);
- Material genético;
- Ferramentas.